


:: Ano I – Número 5 :: 1ª QUINZENA DE MAIO DE 2005 ::

 Os acórdãos, as sentenças, as ementas, as informações e os artigos doutrinários contidos na presente edição foram obtidos em páginas da “internet” ou enviados pelos seus prolores para a Comissão da Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. Por razões de ordem prática, alguns deles foram editados e não constam na íntegra, preservando-se, porém, na parte remanescente, o texto original.

Fabiano de Castilhos Bertoluci
Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região

Mario Chaves
Beatriz Zoratto Sanvicente
Rosane Serafini Casa Nova
Comissão da Revista

Luis Fernando Matte Pasin
Adriana Pooli
Tamira K Pacheco
Wilson da Silveira Jacques Junior
Equipe Responsável

Sugestões e informações: (51) 3255.2140
Contatos: revistaeletronica@trt4.gov.br

Utilize os links de navegação: [◀ volta ao índice](#)
[◀ ◀ volta ao índice](#)
[▲ volta ao sumário](#)
[textos](#)

Sumário

1. Acórdãos Selecionados
2. Ementas Selecionadas
3. Sentenças
4. Artigos
5. Decisões de outros Regionais
 - 5.1. TRT de Campinas
 - 5.2. TRT de Mato Grosso do Sul
 - 5.3. TRT da Bahia
6. Decisões de outros Tribunais
 - 6.1. TRF 3a. Região
 - 6.2. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul
7. Indicações de Leitura
8. Notícias
9. Dica de Português Jurídico-Forense

Índice

[▲ volta ao sumário](#)

1. Acórdãos Selecionados

- 1.1. [Ação civil pública. Acidente de trabalho. Doenças ocupacionais. LER/DORT. Obrigação do empregador em emitir as Comunicações de Acidente de Trabalho – CAT.](#)
(4ª Turma. RO 01451-1999-030-04-00-8,
Relator o Exmo. Juiz Ricardo Luiz Tavares Gehling. Publ. DOE-RS: 10.01.2005)..... 08
- 1.2. [Assistência médico-hospitalar. Empregado aposentado. Benefício instituído na vigência do contrato de trabalho. Supressão.](#)
(8ª Turma. RO 00024-1998-008-04-00-0,
Relatora a Exma. Juíza Maria Helena Mallmann. Publ. DOE-RS: 20.01.2005) 10
- 1.3. [Desvio de função. Reenquadramento. CORSAN. Diferenças salariais deferidas com base em laudo pericial.](#)
(6ª Turma. RO 00779-2002-371-04-00-3,
Relator o Exmo. Juiz Mario Chaves. Publ. DOE-RS: 14.03.2005) 18
- 1.4. [Reintegração concedida. Aeroviário. VARIG. Movimento de ação industrial.](#)
(8ª Turma. RO 01020-2002-016-04-00-1,
Relatora a Exma. Juíza Maria Helena Mallmann. Publ. DOE-RS: 15.12.2004) 24

[◀ ◀ volta ao índice](#)

[▲ volta ao sumário](#)

2. Ementas Selecionadas

2.1. De julgamentos de Ações Cíveis Públicas.

- 2.1.1. [Ação civil pública. Ministério Público do Trabalho. Legitimidade "ad causam". Contratação através de cooperativa de trabalho. Concessão de liminar.](#)
(7ª Turma, processo 00617.024/00-6 RO,
Relator o Exmo. Juiz José Cesário Figueiredo Teixeira – Convocado. Publ. DOE-RS: 09.06.2003)..... 29
- 2.1.2. [Ação civil pública. Ministério Público do Trabalho. Legitimidade "ad causam". Negação da empresa em providenciar as relações de emprego e proceder aos depósitos do FGTS.](#)
(4ª Turma, processo 00723.001/99-5 RO,
Relatora a Exma. Juíza Dionéia Amaral Silveira. Publ. DOE-RS: 26.11.2001)..... 29
- 2.1.3. [Ação civil pública. Eficácia da coisa julgada.](#)
(7ª Turma, processo 00133.003/02-7 RO,
Relatora a Exma. Juíza Maria Inês Cunha Dornelles. Publ. DOE-RS: 09.06.2003)..... 29
- 2.1.4. [Ação civil pública. Ministério Público do Trabalho. Legitimidade "ad causam". Irregularidade quanto ao registro de horas extras. Eficácia da coisa julgada.](#)
(4ª Turma, processo 00030.008/98-0 RO,
Relator o Exmo. Juiz Hugo Carlos Scheuermann. Publ. DOE-RS: 07.5.2001) 29
- 2.1.5. [Ação civil pública. Obrigação de não-fazer.](#)
(8ª Turma, processo 00466-2002-511-04-00-8 RO,
Relatora a Exma. Juíza Cleusa Regina Halfen. Publ. DOE-RS: 05.05.2004)..... 30
- 2.1.6. [Ação civil pública. Utilização de trabalhadores por meio de cooperativa de prestação de serviços.](#)
(4ª Turma, processo 00195-2001-121-04-00-4 RO,
Relator o Exmo. Juiz Darcy Carlos Mahle. Publ. DOE-RS: 06.10.2003)..... 30

[◀ ◀ volta ao índice](#)

[▲ volta ao sumário](#)

2.2. Gerais

- 2.2.1. [Adicional de insalubridade. Base de cálculo. Enunciado 17 da SJ/TST. Higienização de banheiros. Ônus pelo pagamento dos honorários do perito engenheiro.](#)
(2ª Turma, processo 00237-2004-261-04-00-7 RO, Relatora a Exma. Juíza Beatriz Zoratto Sanvicente. Publ. DOE-RS: 18.03.2005)..... 30
- 2.2.2. [Adicional de insalubridade. Período de suspensão do contrato. Percepção de benefício previdenciário - auxílio-doença.](#)
(2ª Turma, processo 00237-2004-261-04-00-7 RO, Relatora a Exma. Juíza Beatriz Zoratto Sanvicente. Publ. DOE-RS: 18.03.2005)..... 30
- 2.2.3. [Adicional de insalubridade. Radiações não-ionizantes. Soldador. Utilização de EPI aprovado pelo Ministério do Trabalho.](#)
(2ª Turma, processo 00290-2004-303-04-00-5 RO, Relatora a Exma. Juíza Beatriz Zoratto Sanvicente. Publ. DOE-RS: 18.03.2005)..... 31
- ◀ ◀ volta ao índice**
- 2.2.4. [Adicional de periculosidade. Abastecimento de veículo em postos de serviço. Motorista de caminhão.](#)
(7ª Turma, processo 00148-2004-122-04-00-0 RO, Relator o Exmo. Juiz Flavio Portinho Sirangelo. DOE-RS: 18.03.2005) 31
- 2.2.5. [Adicional de periculosidade. Sistema elétrico de potência. OJ nº 324 da SDI-I do TST.](#)
(4ª Turma, processo 00248-2004-303-04-00-4 RO, Relatora a Exma. Juíza Maria Beatriz Condessa Ferreira. Publ. DOE-RS: 22.03.2005)..... 31
- 2.2.6. [Agravo regimental. Mandado de segurança. Liminar. Deferimento. Antecipação de tutela. Reintegração.](#)
(1ª Seção de Dissídios Individuais, processo 00187-2005-000-04-40-7 AGR, Relator o Exmo. Juiz Milton Varela Dutra. Publ. DOE-RS: 22.03.2005) 31
- 2.2.7. [BRASIL TELECOM S.A. Promoção. Multa rescisória do FGTS. Atualização monetária decorrente dos expurgos inflacionários dos planos "Verão e Collor I"](#)
(4ª Turma, processo 00881-2003-009-04-00-5 RO, Relator o Exmo. Juiz Ricardo Luiz Tavares Gehling. Publ. DOE-RS: 22.03.2005) 31
- 2.2.8. [Competência da Justiça do Trabalho. Complementação de aposentadoria. Caixa Econômica Federal - CEF.](#)
(2ª Turma, processo 01173-2001-016-04-00-8 RO, Relatora a Exma. Juíza Beatriz Zoratto Sanvicente. Publ. DOE-RS: 18.03.2005)..... 32
- ◀ ◀ volta ao índice**
- 2.2.9. [Complementação de aposentadoria. Adicional compensatório pela perda da função gratificada. Reajuste aplicável.](#)
(2ª Turma, processo 01173-2001-016-04-00-8 RO, Relatora a Exma. Juíza Beatriz Zoratto Sanvicente. Publ. DOE-RS: 18.03.2005)..... 32
- 2.2.10. [Complementação de aposentadoria. Competência. Abono salarial instituído em norma coletiva. Diferenças.](#)
(6ª Turma, processo 00111-2004-030-04-00-8 RO, Relatora a Exma. Juíza Ana Rosa Pereira Zago Sagrilo. Publ. DOE-RS: 22.03.2005) 32
- 2.2.11. [Complementação de aposentadoria. Necessidade de fonte de custeio. Autorização da dedução dos valores necessários. Responsabilidade do reclamante.](#)
(2ª Turma, processo 01173-2001-016-04-00-8 RO, Relatora a Exma. Juíza Beatriz Zoratto Sanvicente. Publ. DOE-RS: 18.03.2005)..... 32
- 2.2.12. [Confissão ficta. Ausência injustificada do autor à audiência em que deveria depor.](#)
(7ª Turma, processo 00211-2003-202-04-00-0 RO, Relator o Exmo. Juiz Flavio Portinho Sirangelo. DOE-RS: 18.03.2005) 32
- 2.2.13. [Descontos previdenciários e fiscais. Complementação de aposentadoria. Súmulas 25 e 26 do TRT 4ª Região.](#)
(2ª Turma, processo 01173-2001-016-04-00-8 RO, Relatora a Exma. Juíza Beatriz Zoratto Sanvicente. Publ. DOE-RS: 18.03.2005)..... 33
- ◀ ◀ volta ao índice**
- 2.2.14. [Diferenças salariais. Manutenção de vantagens criadas por via de negociação coletiva.](#)
(7ª Turma, processo 01214-2002-008-04-00-2 RO, Relator o Exmo. Juiz Flavio Portinho Sirangelo. DOE-RS: 18.03.2005) 33

2.2.15. Estabilidade. Concurso público. Servidor celetista. (6ª Turma, processo 00002-2003-451-04-00-3 REO, Relator o Exmo. Juiz João Alfredo Borges Antunes de Miranda. Publ. DOE-RS: 21.03.2005).....	33
2.2.16. Férias não-gozadas. Valor correspondente ao período pago pelo empregador. Vulneração da finalidade do instituto. (6ª Turma, processo 00171-2003-014-04-00-0 RO, Relator o Exmo. Juiz João Alfredo Borges Antunes de Miranda. DOE-RS: 18.03.2005).....	33
2.2.17. Férias proporcionais. Pedido de demissão pelo empregado antes de completar 12 meses de serviço. Enunciado 261 do TST. (2ª Turma, processo 00537-2004-333-04-00-5 RO, Relatora a Exma. Juíza Denise Pacheco – Convocada. Publ. DOE-RS: 18.03.2005)	33
2.2.18. Honorários advocatícios. Assistência judiciária. Base de cálculo. (7ª Turma, processo 01214-2002-008-04-00-2 RO, Relator o Exmo. Juiz Flavio Portinho Sirangelo. DOE-RS: 18.03.2005)	33
◀ ◀ volta ao índice	
2.2.19. Honorários advocatícios. Benefício da justiça gratuita. Ausência de credencial sindical. Deferimento de hipossuficiência econômica na petição inicial. Concessão do benefício. (7ª Turma, processo 00219-2004-021-04-00-0 RO, Relatora a Exma. Juíza Dionéia Amaral Silveira. DOE-RS: 18.03.2005)	33
2.2.20. Honorários advocatícios. Requisitos para o deferimento da assistência judiciária. Lei 5584/70 e Súmula nº 20/TRT. (2ª Turma. processo 00237-2004-261-04-00-7 RO, Relatora a Exma. Juíza Beatriz Zoratto Sanvicente. Publ. DOE-RS: 18.03.2005).....	34
2.2.21. Horas de sobreaviso. Chamadas por telefone celular. OJ nº 49 da SDI-I do TST. (4ª Turma, processo 00350-2002-871-04-00-7 RO, Relatora a Exma. Juíza Maria Beatriz Condessa Ferreira. Publ. DOE-RS: 22.03.2005)	34
2.2.22. Horas extras. Contagem. Carga horária semanal. (7ª Turma, processo 01214-2002-008-04-00-2 RO, Relator o Exmo. Juiz Flavio Portinho Sirangelo. DOE-RS: 18.03.2005)	34
2.2.23. Horas extras. Gerente. Exceção do inciso II do art. 62 da CLT (4ª Turma, processo 01153-2003-002-04-00-6 RO, Relator o Exmo. Juiz Ricardo Luiz Tavares Gehling. Publ. DOE-RS: 22.03.2005).....	34
◀ ◀ volta ao índice	
2.2.24. Horas extras. Regime compensatório. Banco de horas previsto em norma coletiva. (2ª Turma, processo 00290-2004-303-04-00-5 RO, Relatora a Exma. Juíza Beatriz Zoratto Sanvicente. Publ. DOE-RS: 18.03.2005).....	34
2.2.25. Horas extras. Registros de horários. Inteligência do art. 74, § 2º, da CLT. (7ª Turma, processo 01214-2002-008-04-00-2 RO, Relator o Exmo. Juiz Flavio Portinho Sirangelo. DOE-RS: 18.03.2005)	34
2.2.26. Horas extras. Turnos de revezamento. (7ª Turma, processo 00823-2002-811-04-00-2 RO, Relator o Exmo. Juiz Flavio Portinho Sirangelo. DOE-RS: 18.03.2005)	34
2.2.27. Legitimidade. Complementação de aposentadoria. Caixa Econômica Federal. FUNCEF. (2ª Turma, processo 01173-2001-016-04-00-8 RO, Relatora a Exma. Juíza Beatriz Zoratto Sanvicente. Publ. DOE-RS: 18.03.2005)	34
2.2.28. Mandado de segurança. Antecipação de efeitos da tutela. Verossimilhança não-constatada. Segurança concedida. (1ª Seção de Dissídios Individuais, processo 02930-2004-000-04-00-8 MS, Relatora a Exma. Juíza Maria Beatriz Condessa Ferreira. Publ. DOE-RS: 22.03.2005)	35
◀ ◀ volta ao índice	
2.2.29. Mandado de segurança. Antecipação de tutela. Reintegração. (1ª Seção de Dissídios Individuais, processo 02591-2004-000-04-00-0 MS, Relator o Exmo. Juiz Ricardo Luiz Tavares Gehling. Publ. Publ. DOE-RS: 22.03.2005).....	35
2.2.30. Mandado de segurança. Execução. Bloqueio de contas de sócio da executada. (1ª Seção de Dissídios Individuais, processo 03067-2004-000-04-00-6 MS, Relator o Exmo. Juiz Ricardo Luiz Tavares Gehling. Publ. DOE-RS: 22.03.2005).....	35
2.2.31. Mandado de segurança. Execução. Penhora de créditos. Aplicação dos artigos 612 e 620 do CPC. (1ª Seção de Dissídios Individuais, processo 03052-2004-000-04-00-8 MS, Relatora a Exma. Juíza Maria Beatriz Condessa Ferreira. Publ. DOE-RS: 22.03.2005)	35

2.2.32. Mandado de segurança. Liminar. Cassação de ordem de reintegração ao emprego indeferida. (1ª Seção de Dissídios Individuais, processo 00111-2005-000-04-40-1 AGR, Relatora a Exma. Juíza Tânia Maciel de Souza. Publ. DOE-RS: 22.03.2005).....	35
2.2.33. Mandado de segurança. Reintegração. Antecipação de tutela. Ofensa ao devido processo legal. Súmula nº 04 do TRT da 4ª Região. (1ª Seção de Dissídios Individuais, processo 03024-2004-000-04-00-0 MS, Relator o Exmo. Juiz Ricardo Luiz Tavares Gehling. Publ. DOE-RS: 22.03.2005).....	36
	◀ ◀ volta ao índice
2.2.34. Multa do art. 477 da CLT. (2ª Turma, processo 00537-2004-333-04-00-5 RO, Relatora a Exma. Juíza Denise Pacheco – Convocada. Publ. DOE-RS: 18.03.2005).....	36
2.2.35. Programa de demissão voluntária. Indenização adicional. Programa “Apoio Daqui”. (7ª Turma, processo 00219-2004-021-04-00-0 RO, Relatora a Exma. Juíza Dionéia Amaral Silveira. DOE-RS: 18.03.2005)	36
2.2.36. Programa de demissão voluntária. Quitação do contrato pela adesão ao PDV. Renúncia não-caracterizada. (2ª Turma, processo 01173-2001-016-04-00-8 RO, Relatora a Exma. Juíza Beatriz Zoratto Sanvicente. Publ. DOE-RS: 18.03.2005)	36
2.2.37. Prescrição. Dano moral. Art. 7º, inciso XXIX, CF/88. (6ª Turma, processo 01261-2003-202-04-00-5 RO, Relatora a Exma. Juíza Ana Rosa Pereira Zago Sagrilo. Publ. DOE-RS: 22.03.2005)	36
	◀ ◀ volta ao índice
2.2.38. Prova testemunhal. Valoração. Relação de emprego. (7ª Turma, processo 00125-2004-811-04-00-9 RO, Relator o Exmo. Juiz Flavio Portinho Sirangelo. DOE-RS: 18.03.2005)	36
2.2.39. Relação de emprego. Campanha eleitoral. Óbice legal. Hipótese prevista no art. 100 da Lei nº 9.504/97. (5ª Turma, processo 01017-2002-291-04-00-0 RO, Relatora a Exma. Juíza Berenice Messias Corrêa. DOE-RS: 18.03.2005).....	36
2.2.40. Relação de emprego. Estágio. Caixa Econômica Federal - CEF. Vínculo reconhecido. (7ª Turma, processo 00237-2003-551-04-00-3 RO, Relator o Exmo. Juiz Flavio Portinho Sirangelo. DOE-RS: 18.03.2005)	37
	◀ ◀ volta ao índice
2.2.41. Responsabilidade subsidiária. Subempreiteira. Art. 455, da CLT e Enunciado 31 do TST. (6ª Turma, processo 00418-2002-008-04-00-6 RO, Relatora a Exma. Juíza Ana Rosa Pereira Zago Sagrilo. Publ. DOE-RS: 22.03.2005)	37
2.2.42. Substituição processual. Ilegitimidade ativa. (6ª Turma, processo 01279-2002-030-04-00-9 REO/RO, Relatora a Exma. Juíza Rosane Serafini Casa Nova. Publ. DOE-RS: 21.03.2005)	37
2.2.43. Ticket refeição. Natureza jurídica. (7ª Turma, processo 01214-2002-008-04-00-2 RO, Relator o Exmo. Juiz Flavio Portinho Sirangelo. DOE-RS: 18.03.2005)	37
	◀ ◀ volta ao índice
	▲ volta ao sumário

3. Sentenças

3.1. Pessoa jurídica de direito público internacional. Imunidade de jurisdição. (Exma. Juíza Janaína Saraiva da Silva. Processo nº 01413-2003-018-04-00-9 – 18ª Vara do Trabalho de Porto Alegre. Publ. DOE-RS: 28.02.2005).....	38
3.2. Preliminares. 1. Exceção de incompetência. 2. Substituição processual. Ilegitimidade ativa. Mérito. Banco do Brasil. Anuênios. Empregados admitidos até 31/08/96. Manutenção do pagamento. Reflexos. (Exmo. Juiz Ben-Hur Silveira Claus. Processo nº 00570.561/00-0 – Vara do Trabalho de Carazinho. Publ. DOE-RS: 28.06.2000)	43
3.3. Relação de emprego. Vendedor. Relação familiar. Filho e irmão de ex-sócios da empresa. (Exmo. Juiz Francisco Rossal de Araújo. Processo nº 00805.027/02-5 – 27ª Vara do Trabalho de Porto Alegre. Publ. DOE-RS: 30.09.2003).....	48
	◀ ◀ volta ao índice
	▲ volta ao sumário

4. Artigos

- 4.1. "A Ampliação da Competência da Justiça do Trabalho".
(José Aparecido dos Santos) 51
- 4.2. "A Nova Competência Trabalhista. Relação de Trabalho. Breve Abordagem sobre esta".
(Juiz Marçal Henri S. Figueiredo) 52
- 4.3. "Justiça do Trabalho e sua Competência Penal".
(Paulo Henrique de Godoy Sumariva)..... 53
- [◀ ◀ volta ao índice](#)
[▲ volta ao sumário](#)

5. Decisões de outros Regionais

5.1. TRT de Campinas

- [Acidente do trabalho. Competência. Danos morais decorrentes do acidente do trabalho.](#)
(Decisão 010584/2005-PATR do processo 00819-2001-042-15-00-6 RO
- TRT da 15ª Região. Publicado em 22/03/2005) 56

5.2. TRT de Mato Grosso do Sul

- [Acidente do trabalho. Competência. Danos morais. Emenda Constitucional n. 45/2004.](#)
(Processo: 00665-2003-021-24-00-4 (ROPS), Relator o Exmo. Juiz Abdalla Jallad.
- TRT da 24ª Região. Publicação DO/MS Nº 6425 de 14/02/2005) 59

5.3. TRT da Bahia

- [Competência da Justiça do Trabalho. Emenda Constitucional nº 45/2004. Ação em que sindicato pretende o reconhecimento de base territorial no intuito de sustar repasse de receita proveniente de contribuições sindicais. Antecipação de tutela deferida.](#)
(Processo: 00562-2005-251-05-00-8 (MCP). Vara de Conceição do Coité.
Exmo. Juiz do Trabalho Titular Agenor Calazans da Silva Filho)..... 60

[◀ ◀ volta ao índice](#)
[▲ volta ao sumário](#)

6. Decisões de outros Tribunais

6.1. TRF 3a. Região

- 6.1.1. [Competência. Habeas corpus que objetiva o trancamento da ação penal. Emenda Constitucional n. 45/2004.](#)
(Processo: 200403000640314, UF: SP Órgão Julgador: QUINTA TURMA. Publicado em 01/03/2005)..... 62

6.2. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul

- 6.2.1. [Competência da Justiça Estadual. Acidentes de trabalho. Emenda Constitucional nº 45.](#)
(Agravo de instrumento nº 70011045218, Décima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS,
Relator: Luiz Ary Vessini de Lima, julgado em 03/03/2005) 62
- 6.2.2. [Competência da Justiça Estadual. Relação estatutária de servidor público. Emenda Constitucional nº 45.](#)
(Agravo de instrumento nº 70011064987, Terceira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS,
Relator: Paulo de Tarso Vieira Sanseverino, julgado em 03/03/2005) 62

[◀ ◀ volta ao índice](#)
[▲ volta ao sumário](#)

7. Indicações de Leitura

- 7.1. "A Lei de Falência (Lei nº 11.101/2005) e o Direito Material e Processual do Trabalho".
(Jouberto de Quadros Pessoa Cavalcante e Francisco Ferreira Jorge Neto) 63

7.2. "A Nova Justiça do Trabalho". (Juiz Audari Matos Lopes)	63
---	----

[◀ ◀ volta ao índice](#)
[▲ volta ao sumário](#)

8. Notícias

8.1. Veiculadas no dia 19.04.2005. "Site" do Superior Tribunal de Justiça (www.stj.gov.br)	
8.1.1. Segunda Seção confirma: créditos trabalhistas integram partilha de bens na separação do casal.	64
8.1.2. Comprador de boa-fé de veículo não incorre em fraude à execução.	65
8.1.3. Ilegal cobrança de contribuição sindical rural sem prévia notificação via edital.	65
8.2. Veiculada no dia 21.04.2005. "Site" do Superior Tribunal de Justiça (www.stj.gov.br)	
8.2.1. Contribuição previdenciária não deve incidir sobre auxílios educação e matrimônio.	66
8.3. Veiculada no dia 26.04.2005. "Site" do Superior Tribunal de Justiça (www.stj.gov.br)	
8.3.1. Prazo para MP recorrer conta da data de entrada no protocolo, e não da ciência do procurador.	66
8.4 Veiculada em 28.04.2005. "Site" do Tribunal Superior do Trabalho (www.tst.gov.br)	
8.4.1. TST decidirá se contrato nulo conta tempo para aposentadoria.	67
8.5. Veiculada em 24.04.2005. "Site" Consultor Jurídico (www.conjur.com.br).	
8.5.1. DRT não pode multar empresa com base em presunção.	68
8.6. Cursos e Eventos na FEMARGS	69
8.6.1. Projeto "FEMARGS 18 HORAS". Palestra "Reforma Sindical e Inciso III do Artigo 114 da Constituição".	69
8.6.2. Sentença Trabalhista. Teoria e Prática. Para iniciantes.	69
8.6.3. Tutela dos Interesses Metaindividuais na Justiça do Trabalho.	69

[◀ ◀ volta ao índice](#)
[▲ volta ao sumário](#)

9. Dica de Português Jurídico-Forense

Prof. Adalberto J. Kaspary

Dado – Devido a	70
-----------------------	----

[◀ volta ao índice](#)
[▲ volta ao sumário](#)

[◀ volta ao índice](#)

[▲ volta ao sumário](#)

1. Acórdãos selecionados

1.1. Ação civil pública. Acidente de trabalho. Doenças ocupacionais. LER/DORT. Obrigação do empregador em emitir as Comunicações de Acidente de Trabalho – CAT.

(4ª Turma. RO 01451-1999-030-04-00-8, Relator o Exmo. Juiz Ricardo Luiz Tavares Gehling. Publ. DOE-RS: 10.01.2005)

EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA. EMISSÃO DE CAT PELO EMPREGADOR. As "LER/DORT" são doenças ocupacionais que podem se configurar como doenças profissionais ou do trabalho, as quais se equiparam a acidente do trabalho, sendo do empregador a obrigação de emitir a CAT, sem prejuízo de que outros possam fazê-lo. Ação Civil Pública julgada procedente.

VISTOS e relatados estes autos de RECURSO ORDINÁRIO, interposto de sentença proferida pelo MM. Juízo da 30ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, sendo recorrente SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE PORTO ALEGRE e recorrido BANCO SANTANDER MERIDIONAL S/A.

O reclamante, inconformado com a sentença de improcedência da demanda (fls. 555/561), proferida pelo Exmo. Juiz do Trabalho Alexandre Schuh Lunardi, interpõe recurso ordinário às fls. 567/570.

Insurge-se, ao que se depreende do seu arrazoado, contra o indeferimento dos pedidos das letras "a" e "b" da inicial.

O reclamado apresenta contra-razões às fls. 575/579 e os autos sobem a este Tribunal.

Mediante despacho exarado à fl. 589 é denegado seguimento ao recurso porque recolhidas custas processuais após o decurso do prazo para interposição do apelo. No agravo regimental das fls. 593/601, o recorrente pondera que as custas já haviam sido recolhidas por ocasião do recurso anterior (fl. 483), sendo o novo recolhimento excesso de cautela.

Reconsiderada a decisão que denegou seguimento do recurso, os autos são encaminhados ao Ministério Público do Trabalho que, em parecer exarado às fls. 605/606, opina pelo conhecimento e provimento do apelo.

É o relatório.

[◀ volta ao índice](#)

VOTO DO RELATOR:

O sindicato-reclamante ingressou com a presente ação civil pública alegando, em suma, que o reclamado não emite as Comunicações de Acidente de Trabalho (CAT) nos casos de lesões por esforços repetitivos (LER/DORT), não cumpre determinação do Delegado Regional do Trabalho acerca da realização de exames demissionais e discrimina os empregados portadores da enfermidade. Com isso, requereu: a) determinação judicial para que o reclamado emita as CATs na forma prevista pela NR 07 da Portaria 3.214/78; b) que o reclamado cumpra a determinação do Delegado Regional do Trabalho e faça exames médicos demissionais; c) que se abstenha de tomar qualquer medida discriminatória contra empregados portadores de LER/DORT, "bem como adote as medidas necessárias para combater, de forma eficaz, a epidemia"; d) no caso de descumprimento, seja imposta ao reclamado multa diária equivalente a 1/30 do total de sua folha geral de pagamento.

O Juiz de primeiro grau julgou improcedente a demanda sob o fundamento, basicamente, de inexistência de prova, cujo ônus era do autor.

Inconformado, o reclamante alega que está comprovada a recusa em emissão das CATs, conforme constatado por auditores da Delegacia Regional do Trabalho, que são dotados de fé pública. Acrescenta que nos casos em que a CAT é emitida pelo sindicato a tramitação procedida no INSS é diversa, importando em procedimento muito mais lento que o normal. Também pondera que não é o empregador quem decide acerca da existência denexo causal entre o trabalho e a lesão sofrida, mas sim o INSS. Por outro lado, alega que o descumprimento da determinação do Delegado Regional do Trabalho é incontroverso, pois o próprio reclamado defendeu em contestação estar desobrigado de cumpri-la.

Como se observa, o arrazoado do autor contém insurgência apenas contra o indeferimento dos pedidos das letras "a" e "b" da inicial, os quais passo a analisar:

EMISSÃO DAS CATs.

A Lei 8.213/91 considera como acidente de trabalho as doenças ocupacionais, subdividas em doenças profissionais e doenças do trabalho, constantes da relação do Anexo II do Decreto 3.048/99. As primeiras, previstas no inciso I do art. 20, são aquelas produzidas ou desencadeadas pelo exercício de trabalho peculiar a determinada atividade, enquanto as segundas, previstas no

inciso II do mesmo artigo, são aquelas desencadeadas em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacionem diretamente.

As Lesões por Esforços Repetitivos (LER) compreendem várias doenças, tais como tenossinovite, tendinite, bursite e epicondilite, podendo ser enquadradas tanto como doenças profissionais quanto doenças do trabalho. Tanto é assim que atualmente são conhecidas por Doenças Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho (DORT), denominação mais apropriada, pois abrange não somente as moléstias decorrentes dos esforços repetitivos (que usualmente geram doenças profissionais), mas também aquelas ocasionadas pelo uso de equipamentos inadequados, excesso de força, uso prolongado de equipamento com vibração excessiva ou qualquer outra condição de trabalho que propicie o surgimento de alguma doença osteomuscular. A respeito do tema é esclarecedora a matéria publicada na revista Síntese Trabalhista nº 175, de janeiro/04, que bem define as LER/DORT "como sendo um conjunto de doenças, as quais atingem a parte osteomuscular do corpo humano, afetando, principalmente, os músculos, tendões, nervos e vasos dos dedos, mãos, punhos, braços, antebraços, ombro, pescoço, cotovelo e coluna vertebral, provocando inflamação não infecciosa no local, a qual gera dor intensa na pessoa afetada pela doença, e cuja causa advém das atividades profissionais exercidas pelo trabalhador, as quais exigem do mesmo movimentos manuais repetitivos, rápidos, forçosos, bem como a utilização de equipamento inadequados".

[◀ volta ao índice](#)

O art. 22 da Lei 8.213/91, por sua vez, determina que a empresa deverá comunicar o acidente do trabalho à Previdência Social até o 1º (primeiro) dia útil seguinte ao da ocorrência, sendo que o art. 23 esclarece que no caso de doença profissional ou do trabalho se considera como dia do acidente a data do início da incapacidade laborativa para o exercício da atividade habitual, ou o dia da segregação compulsória, ou o dia em que for realizado o diagnóstico, valendo para este efeito o que ocorrer primeiro. Ainda quanto ao art. 22, cabe esclarecer que o seu parágrafo 2º dispõe que, na falta de comunicação por parte da empresa, podem formalizá-la o próprio acidentado, seus dependentes, a entidade sindical competente, o médico que o assistiu ou qualquer autoridade pública, mas, em contrapartida, o parágrafo 3º prevê que tal comunicação não exime a empresa de responsabilidade pela falta do cumprimento da sua obrigação.

Especificamente quanto a LER/DORT, a própria Previdência Social orienta que deve ser emitida a CAT, conforme se vê da Norma Técnica de Avaliação de Incapacidade para Fins de Benefícios Previdenciários, onde consta que, "sendo confirmado o diagnóstico de DORT, deve ser emitida a Comunicação de Acidente do Trabalho - CAT, mesmo nos casos que não acarrete incapacidade laborativa para fins de registro e não necessariamente para o afastamento do trabalho".

Por outro lado, conforme o Manual de Instruções para Preenchimento da Comunicação de Acidentes do Trabalho - CAT emitido pela Previdência Social em março/99, "para que o acidente ou doença seja considerado como acidente do trabalho é imprescindível que estejam em acordo com os conceitos previstos no Decreto nº 2.172/97, sendo que a caracterização técnica deverá ser efetuada pelo Setor de Perícia Médica do INSS, que fará o reconhecimento técnico do nexo causal entre a doença e o trabalho".

Nesse contexto, fácil concluir que: as doenças profissionais e as doenças do trabalho equiparam-se a acidente do trabalho; a LER/DORT pode se configurar como doença profissional ou como doença do trabalho; é do empregador a obrigação de emitir a CAT, sendo que a possibilidade de ser emitida por outrem não afasta a sua responsabilidade; cabe ao INSS verificar se há ou não o nexo causal entre a doença e o trabalho.

Desse modo, entendo que a solução da controvérsia se resume a verificar se o reclamado está ou não se recusando a emitir as CATs.

No aspecto, está efetivamente demonstrado nos autos que o reclamado realmente se esquivou de cumprir a sua obrigação. Em primeiro lugar, veja-se que mesmo em relação ao período em que vigoraram os efeitos na antecipação de tutela deferida nos presentes autos houve diversos casos em que a CAT foi emitida pelo Sindicato, o que, conforme declarações dos trabalhadores, se deu em face da recusa do empregador em fazê-lo. Em alguns desses casos o INSS veio a reconhecer o direito ao benefício auxílio-doença acidentário (fls. 312/361). Em segundo lugar, ainda quanto ao período referido, o reclamado emitiu algumas CATs, mas de forma incompleta, sem a referência ao Código Internacional de Doenças (fls. 181/182).

Assim sendo, acolho o pedido para condenar o reclamado emitir regularmente as Comunicações de Acidente do Trabalho - CATs nas hipóteses de LER/DORT.

B) DETERMINAÇÃO DO DELEGADO REGIONAL DO TRABALHO.

Também no particular tem razão o recorrente.

Como bem ressaltado no recurso, não há falar em falta de prova do descumprimento da determinação de realização de exames demissionais, pois o reclamado não negou em contestação a imputação feita na inicial, cingindo sua defesa à alegação de que os requisitos legais determinados no subitem 7.4.3.5.3 da NR 07 da Portaria 3.214/78 não foram cumpridos pelo Delegado Regional do Trabalho (fls. 86/87).

Assim, incontroverso que o reclamado não cumpre a determinação do Delegado Regional do Trabalho, de realização de "exames médicos demissionais, independente da época da realização de qualquer outro exame" (fl. 46), a qual foi expedida pela referida autoridade com base na competência que lhe confere o item 7.4.3.5.3 da NR 07 da Portaria 3.214/78.

Ressalto, por oportuno, que não merece acolhida a alegação da defesa, de ausência de parecer técnico conclusivo, pois a comunicação enviada ao reclamado faz expressa referência ao processo 46218.001227/00-29, no qual, pelo que se verifica do documento juntado à fl. 161, foi constatada a necessidade de realização do exame demissional.

Desse modo, acolho também o pedido em particular.

c) MULTA EM CASO DE DESCUMPRIMENTO.

Embora o reclamante não renove expressamente o pedido feito na inicial, de cominação de multa ao reclamado para o caso de descumprimento das obrigações de fazer, o art. 11 da Lei 7.347/85 dispõe expressamente que "na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz determinará o cumprimento da prestação da atividade devida ou a cessação da atividade nociva, sob pena de execução específica, ou de cominação de multa diária, se esta for suficiente ou compatível, independentemente de requerimento do autor".

No caso, principalmente em razão do que se verificou no período em que vigoraram os efeitos na antecipação de tutela, considero imprescindível a cominação de multa diária para o caso de descumprimento de qualquer das obrigações de fazer ora arbitradas ao reclamado, a qual arbitro em cinco salários mínimos por hipótese de descumprimento, valor a ser revertido ao Fundo de Direitos Difusos, conforme disposições do art. 13 da Lei 7.347/85 e art. 2º, II, do Decreto 1.306/94.

(...)

[◀ volta ao índice](#)

[▲ volta ao sumário](#)

1.2. Assistência médico-hospitalar. Empregado aposentado. Benefício instituído na vigência do contrato de trabalho. Supressão.

(8ª Turma. RO 00024-1998-008-04-00-0, Relatora a Exma. Juíza Maria Helena Mallmann. Publ. DOE-RS: 20.01.2005)

EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE. MANUTENÇÃO DO ATENDIMENTO MÉDICO, HOSPITALAR, LABORATORIAL, PSICOLÓGICO E ODONTOLÓGICO. DESPESAS MÉDICAS. Reclamante que no curso do contrato de trabalho adquiriu grave patologia (tumor de comportamento maligno - "meningiomatose múltipla"). Regulamento do Programa de Assistência Médica - PAMED, administrado pelo próprio empregador em regime de auto-gestão, que previa, em caráter facultativo, a assunção das despesas de assistência médica, hospitalar, odontológica e psicológica, desde que comprovada a gravidade da enfermidade pelo empregado (cláusula chamada "Gravidade de Saúde"). Extinção do Regulamento do PAMED em julho de 1997. Aposentadoria por invalidez operada em 8 de abril de 1997. Regras contratuais trabalhistas que devem ser interpretadas em favor do empregado - princípio basilar do Direito Obreiro, expressão do princípio tuitivo. Durante mais de dois anos a reclamada assumiu os encargos financeiros com o tratamento de saúde da reclamante, com profissionais não conveniados, em pelo menos cinco cirurgias, por conta das cláusulas de Regime de Livre Escolha e da "Gravidade de Saúde", consoante Regulamento da PAMED. Conduta patronal que revela observância à obrigação contratual que, de expectada, a partir de sua reiteração, passou a integrar o patrimônio jurídico da reclamante como obrigação indissociável da relação jurídica existente. Projeção dessa obrigação para além do jubramento do empregado, circunstância expressamente consignada no Regulamento do PAMED. Novos contratos de prestação de serviços de cobertura de assistência médico-hospitalar, celebrados com as empresas Golden Cross e Amil que não contemplam minimamente as benesses insertas no extinto Regulamento do PAMED. Função social do contrato. Arts. 9º e 468 da CLT. Orientação contida no Enunciado 51 do TST. Conduta empresarial que reflete violenta agressão ao direito adquirido, garantia fundamental constitucional inserta no inciso XXXVI, art. 5º, resultante de situação jurídica anterior e definitivamente constituída, implicando prejuízo insustentável à reclamante. Recurso

provido, em parte, para deferir, nos mesmos moldes em que prestado à época da vigência do Regulamento do PAMED, a manutenção do atendimento médico, hospitalar, laboratorial, psicológico e odontológico, inclusive com o regime de livre escolha, até o final da convalescença da reclamante, na forma do postulado. (...)
(...)

[◀ volta ao índice](#)

ISTO POSTO:

I - RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE

01. MANUTENÇÃO DO ATENDIMENTO MÉDICO, HOSPITALAR, LABORATORIAL, PSICOLÓGICO E ODONTOLÓGICO. DESPESAS MÉDICAS

A reclamante almeja a reforma da sentença no tocante ao indeferimento dos pedidos de manutenção do atendimento médico, hospitalar, laboratorial, psicológico e odontológico nos mesmos moldes prestados pelo PAMED, inclusive com o regime de livre escolha, até o final de sua convalescença, bem como aquele deduzido sucessivamente, de pagamento de despesas com honorários médicos, inclusive anestesistas, hospitais, CTI, laboratórios, radiografias e outros exames (item c.1, fl. 07). Sustenta que a concessão do tratamento de saúde pela Datamec (primeira-reclamada) não decorreu de Acordo Coletivo de Trabalho como equivocadamente concluiu a sentença, mas sim de Programa de Saúde, que abrangia inclusive os inativos, conforme Regulamento das fls. 10/17. Enfatiza ser vítima de "meningiomatose múltipla" (tumor de comportamento maligno) e que faz jus ao atendimento médico-hospitalar postulado por ter laborado para a primeira-reclamada no período de 01º de dezembro de 1982 a 08 de abril de 1997, encontrando-se agora aposentada por invalidez. Aduz que os documentos dos autos revelam que a Datamec lhe reembolsou as despesas realizadas com o seu tratamento de saúde, circunstância que, segundo alega, é um reconhecimento patronal à gravidade da doença que a acomete. Ao assumir as despesas, o que era apenas facultativo se tornou obrigatório, pois a Reclamada não pode assumir e, posteriormente, deixar de efetuar o pagamento das despesas (fl. 860). Alega que o programa de saúde instituído pela primeira-reclamada constitui cláusula benéfica que aderiu ao contrato de trabalho de forma definitiva e sua supressão ou alteração são nulas, a teor do art. 468 da CLT.

A decisão de origem fundamenta o indeferimento das pretensões salientando inexistir prova de que o tratamento de saúde oferecido pela empregadora tenha se constituído em cláusula benéfica que aderiu ao contrato de trabalho da reclamante, sublinhando que, verbis:

Ao contrário, há prova de que o tratamento médico dispensado tenha decorrido de cláusula inserta em dissídio coletivo ("Gravidade de Saúde"), que integra o contrato de trabalho apenas no período em que vigente (fl. 850).

[◀ volta ao índice](#)

Data venia da decisão recorrida, o exame dos autos merece abordagem diversa.

É fato pacífico tenha a obreira mantido relação jurídica de emprego no interregno de 01º de dezembro de 1982 a 08 de abril de 1997, momento em que foi aposentada por invalidez.

A inicial notícia tenha ela sido submetida, a partir de 1995, a 05 cirurgias para tratamento de meningiomatose múltipla, localizado no nervo óptico, tumor que lhe causou perda total da visão no olho direito e comprometeu 98% da visão do olho esquerdo, passando a reclamante, inclusive, a sofrer de epilepsia. Diz a reclamante que todo o tratamento, inclusive o cirúrgico, até o presente momento, foi ministrado por uma equipe especializada, supervisionada pelo Dr. Luiz Carlos de Alencastro e que a gravidade da enfermidade fará com que a Reclamante se submeta a novas cirurgias, a fim de retirar vestígios do tumor, que segundo os médicos, certamente surgirão (fl. 04). Afirma que somente foi possível realizar o tratamento até o presente momento, porque a Datamec implantou e administrava o PAMED (Programa de Assistência Médica), esclarecendo que Dito programa, atendia os empregados e ex-empregados aposentados, de forma ampla, por intermédio de médicos, hospitais e laboratórios credenciados, e pelo regime de livre escolha. Nessa última hipótese, o empregado escolhia o profissional e/ou hospital, para realizar o tratamento, e a Reclamada ressarcia todas as despesas (ibidem). E esse programa, segundo alega, é cláusula benéfica que adere ao contrato de trabalho de forma definitiva. Pondera que a primeira-reclamada, todavia, em meados de 1997, firmou convênio com a GONDEN CROSS e depois com a AMIL, em substituição à PAMED, alterando o programa de assistência médica, já que os novos planos não têm credenciamento com os médicos e psicólogos que prestam serviços à reclamante e não contemplam o regime de livre-escolha. Denuncia, por fim, que a partir do momento da alteração no atendimento médico, a Reclamante ficou prejudicada, sem poder dar continuidade ao tratamento, com a frequência que o caso exige, pois não possui condições econômicas. As vezes que foi atendida, por

seus médicos, precisou pagar as consultas, inclusive com dinheiro emprestado, e não foi reembolsada pelas demandadas (fl. 05).

Não menos importante é a análise da peça contestatória da primeira-reclamada Datamec, empregadora (item 5, fls. 55/60). Afirma que a inicial confunde "Plano de Saúde" com o benefício denominado "Gravidade de Saúde". São consignados os seguintes argumentos, verbis:

[◀ volta ao índice](#)

[...]

A DATAMEC, através de seu acordo coletivo, estabeleceu que seus funcionários teriam assistência médica, mediante o pagamento de um percentual determinado de acordo com o salário percebido. Para tal, a DATAMEC inicialmente colocou a disposição de seus empregados vários Planos de Saúde, que, ao longo do tempo, tiveram alterado, única e exclusivamente, a empresa prestadora (SEMIC, FUNCEF, PAMED, GOLDEN CROSS, AMIL) e não as vantagens e coberturas oferecidas. [...] os Planos de Saúde oferecidos sempre foram iguais, isto é, davam total cobertura aos beneficiários (empregados ativos e inativos, bem como seus dependentes): ampla assistência médica, hospitalar, laboratorial e odontológica, com sistema de livre escolha (que permite o reembolso da quantia gasta pelo segurado de acordo com a tabela da AMB) e profissionais credenciados. Quanto à PAMED, esclarece-se que foi um Plano administrado pela própria Reclamada, que durou até junho de 1997. Ocorre que, obviamente, a Reclamada não é uma empresa que presta serviço na área da saúde, razão pela qual contratou empresas especializadas para tanto: em julho/97 a GOLDEN CROSS e, em agosto/97, a AMIL (ambas empresas de âmbito nacional), onde foram mantidas as mesmas modalidades de atendimento, sem qualquer alteração em sua na forma. Portanto, em nenhum momento houve alteração do contrato entre empresa e empregado, pois este último continuou a receber as mesmas vantagens que vinha recebendo anteriormente. Ocorre que o tratamento que a Autora recebeu através do Dr. Luiz Carlos Alencastro não foi amparado por qualquer Plano de Saúde, mas através de seu enquadramento em específica cláusula normativa (cláusula 10ª do Acordo 93/94), bem como suas anteriores e posteriores, que é "Gravidade de Saúde". Quando a autora começou a apresentar os primeiros sintomas de sua enfermidade, foi encaminhada, via Plano de Saúde, a diversos médicos e especialistas, sendo que somente o Dr. Alencastro detectou corretamente o mal que lhe afligia, indicando, para seu caso, cirurgia especializada e em caráter de urgência. Salienta-se, por oportuno, que o Dr. Alencastro é o maior especialista da área médica em que atua (neuro-cirurgião), da região Sul do País, não possuindo qualquer credenciamento através de qualquer Plano de Saúde, uma vez que, como todos os profissionais médicos altamente especializados, só atende particulares. A autora, portanto, foi enquadrada, dada a gravidade de sua enfermidade, na cláusula "Gravidade de Saúde" pelo Serviço Médico da Reclamada dada a alta complexidade do procedimento (localização do tumor em área de difícil acesso) a ser adotado em relação à Autora. A título de exemplificação, cita-se que a Autora sofreu 05 cirurgias através da equipe do Dr. Alencastro. [...]. Assim, repete-se que os reembolsos que a Autora recebeu, seja para o tratamento de seu filho seja o seu próprio, jamais estiveram vinculados ao PAMED ou outro Plano de Saúde, mas sim a solidariedade e espírito de equipe existente na Reclamada, sem o qual não teria tido condições financeiras de superar, nem uma nem outra dificuldade. [...].

Defende, ainda, que a exclusão da cláusula "Gravidade de Saúde" se deu a pedido do Tribunal de Contas da União, ressaltando, todavia, que, verbis:

[◀ volta ao índice](#)

[...]

Como aposentada por invalidez, a Reclamante continua a fazer jus ao Plano de Saúde dos empregados da Reclamada, in casu (hoje) a AMIL, que possui amplo quadro de profissionais credenciados, inclusive neuro-cirurgiões, altamente habilitados para a manutenção do tratamento da mesma. A manutenção deste tratamento independe do Dr. Alencastro e da sua equipe, uma vez que a Autora pode buscar em qualquer outro profissional credenciado o atendimento que necessita, já que o mais difícil já foi realizado, ou seja, o diagnóstico e as primeiras cirurgias (fl. 59).

Incontroverso que a reclamante foi aposentada por invalidez em 08 de abril de 1997, em face da grave e rara patologia a qual é portadora.

Cuida-se de saber, diante dos limites da litiscontestação, se a reclamante teve seu tratamento de saúde custeado pela reclamada por força de Regulamento de seu Programa de Assistência Médica - PAMED - socorrendo-lhe, nesse particular, a orientação consagrada no Enunciado 51 do TST, já que pacífico nos autos que o aludido Regulamento teve vigência até junho de 1997 -, ou se a reclamada alcançava o numerário necessário para o tratamento por conta de norma coletiva que contemplava, segundo sustenta, até 1997, o benefício da cláusula "Gravidade de Saúde" - a qual o Tribunal de

Contas da União recomendou não fosse mais renovada a partir de então. De se perquirir, ainda, se os planos de assistência médica que sucederam o da PAMED (formalizados com as empresas Gonden Cross e AMIL) cristalizam prejuízo à reclamante, capaz de atrair a incidência das normas contidas nos arts. 468 e 9º da CLT.

É anexado ao feito o Regulamento do Programa de Assistência Médica da PAMED (fls. 11/17), que prevê, em sua cláusula 1ª, que, verbis:

O programa de Assistência Médica - PAMED, administrado pela DATAMEC S/A, está voltado ao atendimento médico-hospitalar e odontológico dos empregados e beneficiários inativos, sendo extensivo a seus dependentes legais e/ou econômicos, no âmbito de cada Filial (fl. 12).

A cláusula 2ª, a seu turno, é assim redigida, verbis:

É considerado beneficiário, para fins de utilização dos serviços oferecidos, o Titular, o Inativo e respectivos Dependentes, que atendam às condições previstas no programa. [...].

2.2. Beneficiário Inativo. Aquele que adquirir a aposentadoria durante o vínculo empregatício com a DATAMEC, quando, a partir de 01/05/95, tiver tal vínculo extinto sem justa causa, desde que obedecidos os seguintes critérios:

- a) aposentadoria requerida e concedida antes da data do desligamento;
- b) aposentadoria requerida e, na data do desligamento, pendente de concessão do INSS;
- c) aposentadoria requerida durante o período de 30 dias a contar da data do desligamento.

[◀ volta ao índice](#)

[...]

2.3.2. Dependente de Inativo. Aqueles que, no momento em que se configura a condição de Beneficiário Inativo, já constem como seus Beneficiários Dependentes (fl. 12-v).

A cláusula 3.3 (Regime de Livre Escolha), fl. 17, prevê que, verbis:

O Beneficiário Titular e seus Dependentes serão atendidos por profissional ou entidade de sua preferência, desde que a especialidade clínica e/ou cirúrgica esteja prevista no Regime de Escolha.

A cláusula 3.3.1 (ibidem), reza que, verbis:

As despesas de atendimento clínico e/ou cirúrgico realizadas por qualquer beneficiário no Regime de Livre Escolha serão reembolsadas ao Beneficiário Titular, pelo mesmo valor do procedimento pago ao credenciado no Regime de Escolha Dirigida, conforme Tabela de Procedimentos da PAMED.

A cláusula 5 do Regulamento, fl. 17-v, dispõe sobre o benefício da "GRAVIDADE DE SAÚDE", possuindo o seguinte teor, verbis:

Desde que comprovada a gravidade do caso, a DATAMEC poderá assumir as despesas de assistência médica, hospitalar, odontológica e psicológica, nos termos da regulamentação vigente.

Segundo alega a reclamante, as cláusulas acima transcritas não foram inseridas nos contratos firmados em julho e agosto de 1997 com as empresas Golden Cross e AMIL, respectivamente.

Ao revés do sustentado na defesa, que afirma que a Reclamada não é uma empresa que presta serviço na área da saúde, razão pela qual contratou empresas especializadas para tanto: em julho/97 a GOLDEN CROSS e, em agosto/97, a AMIL (ambas empresas de âmbito nacional), onde foram mantidas as mesmas modalidades de atendimento, sem qualquer alteração em sua forma. Portanto, em nenhum momento houve alteração do contrato entre empresa e empregado, pois este último continuou a receber as mesmas vantagens que vinha recebendo anteriormente (fl. 56, grifos nossos), a simples leitura dos contratos de prestação de serviços anexados ao feito (fls. 505/522, com a Golden Cross -, e fls. 524/543, com a AMIL), revelam que não restaram minimamente mantidas as cláusulas retrotranscritas, máxime em relação àquela intitulada GRAVIDADE DE SAÚDE. Por demasia, e à guisa de exemplo, da cláusula terceira (fl. 525) do contrato firmado com a AMIL, infere-se nítida limitação ao credenciamento de dependente de beneficiário inativo, caso da reclamante ([...] Os seus dependentes só poderão ser incluídos enquanto na condição de vigência do pacto laboral com a CONTRATANTE), cláusula colidente com aquela inserida no Programa de Assistência Médico - PAMED, nº 2.3.2, supratranscrita.

Ora, tratando-se de vantagem prevista em Regulamento elaborado pelo empregador, suas cláusulas passam a fazer parte integrante do contrato de trabalho, consistindo em fontes formais de direitos, por consagrarem uma ampliação de vantagens favoráveis aos beneficiários arrolados na cláusula 2ª, fls. 13 e seguintes, dentre os quais a reclamante, aposentada por invalidez em abril de 1997.

Em outras palavras, quando da extinção do ajuste por aposentadoria vigia plenamente o Regulamento da PAMED, o qual, reitera-se, assegurava até aos empregados jubilados as benesses nele contidas.

Mas a contestação defende a tese de que somente patrocinou as cirurgias e demais encargos necessários ao tratamento da enfermidade - reconhecendo ter alcançado tais valores para o custeio

de 5 cirurgias - porque havia norma coletiva assim determinando e que esta, após decisão do Tribunal de Contas da União, não foi mais renovada, razão pela qual sustou os pagamentos a esse título.

É, todavia, fato pacífico que os valores necessários para o tratamento de saúde da reclamante, somente foram pagos até meados de 1997. Foi juntado um Acordo Coletivo de Trabalho, celebrado entre a DATAMEC e a entidade representativa dos empregados (comissão de negociação - fl. 458), para o período de 01º de maio de 1993 a 30 de abril de 1994 (cláusula 47ª, fl. 470).

A cláusula 26ª desse acordo coletivo (fl. 466), intitulada de GRAVIDADE DE SAÚDE, possui o seguinte teor, verbis:

A DATAMEC manterá assistência médica, hospitalar, odontológica e psicológica integral, sem ônus para seus empregados, nos casos de comprovada a gravidade e necessidade, analisadas por seus serviços médicos e sociais, conforme regulamentação, ficando previsto que o Sindicato poderá indicar profissional na área de saúde para acompanhar os casos que julgar conveniente.

Verdadeira é a circunstância de que o Tribunal de Contas da União, na decisão nº 524/96 (fl. 67), confirmada pelo Acórdão nº 069/97 (fl. 68), recomendou a exclusão do acordo coletivo de trabalho do benefício intitulado "Gravidade da Saúde". Há fotocópia da decisão publicada no Diário Oficial da União na fl. 475.

É fundamental salientar, entretanto, que não foram trazidos aos autos os acordos coletivos subseqüentes àquele anexado ao feito nas fls. 455/470. Não há, pois, como se afirmar, de forma indubitável, que a cláusula normativa retro-transcrita tenha sido extirpada do âmbito do regramento coletivo seguinte, ônus de provar que incumbia à reclamada. E mesmo que tal restasse plenamente desenhado nos autos, não se endossaria a tese empresarial, como já mencionado alhures.

Exitosa é, portanto, a inicial, ao defender a tese de que a reclamada custeava as despesas médicas decorrentes das cinco cirurgias a que foi submetida e todo o tratamento de saúde decorrente, por força da cláusula GRAVIDADE DE SAÚDE, prevista no Regulamento do Programa de Assistência Médica, administrado pela própria DATAMEC, ora recorrida.

E distinta não é a conclusão, a partir do exame do conjunto da prova coligida.

Robusta é a prova documental no sentido de que a conduta empresarial - em pagar o tratamento de sua então empregada, na integralidade - adveio da observância do Regulamento da PAMED. De observar-se, v.g., que a reclamada, por meio de sua Filial-POA, em relatório encaminhado ao Departamento de Recursos Humanos, referente ao PROCESSO 1 PAMED 034.95, noticia e postula o seguinte, verbis:

[← volta ao índice](#)

[...]

Às folhas 010 do processo em referência, foi autorizada a realização das cirurgias necessárias ao tratamento a que se submete a empregada Eliane Chagas Sardique. O tratamento é realizado por médico particular pois não existe entre os credenciados equipe de neurocirurgia especializada para acompanhar a problemática de saúde apresentada. O 1º tempo cirúrgico foi orçado em R\$ 9.000,00 (nove mil reais) e realizado em 10/06/95. A filial Poa vem solicitar, neste momento, autorização para reembolsar o 2º tempo cirúrgico, realizado em 29/06 e cujos os honorários médicos, após negociação, ficaram orçados em R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais). O Serviço Médico caracteriza a elegibilidade ao Benefício, de acordo com o item 5 do Regulamento do Plano de Assistência Médica e, por tratar-se de continuidade do tratamento. Conforme relato da Assistente Social da filial Porto Alegre, a paciente deverá ser submetida a mais uma intervenção cirúrgica, ainda sem data marcada (fl. 387, grifos nossos).

A proposição positiva do Chefe da Divisão de Administração de Pessoal da DATAMEC, verso da fl. 387, é no sentido de autorizar o reembolso do 2º tempo cirúrgico.

São elementos de convicção que rechaçam a tese da reclamada, no sentido de que A manutenção deste tratamento independe do Dr. Alencastro e da sua equipe, uma vez que a Autora pode buscar em qualquer outro profissional credenciado o atendimento que necessita, já que o mais difícil já foi realizado, ou seja, o diagnóstico e as primeiras cirurgias (fl. 59), porquanto, como descrito acima pela Filial-POA, o tratamento por profissionais não conveniados com o PAMED (particulares), somente foram autorizados pois não existe entre os credenciados equipe de neurocirurgia especializada para acompanhar a problemática de saúde apresentada (fl. 387, grifamos).

E, sublinhe-se, sequer há prova nos autos no sentido de que os contratos de prestação de serviços formalizados com a Golden Cross e a AMIL possuam profissionais habilitados para o tratamento da rara, grave e irreversível patologia que acomete a reclamante. Ao contrário, a prova apresentada pela própria reclamada (fl. 387) desmente essa alegação.

Igualmente, a título exemplificativo, o relatório da fl. 408, em que a filial-POA requer os valores necessários para a 5ª e última cirurgia a que se tem notícia nos autos, aludindo, expressamente, a base para o pedido: o Regulamento da PAMED.

O pagamento dos valores, a propósito e como sempre, restou autorizado pelo diretor de Administração e Recursos Humanos, Sérgio Ballerini.

São dados que reforçam o entendimento de que, com a retirada das vantagens previstas no Regulamento do Plano de Assistência Médica da reclamada, ocorrida em junho de 1997, houve manifesta lesão ao patrimônio jurídico da obreira, reiterando-se a observância, na hipótese em comento, do Verbete nº 51 do TST.

Somente pelo prazer à dialética, esclareça-se que a presente demanda foi aforada logo após a citada lesão, em 09 de janeiro de 1998, consoante dá conta o carimbo de protocolo apostado na fl. 02.

A instituição, pela reclamada, de Programa de Assistência Médica, configura o instituto da autogestão, ou seja, o empregador, por meio de sistema por ele elaborado, administra plano de saúde próprio e específico, estendido aos seus empregados - ativos e inativos - bem como seus dependentes. A autogestão, hodiernamente, encontra previsão na Lei 9656/98, § 2º, art. 1º.

Pertine invocar as lições de Jorge Luiz Souto Maior (in Direito Processual do Trabalho, p. 24) acerca da função social do contrato (art. 421 do Novo Código Civil), extraídas do manual de Edilton Meirelles, Juiz do Trabalho da 23ª Região, O Novo Código Civil e o Direito do Trabalho, verbis:

[...] da relação trabalhista decorre uma espécie de limitação ao direito de propriedade do empregador, que passa a agir no âmbito de sua unidade produtiva dentro dos padrões estabelecidos pela lei, a qual visa a inibir abusos econômicos e melhorar as condições de trabalho e, na medida do possível, da vida do empregado (MEIRELLES, Edilton, O Novo Código Civil e o Direito do Trabalho, São Paulo: LTr, 2002, p. 85).

Por igual, o magistério de Alexandre Agra Belmonte, verbis:

[◀ volta ao índice](#)

[...]

Já no concernente à função social, tem-se que o contrato deve atender ao fim social de autoregulação de interesses, devendo servir para a promoção do bem comum e não podendo ferir a boa-fé objetiva. Por consequência, são nulas ou anuláveis as convenções destinadas a tangenciar a lei, para a obtenção de resultado anti-social, cabendo ao juiz a correção em caso de desvio de conduta ou de finalidade (BELMONTE, Alexandre Agra, Instituições Cíveis no Direito do Trabalho - Curso de Direito Civil Aplicado ao Direito do Trabalho, 3ª ed. - Rio de Janeiro: Renovar, 2004, p. 323).

De tudo isso, a conclusão inexorável é a de que as disposições constantes no Regulamento do Programa de Assistência Médica da DATAMEC passaram a integrar o patrimônio jurídico da reclamante, que não teve, na formalização de contratos de planos de saúde com terceiras empresas, garantidas as mesmas vantagens outrora alcançadas por seu empregador que unilateralmente as suprimiu.

Sublinhe-se que, conquanto a cláusula 5ª do Regulamento (Gravidade de Saúde), estabeleça condição para o seu implemento (Desde que comprovada a gravidade do caso, a DATAMEC poderá assumir as despesas de assistência médica, hospitalar, odontológica e psicológica, nos termos da regulamentação vigente - fl. 17-v, grifamos), as regras contratuais trabalhistas devem ser interpretadas sempre em favor do empregado - princípio basilar do Direito Obreiro, expressão do princípio tuitivo - como, de resto, dispõe o Novo Código Civil, art. 423, bem como o Código do Consumidor (Lei 80748/90) - que, à semelhança das regras trabalhistas, também dispõe acerca de relações jurídicas estabelecidas entre desiguais -, art. 47.

Na hipótese em comento, havia, inicialmente, uma mera faculdade patronal em observar a cláusula 5ª do Regulamento do PAMED. Entrementes, foram realizadas pelo menos cinco cirurgias integralmente pagas pelo empregador, durante mais de 2 anos.

Traduz-se, tal conduta, em obrigação contratual que, de expectada, a partir de sua reiteração, passou a integrar o patrimônio jurídico da reclamante como obrigação indissociável da relação jurídica existente. E essa obrigação, conforme cláusulas do aludido Regulamento - e como já visto -, projetava-se para além do jubramento do empregado.

Em outras palavras: embora a cláusula 5ª do Regulamento do PAMED estabeleça uma mera faculdade ao empregador quanto à assunção das despesas de assistência médica, hospitalar, odontológica e psicológica, a postura patronal, diante do contexto desenhado nos autos - e, diga-se, de todo louvável, face ao bem jurídico então tutelado - transmudou a natureza dessa cláusula, tornando obrigatório o que até então era facultativo.

A questão dirime-se pela observância ao princípio da tutela, em sua expressão da aplicação da norma mais favorável, esta consistente na obrigação patronal em atender às necessidades pecuniárias para o integral tratamento de saúde da reclamante.

A propósito do tema, o entendimento de Edilton Meirelles, verbis:

No direito do trabalho essa regra tem ampla aplicação até porque se afina com o princípio da interpretação mais favorável ao trabalhador, que, em geral, adere ao contrato proposto pelo empregador. Aliás, essa regra não só se aplica ao contrato de trabalho em si, como, ainda, a todos os outros pactos contratuais acessórios firmados pelo empregado em decorrência da existência do vínculo empregatício, como, por exemplo, em relação a adesão ao plano de previdência privada, a plano de seguro de vida, a plano de assistência médica, etc (ob. cit. Ibidem, grifo nosso).

Incide, na hipótese, a norma de ordem pública contida nos arts. 468 (Nos contratos individuais de trabalho só é lícita a alteração das respectivas condições, por mútuo consentimento, e, ainda assim, desde que não resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado, sob pena de nulidade da cláusula infringente desta garantia) e 9º (Serão nulos de pleno direito os atos praticados com o objetivo de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação dos preceitos contidos na presente Consolidação) ambos da CLT. Invoca-se, por igual, a orientação consagrada no Enunciado 51 do TST (As cláusulas regulamentares, que revoguem ou alterem vantagens deferidas anteriormente, só atingirão os trabalhadores admitidos após a revogação ou alteração do regulamento).

A conduta empresarial reflete violenta agressão ao direito adquirido, garantia fundamental constitucional inserta no inciso XXXVI, art. 5º, resultante de situação jurídica anterior e definitivamente constituída, implicando prejuízo insustentável à reclamante que, portadora de irreversível moléstia, viu-se à mercê da própria sorte, sem a tutela que antes aderira a seu contrato de trabalho, visualizada, especificamente, no pagamento integral de suas despesas médicas e psicológicas pelo empregador, direito que, frise-se, alcançava-lhe até mesmo após a extinção do liame empregatício, resultante da concessão da aposentadoria pelo Instituto Nacional da Seguridade Social.

[← volta ao índice](#)

Importante reiterar, nesse passo, que, consoante retro-examinado, a própria reclamada reconheceu a gravidade do estado de saúde da reclamante quando, por meio de seus relatórios, expunha todos os contornos da doença que se sobre ela se acometera, reconhecendo que a obreira somente deveria ser assistida pelo Dr. Alencastro e sua equipe médica, especialistas na área e não-conveniados - enquadrando o caso no Regime de Livre Escolha. Provas em sentido contrário, ademais, não foram produzidas.

Chama a atenção, também, o parecer da Chefe do Departamento de Recursos Humanos - Sr. Eliana Perdigão Fernandes - quando, em 25 de abril de 1997 (quando já aposentada a reclamante), conclui o que segue, verbis:

Trata-se de pedido de prorrogação de tratamento de excepcionalidade para empregada de Porto Alegre que conta com o parecer favorável de todos os profissionais que participam do processo, pois sua situação é realmente crítica (v. fotocópia de fac-símile, fl. 438, grifo nosso).

Transcreve-se decisão do Tribunal Superior do Trabalho que, julgando processo análogo, assim se pronunciou, verbis:

EMENTA: ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR. EMPREGADO APOSENTADO. BENEFÍCIO INSTITUÍDO NA VIGÊNCIA DO CONTRATO DE TRABALHO. SUPRESSÃO - COMPANHIA CERVEJARIA BRAHMA. A determinação de supressão do direito à assistência médico-hospitalar aos aposentados e dependentes somente pode gerar efeitos relativamente aos empregados admitidos posteriormente a alteração do regimento interno, sob pena de ofensa ao direito adquirido do Reclamante, nos termos do art. 5º, XXXVI, da CF. De acordo com o art. 468 da CLT, "nos contratos individuais de trabalho só é lícita a alteração das respectivas condições por mútuo consentimento e, ainda assim, desde que não resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado". Nesse mesmo sentido os Enunciados nº 51 e 288/TST. Embargos não conhecidos (Proc. nº TST-E-RR-583.376/99.7, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Ministro Relator: Rider de Brito, DJ. 11/10/2002, www.tst.gov.br, grifo nosso).

Também merecem transcrição as importantes decisões do Tribunal Regional de Minas Gerais, extraídas da base de jurisprudência do sítio oficial na internet, "www.mg.trt.gov.br", cujas ementas são a seguir transcritas, verbis:

EMENTA: PLANO DE SAÚDE. CLÁUSULA CONTRATUAL QUE O GARANTE NO PERÍODO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. A extinção do fundo ou órgão que cuidava do pagamento de despesas médicas e odontológicas segundo cláusula contratual aplicável à Reclamante não justifica a

extinção do benefício que deve ser pago ou diretamente pela Reclamada ou mediante a contratação de Plano de Saúde, garantidos a mesma extensão de efeitos e o mesmo nível de compartilhamento pela Reclamante (TRT 3ª R., - 4ª T., RO/14925/01 - Rel. Juíza Mônica Sette Lopes - DJMG 09/12/2002, p. 15, grifo nosso).

EMENTA: PLANO DE SAÚDE. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. FORNECIMENTO INTERROMPIDO. RESTABELECIMENTO DAS CONDIÇÕES ANTERIORMENTE USUFRUÍDAS. Provado nos autos que a reclamada deixou de conceder a assistência médico-hospitalar e odontológica nos moldes em que os autores vinham recebendo mesmo após suas aposentadorias, tal procedimento atrai a aplicação do disposto no artigo 468 da CLT. Saliente-se que o fornecimento do Plano de Saúde integrou o patrimônio jurídico dos reclamantes, aderindo a seus contratos de trabalho e, entendimento contrário, acarreta violação ao direito adquirido insculpido no artigo 5º, XXXVI, da CRF/1988. Aplica-se, in casu, a condição mais vantajosa, conforme disposição contida no Enunciado 51 do c. TST (TRT 3ª R., 7ª T., RO/9778/02, Rel. Juiz Bolívar Viegas Peixoto, DJMG 03/10/2002, p. 17, grifo nosso).

EMENTA: PLANO DE SAÚDE PAGO APÓS O DESLIGAMENTO DO EMPREGADO. SUPRESSÃO. DIREITO ADQUIRIDO. Se a reclamada continua pagando durante vários anos planos de saúde aos reclamantes, mesmo depois de cessada a relação de emprego, ela se obriga a pagar a vantagem, a qual se equipara a uma complementação de aposentadoria. Logo, não poderia ela suprimir o benefício, sob pena de afronta ao direito adquirido dos seus ex-empregados. Recuso ordinário a que se nega provimento (TRT - 3ª R., 2ª T., RO/19634/00 - Rel. Juíza Alice Monteiro de Barros - DJMG 31/01/2001, p. 21 - grifo nosso).

Invoca-se, também, decisão da 3ª Turma deste Regional, da lavra do Juiz Hugo Carlos Scheuermann, verbis:

[◀ volta ao índice](#)

EMENTA: PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA MANTIDO PELO EMPREGADOR POR FORÇA DE ACORDO COLETIVO DE TRABALHO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. SUSPENSÃO DO CONTRATO. EFEITOS. Faz jus à permanência no plano de assistência médica e odontológica o empregado aposentado por invalidez e, portanto, com o contrato de trabalho ainda em vigor, embora suspenso, por se tratar de vantagem concedida por força de norma coletiva que não se dirige expressamente aos empregados da ativa. Vantagem concedida antes da aposentadoria por invalidez, que deve ser mantida nos mesmos moldes em que alcançada anteriormente ao trabalhador, enquanto perdurar a suspensão do pacto. Recurso da reclamada a que se nega provimento (proc. nº 00079-2001-001-04-0 RO, TRT 4ª Reg., 3ª T., unanimidade de votos, Rel. Juiz Hugo Carlos Scheuermann, Publ. 22/03/04, base de jurisprudência do sítio: 'www.trt4.gov.br').

A bem da verdade, a extinção do Programa de Assistência Médica - PAMED, em meados de 1997, cujos benefícios se inserem no patrimônio jurídico da reclamante - teve por claro escopo adequar a reclamada, até então uma empresa estatal, à realidade nacional, consistente no Estado-mínimo. E a concretude dessa circunstância é facilmente apreendida: poucos meses após a extinção do referido plano, em 16 de dezembro de 1997, o então Presidente da República edita o Decreto 2422, incluindo a Datamec S/A - Sistemas e Processamento de Dados, no Programa Nacional de Desestatização - PND. À evidência, o quanto evidenciado objetivou tornar mais atraente a empresa-ré para o mercado de capitais.

Segundo o sítio 'http://www.unisys.com.br/news/imprensa/release22.htm', a Datamec foi adquirida pela Unisys Corporation, tornou-se, a partir de então, a maior empresa de terceirização de sistemas, serviços e aplicativos do país. É destacado que Entre os principais clientes destacam-se sua ex-controladora, a Caixa Econômica Federal, e o Ministério do Trabalho e Emprego, em áreas como crédito imobiliário, crédito educativo, sistema de saúde, seguro desemprego, de ações de emprego, entre outras. Passou a ser, portanto, uma empresa privada com atuação em setores estratégicos para o país.

E, somente para que não se perca o rumo da História, o sítio do Sindicato dos Profissionais em Processamento de Dados do Distrito Federal - SINDIPD-DF, 'http://www.sindpd-df.org.br/jornal/campanha_salarial.htm', dá conta de que, desde a privatização, a Datamec despediu mais de mil empregados. Também é denunciado que Na DATAMEC, a Unisys se apropriou dos serviços da CEF e tem um faturamento que em apenas três anos de privatização já cobriu o gasto com a compra da empresa.

O ato patronal, consubstanciado na inobservância de obrigação contratual, que se projetara para além do jubramento de seus empregados, retirando direito líquido e certo da reclamante, é nulo de pleno direito, porque desrespeita norma de ordem pública inserta no art. 468 da CLT. Tal regramento, comina de nulidade as modificações lesivas do ajuste laboral que impliquem prejuízos,

diretos ou indiretos ao obreiro, atraindo a incidência do art. 9º da CLT - nulidade absoluta. De forma supletória, invoca-se o art. 145, inciso V do Código Civil de 1916, vigente à época da contratualidade.

E, somente pelo prazer à dialética, enfatize-se ser incogitável falar na incompetência da Justiça do Trabalho para apreciar a matéria sub judice. Nesse diapasão, recentemente pronunciou-se o Superior Tribunal de Justiça, em julgamento de Agravo Regimental em Conflito de Competência, acórdão da lavra do Ministro Aldir Passarinho Júnior (proc. AGRCC 38650/SP, DJ: 30/08/2004, p. 00197), verbis:

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO. AGRAVO REGIMENTAL. AÇÕES CONEXAS DE OBRIGAÇÃO DE FAZER E DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA. TRABALHADOR APOSENTADO. MANUTENÇÃO DO PLANO DE SAÚDE. QUESTÃO INTIMAMENTE LIGADA AO EXTINTO CONTRATO DE TRABALHO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESPECIALIZADA.

I. Sendo conexas as ações em que se discute sobre a manutenção de plano de saúde posto à disposição de trabalhador aposentado, porque, no caso em tela, que é peculiar, estreitamente relacionada ao extinto contrato de trabalho, a competência para dirimir o litígio pertence à Justiça do Trabalho.

II. Agravo regimental improvido.

Conclui-se pela procedência parcial da ação, no tópico, para deferir, nos mesmos moldes em que prestado à época da vigência do Regulamento do PAMED, a manutenção do atendimento médico, hospitalar, laboratorial, psicológico e odontológico, inclusive com o regime de livre escolha, até o final da convalescença da reclamante (item c.1, fl. 07). A controvérsia acerca da responsabilidade das reclamadas será objeto de exame em item próprio.

Rejeita-se, entretanto (o provimento parcial daí se justifica) o pedido de condenação das Reclamadas no reembolso das despesas médicas realizadas e não reembolsadas, até o deslinde da controvérsia (fl. 07). Isso porque, embora presumível que tal tenha efetivamente ocorrido, a reclamante, conforme lhe incumbia (art. 818 da CLT, combinado com o inciso I do art. 333 do CPC), não apresenta mínimos elementos de provas a amparar tal alegação.

Recurso provido, em parte.

(...)

[◀ volta ao índice](#)
[▲ volta ao sumário](#)

1.3. Desvio de função. Reenquadramento. CORSAN. Diferenças salariais deferidas com base em laudo pericial.

(6ª Turma. RO 00779-2002-371-04-00-3, Relator o Exmo. Juiz Mario Chaves. Publ. DOE-RS: 14.03.2005)

EMENTA: DESVIO DE FUNÇÃO. DIFERENÇAS SALARIAIS DEFERIDAS COM BASE EM LAUDO PERICIAL. AUSÊNCIA DE PROVA EM CONTRÁRIO. Comprovado o exercício de funções pertinentes a cargo de maior responsabilidade, em laudo pericial, faz jus o empregado às diferenças salariais por desvio de função.

PREVISÃO DE PROMOÇÃO ANUAL EM REGULAMENTO DA EMPRESA. OMISSÃO DA EMPREGADORA. ATO QUE NÃO PODE PREJUDICAR O EMPREGADO. A omissão da empregadora no cumprimento de norma regulamentar prevendo promoção anual viola o disposto no art. 468 da CLT, porque prejudica o empregado.

VISTOS e relatados estes autos de RECURSO ORDINÁRIO, interposto de sentença proferida pelo MM. Juízo da 1ª Vara do Trabalho de Sapiranga, sendo recorrentes COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN e MILTON JOSÉ FINGER e recorridos OS MESMOS.

Contra a sentença de parcial procedência (fls. 635/646), recorrem as partes.

(...)

I - RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA

1. PRESCRIÇÃO TOTAL.

A recorrente argúi a prescrição total da ação quanto ao pedido de diferenças salariais por desvio de função. Invoca o Enunciado nº 294/TST e no Precedente nº 144 da SDI-I/TST.

Sem razão, todavia.

Consoante os termos da petição inicial, o desvio de função teve início "nos últimos cinco anos" (sic, item 2, fl. 03), ou seja, a partir de 1997, considerando-se a data de ajuizamento da ação (21.8.02). Incontroversamente, o contrato de trabalho, iniciado em 01.7.94, permanece em vigor.

Não obstante tenha a suposta primeira lesão ocorrido há muito tempo (em 1997), não é pela circunstância de autobastar-se o ato ou pela imediatidade de seus efeitos que resulta sua

unicidade. Ato único é aquele que determina a supressão de vantagem que somente seria percebida uma vez; atingindo prestações periódicas, como no caso sub judice, a prescrição é sempre parcial, contando-se do vencimento de cada uma delas e não do direito do qual se originam. Não há falar, portanto, em prescrição total, pois as violações são sucessivas, repetindo-se, de modo iterativo, a cada parcela não-satisfeita.

Assim, correto o julgamento no sentido da renovação da invocada lesão a cada vencimento mensal, afastando a alegada prescrição total do direito de ação com base no Enunciado nº 294/TST e na Orientação Jurisprudencial nº 144 da SDI-I/TST. No caso dos autos, não se discute "enquadramento" equivocado quando da formação do quadro, mas sim desvio ocorrido posteriormente. Portanto, sequer ato (comissivo) houve. Se algo aconteceu, e isto será visto a seguir, foi omissão da empregadora.

2. REENQUADRAMENTO E DIFERENÇAS SALARIAIS POR DESVIO DE FUNÇÃO.

Insurge-se a recorrente contra o pagamento de diferenças salariais pelo reenquadramento funcional para Instalador de Redes II, a partir de 01.01.98, e antes desta data, por desvio de função. Diz que o reenquadramento do obreiro importa em nova investidura sem a prestação de concurso público de provas e títulos. Sustenta tratar-se de hipótese diversa daquela contemplada na Orientação Jurisprudencial nº 125 da SDI-I/TST. Sustenta constituir óbice ao reenquadramento deferido os requisitos do art. 37, inciso II e parágrafo 2º da Constituição Federal, em virtude do qual seriam também indevidas as diferenças salariais deferidas por desvio de função. Alega não ter sido comprovado o exercício conjunto e integral de todas as atividades previstas no quadro de carreira para o cargo de "Instalador de Redes II". Invoca a violação ao disposto no art. 1.090 do CCB de 1916.

[◀ volta ao índice](#)

Razão lhe assiste em parte.

Foi reconhecido na sentença o direito ao "reenquadramento" formal no cargo de "Instalador de Redes I", a partir de 01.01.98, data em que teria completado um ano de serviço no nível de "Instalador de Redes I", conforme entendimento do Julgador de origem, com registro desta alteração na CTPS e o pagamento das diferenças salariais decorrentes do reenquadramento, "na classe que corresponder, em valor, a uma promoção horizontal nessa data, e, depois, alterada mediante uma promoção por antigüidade em 01.10.99" (fl. 645), em parcelas vencidas e vincendas, com reflexos em férias (acrescidas de 1/3), gratificações natalinas, gratificações de retorno de férias, adicionais por tempo de serviço, horas extras, adicional noturno, licença-prêmio; acolheu, ainda, em parte, o pedido sucessivo de diferenças salariais por desvio de função para o período anterior a 01.01.98, com base nos valores pagos à classe inicial de Instalador de Redes II, com reflexos em férias (acrescidas de 1/3), gratificações natalinas, gratificações de retorno de férias, adicional por tempo de serviço, horas extras, adicional noturno, licença-prêmio.

No tocante ao reenquadramento formal no cargo de "Instalador de Redes II", com anotação das alterações na CTPS do obreiro, procede a insurgência. São aplicáveis à recorrida, na condição de sociedade de economia mista, as disposições contidas no artigo 37, inciso II e § 2º, da Constituição Federal, obstando o "reenquadramento" formal deferido, uma vez este importaria em acesso a cargo diferenciado daquele ocupado pelo recorrido. O constituinte não fez a ressalva (cargos da mesma carreira), descabendo ao intérprete fazê-lo. Adota-se, dessarte, o entendimento consolidado na Orientação Jurisprudencial nº 125 da SDI-I/TST: "Desvio de função. Quadro de carreira. O simples desvio funcional do empregado não gera direito a novo enquadramento, mas apenas às diferenças salariais respectivas, mesmo que o desvio de função haja iniciado antes da vigência da CF/1988".

Embora conste, na descrição do cargo de Instalador de Redes II, como forma de recrutamento de pessoal apenas a seleção interna (fls. 09/10), referida redação é da época da edição da Resolução nº 23/82, anterior à promulgação da Constituição Federal vigente em 1988. Não mais subsiste a "seleção interna" (transposição ou ascensão) como forma de provimento de cargo ou emprego público. Ademais, a recorrente está organizada em quadro de carreira, óbice ao "reenquadramento" pretendido. Reorganizado pela Resolução nº 23/82, foi homologado apenas pelo então Governador do Estado do Rio Grande do Sul (fl. 391); a ausência de homologação pelo Ministério do Trabalho não lhe retira a validade, tendo em vista que a recorrida é sociedade de economia mista. Nesse sentido, a jurisprudência cristalizada na Orientação Jurisprudencial nº 193 da SDI-I/TST: "Equiparação salarial. Quadro de Carreira. Homologação. Governo Estadual. Válido".

Afasta-se, portanto, o reenquadramento formal deferido para o cargo de "Instalador de Redes II", com anotação da alterações na CTPS do recorrido, a partir de 01.01.98, com as diferenças salariais daí decorrentes. É devido, contudo, o reexame da matéria de fundo - diferenças salariais por desvio de função durante todo o período imprescrito e parcelas vincendas, ante a vigência do contrato de

trabalho, enquanto perdurar o desvio. Ante o afastamento do reenquadramento não há que se falar em afronta ao disposto no art. 37, inciso II e § 2º, da Constituição Federal e no art. 1090 do CCB de 1916 (atual art. 114 do Código Civil vigente).

O laudo pericial (fls. 538/543 e 584/587) é favorável a tese da petição inicial quanto ao exercício das atividades próprias do cargo postulado, Instalador de Redes II. Nesse sentido, o perito técnico aponta no laudo complementar o exercício das seguintes tarefas, constantes no rol de atribuições da descrição do cargo de "Instalador de Redes II" (fls. 09/10 e 439/440): "efetuar reparos em redes de água e adutoras substituindo registros, válvulas e conexões, empregando ferramentas manuais; assentar tubulações, peças e instalar conexões componentes de rede de água e de adutoras; levantar dados referentes a rede d'água existente, tirando medidas e verificando os locais, para elaboração de croquis; colocar ramais provisórios em tubulações de 32 mm ou ¾ de polegada para distribuição de água a economias distantes da rede de distribuição (distribuidor precário); rebaixar ou levantar a rede d'água, de acordo com a necessidade quando da repavimentação de avenidas ou ruas por parte da Prefeitura Municipal; instalar ventosas na rede de abastecimentos d'água, quando verificado a existência de ar no sistema, evitando o rompimento das tubulações ou desabastecimentos das economias; verificar a procedência das reclamações dos consumidores, visitando os domicílios e vistoriando as instalações hidráulicas, incluindo hidrômetros, registros e conexões; preencher na ordem de serviço, o material consumido e o trabalho efetivamente executado; colocar e retirar registros da rede de distribuição d'água; conferir a metragem de repavimentações (pedra irregular, asfalto e calçadas), certificando-se da correspondência do serviço executado com aquele cobrado pelas empreiteiras terceirizadas; reparar registros substituindo componentes com defeito (haste, gaxetas)" (fls. 584/585), além disso o obreiro deslocava-se até as frentes de trabalho, conduzindo veículo da empregadora, transportando materiais e equipamentos, desempenhando, também, aquelas tarefas arroladas nas fls. 538/543. O "expert" concluiu que as atribuições do recorrido correspondem àquelas constantes na descrição do cargo de Instalador de Redes II.

[◀ volta ao índice](#)

As alegações recursais não afastam as conclusões expostas no laudo pericial, que decorrem de informações prestadas por ambas as partes. Não procede a tese da recorrente da necessidade de realização da integralidade das atribuições do cargo em relação ao qual é invocada a existência de desvio, até porque, conforme a descrição do cargo de "Instalador de Redes II", cuida-se de cargo previsto para lotação privativa em "Unidades de Saneamento, Escritório de Obras e Industriais" (fl. 09), abrangendo, portanto, diversas áreas de atuação. Além disso, a Unidade de Saneamento de Campo Bom é composta por quatro setores: administrativo, "CAP", tratamento e distribuição (fl. 248). Não se apresenta, factível, portanto, que, numa empresa do porte da recorrente (e dada a amplitude de áreas de atuação do cargo de Instalador de Redes II), todos os empregados do mesmo cargo tenham como atribuições a totalidade das atividades descritas no quadro. Ademais, o recorrido possui escolaridade compatível (5ª série do primeiro grau) com a qualificação exigida para o cargo de "Instalador de Redes II" (primeiro grau incompleto - até 4ª série) conforme o laudo técnico às fls. 540/541.

Comprovado o exercício de atividade própria a cargo com remuneração superior, são devidas as diferenças salariais em todo o período imprescrito, em parcelas vencidas e vincendas, por tratar-se de contrato de trabalho em vigor.

A condição de sociedade de economia mista da empregadora não obsta o pagamento das diferenças salariais por desvio de função, face ao princípio da isonomia salarial previsto no art. 460 da CLT, norma legal aplicável a ela conforme o art. 173, II, da Constituição Federal.

Não constitui óbice a contraprestação, outrossim, o fato de a recorrente contar com quadro de carreira. O pagamento é devido em virtude do labor efetivamente prestado, não importando em promoção vertical ou acesso a cargo diferenciado daquele ocupado pelo recorrido.

Dá-se, pois, provimento parcial ao recurso para afastar o reenquadramento formal no cargo de "Instalador de Redes II", com anotação na CTPS.

3. DIFERENÇAS SALARIAIS POR UMA PROMOÇÃO DE CLASSE A PARTIR DE 30.12.02. PCES 2001.

Busca a recorrente absolvição do pagamento de diferenças salariais decorrentes de uma promoção de classe a partir de 30.12.02 (e reflexos). Sustenta ter sido reconhecida a validade do Plano de Classificação em Empregos e Salários - PCES 2001 pelo sindicato da categoria profissional do obreiro (SINDIÁGUA), inclusive com sua chancela mediante o acordo coletivo/2001, o qual prevê a obrigação de sua imediata implantação (cl. 45ª). Não aceita o entendimento do Julgador de origem

no sentido de que o novo Plano de Classificação em Empregos e Salários - PCES 2001, implantado pela Res. nº 014/01 - GP, viola o princípio constitucional da igualdade ao assegurar a concessão de promoção extraordinária em 30.12.02 apenas aos empregados que aderissem ao novo Plano. Diz não ser crível que o sindicato da categoria profissional admitisse a implantação de um plano de cargos, salários e empregos que consagrasse desigualdades. Alega não haver violação ao art. 468 da CLT, pois o empregado continua regido pela Res. 23/82, uma vez que optou em não aderir ao novo PCES. Afirma que a concessão da promoção extraordinária, sem que o obreiro tivesse implementado os requisitos previstos para tanto, afronta os arts. 1090 do CCB de 1916 (art. 114 do Código Civil vigente).

Vinga o apelo.

Pelo exame dos acordos coletivos adunados às fls. 60/169 e às fls. 445/471, verifica-se ter sido criada Comissão Paritária visando à elaboração de proposta do novo "PCCS", a ser submetido à Diretoria Colegiada da Corsan. Conforme a cláusula 65, §§ 2º, 3º e 4º, do Acordo Coletivo de 1999/2000 (fls. 127/128), o Plano de Carreira instituído pelas Resoluções nºs 07/98 e 08/98 será considerado em extinção, revogando-se a extinção daquele instituído pela Resolução nº 23/82, recolocando-se-o em plena vigência ("represtinando-o"), oferecendo-se aos empregados que haviam optado pelo plano de 1998 o retorno àquele constante na Resolução nº 23/82. Foi firmado compromisso para a implantação de novo plano de cargos, carreira e salários pela empregadora, cuja opção de adesão seria oferecida a todos os empregados, nos termos do regulamento próprio, podendo o empregado socorrer-se da comissão paritária composta para tal fim. Evidencia-se, portanto, que a criação e os termos do novo Plano de Classificação em Empregos e Salários - PCES/2001, decorreram de ampla discussão entre a empregadora e o Sindicato da categoria profissional, inclusive com a criação de comissão paritária para acompanhamento de sua implantação, tendo sido o conteúdo aprovado pela Comissão Paritária (cl. 65, fl. 127). A limitação das repercussões financeiras aos optantes do novo Plano de Carreira foi prevista no Acordo Coletivo 2001/2003 (cl. 45, fl. 154).

[← volta ao índice](#)

É incontroverso que o recorrente não optou pelo enquadramento no Plano de Classificação em Empregos e Salários - PCES/2001, implantado pela Resolução nº 014/01 GP, tendo permanecido sujeito às regras da Res. nº 23/82 (laudo contábil fls. 545/552).

O artigo 27 do novo PCES/2001 prevê: "a todos os empregados que aderirem ao PCES 2001 até 30 de junho de 2002, inclusive, será concedida uma promoção extraordinária, em 30 de dezembro de 2002, independente de vaga" (fl. 59). A invocada norma não viola o artigo 468 da CLT, tampouco atrai a incidência do entendimento jurisprudencial do Enunciado nº 51/TST, porquanto o ora recorrente optou por ser regido por outro regulamento. O Novo PCES, como visto, teve por base negociação coletiva, adotado mediante transação, o que pressupõe façam as partes concessões mútuas.

A promoção "extraordinária" em 30.12.2002, como o próprio nome revela, configurou incentivo à adesão dos empregados ao novo PCES (que prevê, conforme consignado pelo recorrente, promoções a cada dois anos, nos termos do Anexo III - Regulamento da Promoção e Ascensão, fls. 514/520). Evidente ter havido abdicação de alguns direitos em prol de outros benefícios.

Não pode o empregado que optou por não aderir ao novo PCES aproveitar-se apenas de cláusulas que entende benéficas (na espécie, a promoção extraordinária, somada à manutenção do direito à promoção anual prevista na Res. nº 23/82, sob pena de enriquecimento sem causa). O deferimento do pedido é que violaria o princípio da isonomia.

Dá-se, pois, provimento ao apelo para absolver a reclamada do pagamento de diferenças salariais decorrentes de uma promoção de classe a partir de 30.12.02, em parcelas vencidas e vincendas, com reflexos em férias (acrescidas de 1/3), gratificações natalinas, gratificações de retorno de férias, adicional por tempo de serviço, horas extras, adicional noturno, horas de sobreaviso e licença-prêmio.

II - RECURSO ADESIVO DO RECLAMANTE.

PROMOÇÕES NÃO-CONCEDIDAS NOS ANOS DE 1995, 1996, 1998 E 2000.

Objetiva o recorrente o pagamento de diferenças salariais por promoções (horizontais, em classe ou letra) não-concedidas nos anos de 1995, 1996, 1998 e 2000. Não aceita o fundamento utilizado pelo Julgador de origem de que "não há ilegalidade na fixação de percentual zero para as promoções de classe, pois não há obrigatoriedade da promoção por antigüidade de todos os empregados no mês de julho de cada ano. Não há direito à promoção anual independente de condições. Segundo uma interpretação sistemática, o art. 39 da Resolução 23/82 prevê tão-somente a data em que as

promoções deveriam ser concedidas (julho), caso constatadas as condições financeira para a sua ocorrência, e não - repiso - a obrigatoriedade da promoção de todos os empregados "(fl. 643). Alega prevista, no artigo 39 da Resolução nº 23/82, de forma inequívoca, a necessária realização de promoções anuais em cada mês de julho, regra complementada pelo artigo 53 que prevê a fixação do percentual de promoções a serem realizadas abril de cada ano, a ser fixado em resoluções complementares. Aduz agir de má-fé a recorrida quando afirma não existir vedação à Diretoria de estabelecer, por exemplo, "percentual zero" de promoções. Sustenta não ter sido editada pela empregadora, no mês de abril dos anos de 1995, 1996, 1998 e 2000, qualquer resolução fixando o "percentual zero", tendo ocorrido apenas ilegal omissão na concessão das promoções.

Alega ter a Resolução nº 27/86 reduzido o prazo de interstício de 730 dias para 365 dias para concorrer à promoção por merecimento, sendo possível e legal a promoção anual.

Assiste-lhe razão em parte.

Conforme os documentos das fls. 623/630, o recorrente foi admitido em 01.7.94, como "Auxiliar de Instalação de Redes", classe "A" (fls. 623/624). Em 01.7.97, obteve promoção vertical para "Instalador de Redes I", nível 3, classe "A", segundo as Resoluções nº 23/82 e 42/87 (que regula a promoção dos cargos iniciais, fls. 410/441). Posteriormente, obteve promoções horizontais em 01.10.97, por mérito, classe "B" (fl. 629), e em 01.10.99, por antigüidade, classe "C" (fl. 628), sendo está última a posição na qual se encontrava na data do ajuizamento da ação.

A promoção, na empresa, está regulamentada no Capítulo VII da Resolução nº 23/82, conceituada no artigo 37 como o "ato pelo qual o servidor detentor de cargo de provimento efetivo ascende à classe imediatamente superior do cargo a que pertence" (fl. 374). É estabelecida alternância dos critérios de antigüidade e merecimento, com fixação dos requisitos necessários para a obtenção das promoções (artigos 38 a 53), apurado e indicado o tempo de serviço em dias, vedada a promoção do servidor que "não tenha o interstício de 730 dias de efetivo exercício na classe" (art. 41, fl. 374). Há expressa previsão no sentido de que "haverá promoção no mês de julho de cada ano" (art. 39, fl. 374). O artigo 53 prevê: "a 30 de abril de cada ano, a Diretoria estabelecerá o percentual de servidores que poderão ser promovidos, observada sempre a alternância dos critérios de antigüidade e merecimento. § 1º - Em qualquer caso, o critério de fixação do percentual, deverá ser estabelecido pela Diretoria no prazo de 180 dias; § 2º - O percentual de que trata o artigo, incidirá sobre a lotação de cada unidade administrativa, isoladamente, considerada esta, nos termos definidos para identificação dos centros de custo" (fl. 376).

[← volta ao índice](#)

A matéria relativa as promoções decorrente de Norma Regulamentar já foi objeto de vários julgamentos desta Turma Julgadora. A Resolução nº 27/86, invocada pelo recorrente, reduziu o interstício de 730 dias, previsto no artigo 41 da Resolução nº 23/82, para 365 dias de efetivo exercício na classe para as promoções por merecimento, mantido aquele para as decorrentes de antigüidade (fl. 403).

Pelas resoluções das fls. 15/23 e 395/438, relativas aos anos de 1983 a 1991, houve a definição anual dos percentuais de promoções de que trata o aludido artigo 53 da Resolução nº 23/82, observando-se, alternadamente, os critérios por tempo de serviço (v.g., no ano de 1984, à fl. 16) e merecimento (no ano de 1985, à fl. 17), até 1991; normalmente, os servidores promovidos no ano eram em número (percentual) resultante de "5 vezes" o índice de expansão da empresa no ano anterior. A partir de 01.7.1992, as promoções horizontais foram temporariamente suspensas pela Resolução nº 012/92, de 1º de setembro de 1992 (fl. 24). Em outubro de 1994, foi concedida promoção por antigüidade a todos os servidores (Resolução nº 17/94, fl. 25), excluídos aqueles que não atendiam aos requisitos definidos na Resolução nº 23/82, hipótese em que se inseria o ora recorrente, tendo em vista a data de sua admissão (01.7.94).

Inequívoca, assim, a previsão regulamentar de processo anual de promoção, sendo incontroverso o seu descumprimento pela recorrida a partir de 1995.

As promoções horizontais do recorrente em 01.10.1997 e em 01.10.1999 foram concedidas por força de acordo coletivo (cl. 2ª, fl. 60; cl. 3ª, fls. 107/108).

Não prospera a tese da recorrida de que "não está obrigada a conceder promoções anuais", tendo em vista os termos do artigo 39 da Res. nº 23/82, aplicável ao recorrente.

Ainda que inexistente cláusula impeditiva de estipulação de "índice zero de promoções" pela Diretoria da empresa, a fixação retroativa do coeficiente "zero" nos anos de 1995, 1996, 1999, 2000, 2002 pelas Resoluções nºs 001/2002 e 002/2002 (fls. 271/272) contraria o disposto no artigo 53 da mencionada Res. nº 23/82, que prevê a fixação pela Diretoria do percentual de servidores a serem promovidos até "30 de abril de cada ano". Ademais, quanto ao ano de 1998, a recorrida não

comprovou sequer ter tomado tal atitude (omitindo-se completamente quanto ao artigo 53 da Resolução nº 23/82). O quadro de evolução de promoções da fl. 276 não serve como prova da edição de resoluções da Diretoria fixando percentual de servidores a serem promovidos. Aliás, a empregadora não apresenta qualquer justificativa para a ausência de realização do processo anual de promoção nos anos vindicados. O descumprimento da obrigação, indubitavelmente, impossibilitou ao empregado a participação no processo de promoção, violando o disposto no artigo 468 da CLT. Quanto ao preenchimento dos requisitos objetivos previstos no regulamento para as promoções, era da recorrida o ônus de comprovar que o recorrente não teria sido promovido (mesmo que possível a sua participação no processo anual de promoção juntamente com outros servidores) por ausência dos requisitos formais. Desse ônus, contudo, não se desincumbiu. A exigência de comprovação pelo obreiro configuraria condição juridicamente impossível - na forma do art. 116 do CCB de 1916 (artigo 123, inciso I, do Código Civil vigente). O termo "condição" não encontra aqui seu sentido técnico próprio ou específico de determinação acessória que se origina da vontade dos interessados. Consoante o magistério de Caio Mário da Silva Pereira, "chama-se condição a cláusula acessória, que subordina a eficácia do ato jurídico a um acontecimento futuro e incerto (Código Civil de 1916, art. 114), mediante limitação da vontade, imposta pelas partes que nele intervém" (Instituições de Direito Civil, vol. I, 19ª edição, p. 354 - grifou-se). Para fins de percepção das promoções em questão, a "condição" deve ser entendida no sentido de requisito do ato (no caso específico, de requisito para a percepção do direito). Desta forma, presumem-se preenchidas as exigências do regulamento, fazendo o recorrente jus à promoção do ano de 1996 (por merecimento), em igualdade de condições com os demais empregados da recorrida, face ao princípio da isonomia. Declara-se o direito à promoção de 1996, porque, embora atingidas pela prescrição quinquenal as parcelas pecuniárias anteriores a 21.8.97, não é atingido o denominado "fundo de direito".

[◀ volta ao índice](#)

O mesmo não ocorre, contudo, quanto às promoções do ano de 1995, 1998 e 2000. O ora recorrente foi admitido em 01.7.94: contava com apenas um ano no cargo em julho de 1995, inferior ao tempo de serviço exigido para a promoção de cargo inicial (dois anos, fls. 410/411). No tocante à promoção de 1998, restou inviabilizada porque promovido por mérito em 01.10.1997 (para a classe "B"). Pelo critério da alternância, a próxima promoção seria por antigüidade; assim, considerando-se os termos dos artigos 37 a 53 da Resolução nº 23/82 e da Resolução nº 27/86, mesmo que tivesse sido fixado percentual para promoção no ano de 1998, o recorrente não poderia a ela concorrer, por não ter completado o interstício mínimo de 730 dias de efetivo exercício na classe, requisito temporal para a promoção por antigüidade. O mesmo ocorre com a promoção em 2000, pois o empregado foi promovido em 1999 (vantagem concedida a todos os servidores, por antigüidade a partir de 01.10.99); não tinha completado o interstício mínimo de 365 dias de efetivo exercício na classe, pressuposto para a promoção por merecimento. Nesses casos específicos, a omissão da empresa não gerou qualquer prejuízo ao trabalhador.

Não resta configurada violação ao disposto no artigo 114 do Novo Código Civil Brasileiro, porquanto trata-se a concessão das promoções de estrito cumprimento da norma regulamentar vigente entre as partes.

Dá-se, pois, parcial provimento ao recurso para declarar o direito à concessão de promoção horizontal, no ano de 1996, por merecimento (a partir de 1º de julho) e condenar a recorrida à anotação na CTPS, bem como ao pagamento das diferenças salariais daí decorrentes, parcelas vencidas e vincendas, com reflexos em férias (acrescidas de 1/3), gratificações natalinas, "gratificação de retorno de férias", adicional por tempo de serviço, licença-prêmio, horas extras, adicional noturno, horas de sobreaviso e FGTS, observada a prescrição declarada na sentença (créditos anteriores a 21.8.1997).

Tratando-se o recorrente de empregado mensalista, é indevido o reflexo em repouso semanais e feriados, sob pena de "bis in idem".

III - MATÉRIAS REMANESCENTES E INTERDEPENDENTES DOS RECURSOS DO RECLAMANTE E DA RECLAMADA

BASE DE CÁLCULO. DIFERENÇAS SALARIAIS. DESVIO DE FUNÇÃO E REENQUADRAMENTO.

O Juiz de origem deferiu o pagamento das diferenças salariais decorrentes do reenquadramento formal no cargo de "Instalador de Redes II", observando-se "a disposição do art. 70 da Resolução nº 23/82, ou seja, 'na classe que corresponder, em valor, a uma promoção horizontal' em 01/01/98, o que deverá ser apurado em liquidação de sentença, e depois, alterada mediante uma promoção por antigüidade em 01/10/99" (fl. 640). Relativamente as diferenças salariais por desvio de função no período anterior a 01.01.98, consta, ainda, que as "diferenças deverão ser apuradas com base nos

valores pagos à classe inicial de Instalador de Redes II, não se aplicando, nesse particular, o art. 70 da Resolução nº 23/82, por se tratar de mero desvio de função (e não reenquadramento)" (fl. 641). Aduz a reclamada que, no "reenquadramento" deve ser observado o primeiro nível (classe) do padrão ou cargo do cargo de "Instalador de Redes II", não podendo ocorrer a promoção vertical e também a horizontal ao mesmo tempo. Invoca o art. 70 da Res. nº 23/82.

Não se conforma o reclamante com a parte da sentença em que determinada a observância da posição salarial correspondente a primeira classe (letra) do cargo de "Instalador de Redes II" como parâmetro para o cálculo das diferenças salariais decorrentes do desvio de função. Diz que o art. 70 da Resolução nº 23/82, fundamento utilizado pelo Julgador de origem, foi interpretado de forma equivocada, pois não estabeleceria o cálculo das diferenças salariais pela classe inicial do cargo de nível maior (o que poderia acarretar até redução salarial). Requer que a base de cálculo das diferenças salariais por desvio de função e "reenquadramento" seja adotada na forma dos arts. 16, 17 e 70 da Res. 23/82. Sucessivamente, requer a manutenção da mesma classe (letra) em que se encontrava.

Parcial razão assiste a ambos os recorrentes.

Primeiramente, foi afastado o reenquadramento formal deferido a partir de 01.01.98, conforme item 2 do recurso da reclamada, tendo sido mantido o pagamento de diferenças salariais por desvio funcional, abrangendo todo o período imprescrito e parcelas vincendas, enquanto perdurar o desvio. Não é aplicável ao presente caso o disposto no artigo 70 da Resolução nº 23/82: "Os servidores que vierem a ser promovidos a cargo de nível maior, dentro do mesmo Grupo, serão enquadrados na classe que corresponder, em valor, a uma promoção horizontal" (fl. 382). Trata-se de norma específica para a hipótese de promoção regularmente concedida (como já decidido por esta Egrégia Turma em 22.10.2003, Acórdão nº 00287-2002-641-04-00-0, de lavra do Exmo. Juiz João Alfredo Borges de Miranda), situação distinta da presente, em que houve reconhecimento judicial de desvio de função para cargo de maior complexidade. Tampouco é cabível a aplicação da regra dos arts. 16 e 17 da Res. nº 23/82 (fls. 366/368), reguladora do "enquadramento" quando da implantação do plano de cargos e salários em 1982.

Como já foi dito, o ora reclamante ocupa formalmente a função de "Instalador de Redes I", Grupo II, Nível 3, Classe "C".

[← volta ao índice](#)

Consoante a Resolução nº 23/82 (fls. 250/383), o cargo em que o empregado está enquadrado (Instalador de Redes I) e aquele cujo exercício foi reconhecido (Instalador de Redes II) pertencem ao mesmo grupo - Atividades Industriais, decorrendo os diferentes níveis de promoção vertical e as diferentes classes (de A a L) de promoção horizontal (fl. 367). Dentro do mesmo cargo, entretanto, existem duas formas de promoção: por merecimento e por antigüidade (arts. 37 e 38). A tabela salarial da fl. 45, demonstra que o cargo em que o autor estava formalmente enquadrado (Instalador de Redes I) é considerado nível 3, enquanto que o de Instalador de Redes II é nível 5. A manutenção da sentença quanto à adoção da classe inicial (letra A) importaria, inclusive, em redução da remuneração, vedada constitucionalmente.

Desta forma, a fim de preservar a isonomia prevista no artigo 460 da CLT, dever-se-á, em liquidação de sentença, para o cômputo das diferenças salariais deferidas na presente ação, proceder ao enquadramento fictício do recorrente no cargo reconhecido ("Instalador de Redes II") desde o início do desvio de função (em 21.8.97), já com a promoção do ano de 1996, deferida no item anterior, levando em consideração as promoções posteriores, de tempo de serviço e de merecimento (anos de 1997 e 1999), como se corretamente enquadrado estivesse, inclusive aquela deferida no presente julgamento, bem como o tempo de serviço na recorrida, observando-se, contudo, o limite consignado na petição inicial - reenquadramento para Instalador de Redes II, com a "manutenção da letra" (item 2, fl. 03) e o princípio da irredutibilidade salarial.

(...)

[← volta ao índice](#)

[▲ volta ao sumário](#)

1.4. Reintegração concedida. Aeroviário. VARIG. Movimento de ação industrial.

8ª Turma. RO 01020-2002-016-04-00-1, Relatora a Exma. Juíza Maria Helena Mallmann. Publ. DOE-RS: 15.12.2004.

EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA. REINTEGRAÇÃO. A reclamada não observou os requisitos constitucionais e legais, ao efetuar a dispensa do reclamante, que ocorreu de forma arbitrária, incorrendo em abuso de direito e afronta aos princípios constitucionais como o da

proteção da dignidade humana, os valores sociais do trabalho e o princípio da isonomia. Provimento negado. (...)

(...)

ISTO POSTO:

RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA.

1. REINTEGRAÇÃO.

Não se conforma a recorrente com a condenação à reintegração do reclamante e pagamento dos salários vencidos durante o afastamento e reflexos. Refere que não há estabilidade legal, contratual, sindical ou normativa e que portanto, não há direito à reintegração. Defende que é potestativo o direito de despedir do empregado. Afirma que o art.7º, inciso I da Constituição Federal, que propõe a inibição da despedida arbitrária, não foi regulamentado. Refere que não se aplica ao caso a cláusula sexta, das normas coletivas, que estabelece regras a serem adotadas em caso de necessidade de redução da força de trabalho, uma vez que o reclamante foi dispensado por motivo disciplinar, que não se confunde com justa causa. Menciona, ainda, que a norma coletiva não diz serem nulas as despedidas realizadas em inobservância ao contido na cláusula, cabendo ao empregado apenas a multa prevista no próprio instrumento normativo, por descumprimento de alguma cláusula. Narra que na época da dispensa do autor estava em andamento o movimento de ação industrial, desencadeado pela Associação dos Pilotos da Varig, que tinha entre seus objetivos a não colaboração com a empresa. Revela que o reclamante aderiu ao movimento e deu início a uma série de pequenas ações contrárias aos interesses da empresa. Informa que o reclamante não chegou aos limites da justa causa, mas adotou conduta indisciplinada, capaz de justificar o rompimento do contrato sem justa causa, o que foi feito. Informa que o autor se negou a assumir um acionamento, quando estava de sobreaviso. Defende que nada justifica que se tenha por nula a despedida.

Na inicial o autor afirma ter sido contratado como aeronauta, em 22.11.84, tendo sido despedido injustamente em 13.08.2002. Refere o descumprimento da norma coletiva da empresa e discriminação. Afirma que os pilotos da Varig, em assembléia geral patrocinada pela APVAR (Associação dos Pilotos da Varig), decidiram iniciar o "movimento de ação industrial" desde a zero hora do dia 02 de fevereiro de 2001, com o objetivo de buscar a recuperação da Varig e de garantir os empregos e as condições de trabalho dos funcionários da empresa. Informa que a empresa criou uma "comissão de negociação da Varig", mas ao mesmo tempo em que negociava, demitiu os pilotos dirigentes da APVAR, os pilotos integrantes da comissão de negociação e vários pilotos associados (entre eles o reclamante), com o intuito de intimidar o pessoal de vôo. Defende que sua dispensa ocorreu de forma discriminatória, em ofensa à Convenção nº98 da OIT. Refere que não foram observados procedimentos dispostos no Manual de Operações de Vôo (seção 13), no qual há previsão de avaliação do piloto por junta disciplinar ou mista, quando do cometimento de alguma falta.

[← volta ao índice](#)

Em contestação, a reclamada narra que o autor se integrou ao movimento de rebeldia criado pela APVAR (**movimento de ação industrial**). Refere que as normas do movimento eram de não colaboração em relação à realização dos serviços de outros setores, o que configura o incitamento à indisciplina, ao mau procedimento, à desídia e outras faltas. Afirma que o reclamante adotou comportamento e posturas incompatíveis com o normal em uma relação contratual. Refere que o reclamante foi dispensado por motivo disciplinar, quando recusou-se a cumprir vôo determinado pela gerência de escala de vôos de tripulante, no período em que estava de sobreaviso, sob o argumento de que se cumprisse a determinação não gozaria de horas de folga regulamentares em sua integralidade. Conclui que o reclamante procurou, em função a sua adesão ao movimento, trabalhar de forma ineficiente, como preconiza o manual do movimento, o que configurou o motivo disciplinar que levou a empresa a despedi-lo.

Relevante notar que no âmbito da comunidade aeroportuária, a associação de pilotos da Varig (APVAR), exerceu sempre posição na defesa das condições de trabalho dos pilotos, o que é incontroverso. De outra parte, o protocolo de regras para a realização de encontros de negociação coletiva revela a existência de canal permanente de comunicação entre a APVAR e a Varig.

Os manuais de ação industrial de fls.83/108, definem que a ação industrial consiste em um movimento ordenado e organizado de ações, tomadas por um grupo em prol de objetivos de interesse profissional. Referem os manuais, que o movimento não é contra a empresa, nem contra os usuários, mas contra a política de administração da empresa. Estão entre os objetivos

especificamente citados: garantia dos empregos, correção dos salários e diárias, pagamento do AERUS, definição do PPR e livre acesso a informações- ACT.

Conforme fundamentação do movimento (fl.99):

"A tentativa de desqualificar a representação dos Pilotos da Varig, através da demissão em massa e da recusa de negociar com os representantes eleitos da APVAR indica claramente, à semelhança do que vitimou os pilotos da Vasp e da Transbrasil, o desejo de esmagar a derradeira voz de resistência ao projeto de destruição de nossas carreiras e, em última instância de nossas vidas.(...)"

As atitudes da reclamada também deram ensejo a propositura de ação civil pública, pelo Ministério Público do Trabalho do Rio de Janeiro (fls.231/256), na qual ficou esclarecido que o denominado movimento de ação industrial teve início a partir da dispensa de pilotos e colocação forçada dos mesmos em licença sem vencimentos.

Considerando que todos os documentos pertinentes ao movimento de ação industrial apontam principalmente para a manutenção dos empregos e das condições de trabalho, e indicam a determinação de cumprimento dos procedimentos padrões da empresa, não se verifica que o movimento seja de rebeldia, ou abusivo, como menciona a recorrente. Aliás, observa-se que a motivação do movimento não foi o incitamento ao descumprimento dos contratos de trabalho, mas o cumprimento estrito das obrigações contratuais, objetivando a recuperação da empresa e das condições de trabalho e salário.

A estruturação do movimento visa, no mínimo, manter o que já tinha sido estabelecido pelos pilotos em acordo coletivo, em relação à necessidade da redução da força de trabalho.

O instrumento normativo da categoria, dispõe em sua cláusula sexta, com vigência de 01/12/2000 a 30/11/2002, sobre normas em caso de necessidade da redução da força de trabalho. Saliente-se que a norma coletiva e as garantias por ela criada, se incorporam ao contrato individual de trabalho de forma inexorável. O princípio segundo qual o contrato faz lei entre as partes (*pacta sunt servanda*), também se aplica ao direito coletivo do trabalho. Portanto, a limitação do poder potestativo do empregador, estabelecida em instrumento normativo da categoria, deve ser observada. E não se diga que o simples pagamento da multa por descumprimento da norma coletiva seja aceitável. Ora, se a reclamada cria requisitos para ordenar a redução da força de trabalho, mesmo diante das dificuldades econômicas que assolam o ramo das empresas aéreas, os requisitos devem ser respeitados, e seu eventual descumprimento acarreta a devolução do empregado ao seu *status quo*.

[← volta ao índice](#)

Assim, diante do que dispõe o acordo coletivo de trabalho dos aeronautas (fl. 20):

"Se houver necessidade de redução da força as demissões atingirão:

- a) aeronauta que manifestar, sem perda de seus direitos, interesse em deixar o emprego, se o custo for aceitável pela empresa;
- b) os que tiverem em processo de admissão ou estágio inicial na empresa;
- c) os aposentados com complementação ou suplementação salarial proveniente de qualquer origem e os que estiverem na reserva remunerada, respeitada a ordem decrescente de Antigüidade na empresa;
- d) os aposentáveis com complementação ou suplementação salarial integral, respeitada a ordem decrescente de Antigüidade na empresa;
- e) os de menor antigüidade na empresa."

Verifica-se que em depoimento pessoal, o preposto da empresa refere que o reclamante foi despedido por indisciplina.

"que trabalha na reclamada desde 04/04/1972, sendo que atualmente exerce as funções de chefe de despacho dos tripulantes; que no ano passado, houve um movimento de funcionários da Varig; que não sabe informar o motivo que ensejou o movimento, nem por quem foi organizado; que em razão do movimento, ocorreu atrasos de vôos, sendo que alguns tripulantes se negavam a assumir a programação da empresa; que o reclamante foi demitido por motivo de indisciplina, já que se negou a assumir um acionamento quando estava em sobreaviso; que não sabe dizer qual foi o motivo alegado pelo reclamante, já que este não falou com o depoente em tal ocasião; que o reclamante falou com o sr. João José Rufino; que não sabe dizer a data, nem o vôo; que o tripulante, antes da folga, tem repouso de doze horas; que não sabe dizer se o reclamante iria entrar de folga na ocasião em que houve o incidente; que acredita que a redução do quadro de pessoal da Varig está ocorrendo há, aproximadamente, um ano e meio; que acredita que em torno de seis aeronaves foram devolvidas a fornecedores; que o reclamante não foi transferido." (grifamos)

Entretanto, da leitura atenta de tal depoimento, conclui-se que o preposto referiu a indisciplina, em decorrência da adesão do reclamante ao movimento de ação industrial.

Da mesma forma a testemunha Mário Correa da Costa de Castro Pinto, informou:

"que trabalha na empresa desde 1987, sendo que, atualmente, exerce as funções de comandante; que ano passado, houve um movimento de ação industrial, organizado pela Associação de Pilotos da Varig; que o movimento buscou o cumprimento dos acordos firmados entre a Companhia e os aeronautas, especialmente, os pilotos, evitar a transferência de atividade para a Rio-Sul; que o movimento ainda se insurgia contra a promoção de pilotos da Varig para a Rio-Sul, com a manutenção de praticamente o mesmo salário; que por ocasião de tal movimento, os pilotos não realizavam atividades que iam de encontro às normas internas da empresa e referentes ao exercício da atividade de aeronauta; que o movimento realizou reuniões e panfletagens, no intuito de conscientizar os demais funcionários; que o movimento antes de iniciar, foi comunicado à empresa, sendo que o depoente, inclusive, participou de uma reunião prévia, na qual o piloto-chefe da empresa ameaçou de desligamento os funcionários que participassem do movimento; que aproximadamente, após 48h do início do movimento, que ocorreu em fevereiro do ano passado, a empresa despediu 31 pilotos por justa causa; que até metade do ano de 2002, houve reintegrações de pilotos na empresa; que em razão deste fato, acredita que a empresa passou a realizar o desligamento de pilotos sem justa causa; que ao que sabe, os advogados da empresa teriam, inclusive, questionado a forma como a Companhia estava realizando os desligamentos; que o reclamante foi despedido sem justa causa; que acredita que o reclamante foi desligado por participar do movimento, bem como em razão de ter realizado a primeira panfletagem, a qual originou o desligamento por justa causa dos copilotos e a aplicação de punições aos comandantes, a exemplo de transferências da base; que acredita que, desde o ano passado, em razão da crise financeira enfrentada pela empresa, já foram desligados em torno de 200 pilotos do grupo; que acredita que, desde o ano passado, já foram desligados mais de dois mil funcionários da empresa; que já foram devolvidos em torno de 30 aviões da empresa; que acredita que 98% dos pilotos associados participaram do movimento, a exemplo do depoente. (...)" (grifamos)

[← volta ao índice](#)

Do depoimento acima transcrito, vislumbra-se o descontentamento da empresa em relação ao movimento de ação industrial, e a perseguição da qual foram vítimas seus participantes. A testemunha é clara ao referir que acredita que o reclamante foi desligado em razão de sua participação no movimento, inclusive em decorrência de panfletagens que este teria realizado em prol do movimento.

O restante da prova oral também vai contra a tese da reclamada.

A testemunha PAULO ANTONIO BASTOS referiu:

"que trabalha na reclamada há 23 anos, sendo que atualmente exerce as funções de comandante; que ano passado, houve um movimento de ação industrial, organizado pela APIVAR; que o depoente continua participando do movimento; que o movimento tem por objetivo contestar o modelo administrativo adotado dentro da empresa; que o movimento se manifesta a partir do diálogo com a empresa, bem como por meio de manifestações junto à mídia e outros órgãos; que o movimento iniciou em fevereiro de 2002; que após o início do movimento, a empresa demitiu todos os diretores da Associação de Pilotos, bem como outros pilotos, a exemplo do reclamante; que acredita que o reclamante foi desligado por perseguição, na medida em que presenciou o comentário do superintendente de operações de São Paulo, no sentido de que tinha a intenção de desligar cinco comandantes, dentre os quais o autor, por entender que não deveriam ser comandantes da empresa; que o reclamante não foi desligado por justa causa; que acredita que, desde o ano passado, já foram desligados em torno de 120 pilotos; que já foram devolvidos em torno de 20 ou 30 aviões."

Ora, a conclusão é cristalina. A conduta adotada pela empresa é claramente anti-sindical. O depoimento acima transcrito confirma todas as alegações do reclamante. A testemunha refere que acredita que o reclamante tenha sido desligado da empresa por perseguição, após o início do movimento. E não se diga que conduta anti-sindical é somente aquela contrária ao inciso XVII do art. 5º da CF/88, segundo o qual, é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar, ou contra o caput do art.8º, segundo o qual, é livre a associação profissional ou sindical. Entende-se como conduta anti-sindical toda a conduta do empregador que obste a ação coletiva do trabalhador.

Conforme refere o doutrinador Maurício Godinho Delgado:

"O princípio da liberdade de associação assegura consequência jurídico-institucional a qualquer

iniciativa de agregação estável e pacífica entre pessoas, independentemente de seu segmento social ou dos temas causadores da aproximação. Não se restringe, portanto, à área e temáticas econômico-profissionais (onde se situa a idéia de liberdade sindical). (...)O princípio da liberdade associativa e sindical determina, portanto, coerentemente, o implemento de regras jurídicas assecuratórias da plena existência e potencialidade do ser coletivo obreiro.” (Delgado, Maurício Godinho. Curso de direito do trabalho/ Maurício Godinho Delgado - 3. Ed. - São Paulo: LTr, 2004)

Na esteira do que preleciona o autor acima citado, deve ser respeitada a existência do ser coletivo obreiro, entendido pelo fortalecimento de organizações de trabalhadores que possam exprimir uma real vontade coletiva. São entidades associativas obreiras que se demarquem por efetivo potencial de atuação e representação dos trabalhadores globalmente considerados.

No caso dos autos, denota-se a prática de ato discriminatório pela empresa, em relação a alguns pilotos que participaram do movimento associativo, o que vai contra o princípio isonômico. Nem de longe ficou provada a indisciplina do reclamante, ou mesmo a prática de excessos em sua adesão ao movimento.

Não se pode deixar de considerar, no caso concreto, que se trata de profissional altamente qualificado, cujo mercado de trabalho é muito restrito, principalmente diante da crise pela qual passa a aviação civil brasileira.

Dito isso, conclui-se que a reclamada não observou os requisitos constitucionais e legais, ao efetuar a dispensa do reclamante, que ocorreu de forma arbitrária, incorrendo em abuso de direito e afronta aos princípios constitucionais como o da proteção da dignidade humana (inciso III do art. 1º), os valores sociais do trabalho (inciso IV do art. 1º) e o princípio da isonomia.

Não bastasse isso, a dispensa do reclamante ocorreu em afronta à norma coletiva. Ao contrário do sustentado pela reclamada, a infringência de tal norma não enseja o só pagamento de multa, já que há verdadeira limitação ao poder de despedir.

Assim, diante do contexto acima exposto, irreparável a sentença que determinou a reintegração imediata do autor.

Provimento negado.

(...)

[◀ volta ao índice](#)

[▲ volta ao sumário](#)

[◀ volta ao índice](#)
[▲ volta ao sumário](#)

2. Ementas selecionadas

2.1. De julgamentos de Ações Cíveis Públicas.

2.1.1. EMENTA: COMPETÊNCIA. Sempre que a pretensão se firme na alegação de existência de relação de emprego, incumbe à Justiça do Trabalho apreciar e julgar a contenda, ainda que, eventualmente, venha a decidir-se pela improcedência da demanda.

LEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. Tem legitimidade o Ministério Público do Trabalho para promover a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa dos interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos (artigo 83, III, da Lei Complementar nº 75/93), bem como de interesses individuais indisponíveis, sociais, difusos e coletivos, desde que a matéria seja concernente, de alguma forma, ao Direito do Trabalho (artigo 6º, inciso VII, letra d, Lei Complementar nº 75/93).

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. É de ser julgada procedente a Ação Civil Pública que visa coibir a contratação de trabalho pessoal, oneroso, não eventual e subordinado através de cooperativa de mão-de-obra, pois tal proceder implica prejuízo à coletividade de trabalhadores, ao resultar em exclusão das mínimas garantias sociais. Recurso patronal improvido.

LIMINAR. Um dos objetivos precípuos da ação civil pública é a prevenção do ilícito, que inclusive prepondera sobre o aspecto repressivo. Assim, justifica-se a concessão de liminar quanto à obrigação de não fazer imposta em 1º grau ao réu e confirmada ao exame do recurso ordinário. (7ª Turma processo 00617.024/00-6 RO, Relator o Exmo. Juiz José Cesário Figueiredo Teixeira - Convocado. Publ. DOE-RS: 09.06.2003)

[◀ volta ao índice](#)

2.1.2. EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA - CABIMENTO - LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - Alegação de que a empresa nega-se a registrar empregados e proceder aos depósitos do Fundo de Garantia - Réu revel - Artigos 127, caput, e 129, III e IX, da CF e artigos 6º, VII, "d", e XII; 83, III, e 84, caput e V, da Lei Complementar 75/93 - Noticiando a petição inicial, em ação civil pública na qual o réu sequer apresentou defesa, um procedimento genérico e continuado de desrespeito a direitos trabalhistas elementares, consistente na negativa de formalizar as relações de emprego mantidas e de proceder aos depósitos do Fundo de Garantia, não obstante reiteradas notificações e intimações por parte tanto do Ministério do Trabalho quanto do Ministério Público, tem-se como cabível a medida judicial intentada e como parte legítima, para o ajuizamento, o Ministério Público do Trabalho, com amparo nas normas mencionadas em epígrafe. Recurso provido para determinar o retorno dos autos à Vara do Trabalho para que julgue, como entender de direito, o mérito da ação civil pública. (4ª Turma processo 00723.001/99-5 RO, Relatora a Exma. Juíza Dionéia Amaral Silveira. Publ. DOE-RS: 26.11.2001)

[◀ volta ao índice](#)

2.1.3. EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA. EFICÁCIA DA COISA JULGADA. Nas ações para a defesa dos interesses metaindividuais os efeitos da coisa julgada são sempre *erga omnes* ou ultra partes, devendo a extensão da decisão atentar para os objetivos dos interesses tutelados pela ação civil pública em geral. As disposições do artigo 16 da Lei n. 7.347/85, alterado pela Lei n. 9.494/97, e o regramento que trata especificamente dos efeitos da coisa julgada das ações cíveis públicas, artigo 103, incisos, I, II e III do Código de Defesa do Consumidor, devem ser aplicados de forma conjugada. Conferidos à decisão os efeitos previstos no art. 103, inciso II da Lei n. 8.078/90, qual seja, ultra partes, mas limitadamente ao grupo de trabalhadores vinculados à ré pela relação de emprego. (7ª Turma, processo 00133.003/02-7 RO, Relatora a Exma. Juíza Maria Inês Cunha Dornelles. Publ. DOE-RS: 09.06.2003)

[◀ volta ao índice](#)

2.1.4. EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. EFICÁCIA *ERGA OMNES* DA COISA JULGADA. Verificada irregularidade relativamente ao registro, pagamento e compensação de horas extras nas agências do demandado, tem-se por caracterizado o interesse coletivo de todos os seus empregados que trabalham no Estado do Rio Grande do Sul, potencialmente sujeitos a sofrer as consequências da ilegalidade, em coibir pelos meios cabíveis o

procedimento do empregador, do que exsurge a legitimidade do Ministério Público do Trabalho para propor ação civil pública visando a regularizar a situação. Reconhecida, ainda, a eficácia erga omnes da sentença em todo o Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do artigo 93, II, da Lei 8.078/90, combinado com o artigo 21 da Lei 7.347/85. (4ª Turma, processo 00030.008/98-0 RO, Relator o Exmo. Juiz Hugo Carlos Scheuermann. Publ. DOE-RS: 07.5.2001)

[◀ volta ao índice](#)

2.1.5. EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA. OBRIGAÇÃO DE NÃO-FAZER. O contrato de natureza civil celebrado entre as empresas tinha como objeto a atividade-fim das tomadoras dos serviços, o que caracteriza a intermediação ilegítima de mão-de-obra. Correta a sentença que determina que a empresa Dal Ponte e Cia. Ltda. abstenha-se de prorrogar e celebrar novos contratos com empresas prestadoras de serviços e cooperativas de trabalho tendo como objeto atividades de natureza permanente ou essencial a seus fins, sob pena de pagamento de multa diária, na forma prevista pelo art. 461, § 4º, do CPC combinado com o art. 11 da Lei nº 7.347/85. Recurso a que se nega provimento. (8ª Turma, processo 00466-2002-511-04-00-8 RO, Relatora a Exma. Juíza Cleusa Regina Halfen. Publ. DOE-RS: 05.05.2004)

[◀ volta ao índice](#)

2.1.6. EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA. UTILIZAÇÃO DE TRABALHADORES POR MEIO DE COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. Regularidade formal da Cooperativa contratada que não oculta a prestação de trabalho própria da rotina normal das empresas, na forma de trabalho subordinado, por conta de outrem. Evidenciada a intermediação de mão-de-obra na forma denunciada pelo Ministério Público do Trabalho, confirma-se a sentença recorrida. (4ª Turma, processo 00195-2001-121-04-00-4 RO, Relator o Exmo. Juiz Darcy Carlos Mahle. Publ. DOE-RS: 06.10.2003)

[◀ volta ao índice](#)

[▲ volta ao sumário](#)

2.2. Gerais

2.2.1

EMENTA: ADICIONAL DE INSALUBRIDADE EM GRAU MÁXIMO - HIGIENIZAÇÃO DE BANHEIROS - BASE DE CÁLCULO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE - ÔNUS PELO PAGAMENTO DOS HONORÁRIOS DO PERITO ENGENHEIRO. O lixo recolhido no local de trabalho equipara-se ao lixo urbano, sujeitando o trabalhador, por força do contrato de trabalho, ao contato com agentes nocivos à saúde transmissores das mais variadas doenças, porque o vaso sanitário é o primeiro receptáculo do esgoto cloacal, pródigo em germes propagadores de diversas patologias. Faz jus ao adicional de insalubridade em grau máximo o empregado que labora em tais condições. Relativamente à base de cálculo trata-se o caso dos autos da hipótese prevista no Enunciado 17 da SJ/TST: "O adicional de insalubridade devido a empregado que percebe, por força de lei, convenção coletiva ou sentença normativa, salário-profissional, será sobre este calculado.", o qual foi revitalizado pela Resolução 121/2003, haja vista estar assegurada à categoria profissional do autor a percepção de salário-profissional mínimo. Consideração da nova redação conferida ao Enunciado 228 do Colendo TST. Já o pagamento dos honorários periciais permanecem sendo incumbência da reclamada pois sucumbente no objeto da perícia (art. 790-B, da CLT). (2ª Turma. processo 00237-2004-261-04-00-7 RO, Relatora a Exma. Juíza Beatriz Zoratto Sanvicente. Publ. DOE-RS: 18.03.2005)

[◀ volta ao índice](#)

2.2.2

EMENTA: (...) NÃO-INCIDÊNCIA DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE NO PERÍODO DE SUSPENSÃO DO CONTRATO - PERCEPÇÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO - AUXÍLIO-DOENÇA. De acordo com o art. 476 da CLT, no período de afastamento da empregada em face do gozo de auxílio-doença considera-se como em licença não remunerada, implicando não haver obrigação do empregador alcançar qualquer parcela salarial no período de gozo do referido benefício. Dentre as parcelas salariais das quais não há direito da autora perceber, justamente em face da sua natureza salarial, tem-se o adicional de insalubridade. Assim, durante o período de afastamento da reclamante pelo gozo de benefício previdenciário do auxílio-doença, não faz jus à percepção do adicional de insalubridade em grau máximo. (2ª Turma. processo 00237-2004-261-04-00-7 RO, Relatora a Exma. Juíza Beatriz Zoratto Sanvicente. Publ. DOE-RS: 18.03.2005)

[◀ volta ao índice](#)

2.2.3

EMENTA: ADICIONAL DE INSALUBRIDADE - RADIAÇÕES NÃO-IONIZANTES - SOLDADOR - UTILIZAÇÃO DE EPI APROVADO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO. Tendo a reclamada diligenciado no alcance de máscaras de proteção para soldador dotadas de filtro de luz, devidamente aprovadas pelo Ministério do Trabalho como eficientes à proteção desses profissionais face às radiações e impactos de partículas volantes multidirecionais, e tendo o reclamante confirmado a sua eficaz utilização, impõe-se afastar o direito deste à percepção de adicional de insalubridade em grau médio previsto no anexo 7 da NR-15 da Portaria 3214/78. O ônus pelo pagamento dos honorários periciais resta revertido ao reclamante, sendo desta incumbência dispensado em face do disposto nos arts. 790, § 3º, e 790-B da CLT. (2ª Turma, processo 00290-2004-303-04-00-5 RO, Relatora a Exma. Juíza Beatriz Zoratto Sanvicente. Publ. DOE-RS: 18.03.2005)

[◀ volta ao índice](#)

2.2.4

EMENTA. MOTORISTA DE CAMINHÃO. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. ABASTECIMENTO DE VEÍCULO EM POSTOS DE SERVIÇO. SITUAÇÃO DE PERICULOSIDADE NÃO CONFIGURADA. Prova que se mostra desfavorável à pretensão da inicial. Laudo pericial conclusivo quanto à inexistência de periculosidade. O motorista que comparece regularmente nos postos de serviço para abastecimento do veículo e que não se envolve diretamente na operação geradora da periculosidade não faz jus ao pagamento do adicional respectivo, não sendo ele o destinatário da norma regulamentadora. Sentença de improcedência que se mantém. Recurso do reclamante provido apenas para isentá-lo do pagamento das despesas processuais, na forma do art. 790, § 3º, da CLT. (7ª Turma, processo 00148-2004-122-04-00-0 RO, Relator o Exmo. Juiz Flavio Portinho Sirangelo. DOE-RS: 18.03.2005)

[◀ volta ao índice](#)

2.2.5

EMENTA: ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. Para o nascimento do direito à percepção do adicional de periculosidade, regulamentado pelo Decreto 93.412/86, é irrelevante o cargo ou a categoria do empregado, assim como o ramo de atividade da empresa. Reclamante que executava seus serviços junto às redes telefônicas nos postes compartilhados pelas concessionárias de energia elétrica e de telefonia, junto ao sistema de distribuição de energia elétrica, integrante de sistema de potência. Enquadramento das atividades como perigosas que se afigura corretamente realizado pelo perito, nos termos da legislação vigente. Adicional de periculosidade devido. Inteligência da OJ nº 324 da SDI-I do TST. (4ª Turma, processo 00248-2004-303-04-00-4 RO, Relatora a Exma. Juíza Maria Beatriz Condessa Ferreira. Publ. DOE-RS: 22.03.2005)

[◀ volta ao índice](#)

2.2.6

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL. MANDADO DE SEGURANÇA. LIMINAR. DEFERIMENTO. ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA. REINTEGRAÇÃO. A concessão de liminar em mandado de segurança tem como pressupostos a relevância dos fundamentos e a ameaça à eficácia do *writ* acaso concedida a segurança apenas ao final. Inteligência do art. 7º, II, da Lei 1.533/51. É correta a decisão do Juiz Relator que defere medida liminar para determinar a reintegração de empregado detentor de estabilidade, por entender presentes os requisitos exigidos para antecipação dos efeitos da tutela. Inteligência do entendimento contido na orientação jurisprudencial 64 da SDI2 do TST. (1ª Seção de Dissídios Individuais, processo 00187-2005-000-04-40-7 AGR, Relator o Exmo. Juiz Milton Varela Dutra. Publ. DOE-RS: 22.03.2005)

[◀ volta ao índice](#)

2.2.7

EMENTA: BRASIL TELECOM - PROMOÇÕES. Estipulado no Regulamento de Promoções dos Empregados que a Diretoria da Brasil Telecom deveria fixar o percentual de empregados a serem promovidos, e assim não tendo sido procedido após 1997, são devidas as promoções às quais concorreria o trabalhador. DIFERENÇAS DA MULTA RESCISÓRIA DO FGTS. A comprovação de que o empregado firmou o termo de adesão a que se refere a Lei Complementar 110/01 é condição para ter direito à atualização monetária decorrente dos expurgos inflacionários dos planos "Verão e Collor I". Recurso a que se nega provimento. (4ª Turma, processo 00881-2003-009-04-00-5 RO, Relator o Exmo. Juiz Ricardo Luiz Tavares Gehling. Publ. DOE-RS: 22.03.2005)

[◀ volta ao índice](#)

2.2.8

EMENTA: RECURSO ADESIVO DAS RECLAMADAS. INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. É competente esta Justiça Especializada para apreciar e julgar pedido de complementação de aposentadoria, porquanto tem origem, tal direito, no contrato de trabalho mantido entre o autor e a CEF, instituidora e patrocinadora da entidade privada encarregada da previdência complementar de seus empregados. Inteligência do art. 114 da CF/88. (2ª Turma, processo 01173-2001-016-04-00-8 RO, Relatora a Exma. Juíza Beatriz Zoratto Sanvicente. Publ. DOE-RS: 18.03.2005)

[◀ volta ao índice](#)

2.2.9

EMENTA: (...) RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA - ADICIONAL COMPENSATÓRIO PELA PERDA DA FUNÇÃO GRATIFICADA - REAJUSTE APLICÁVEL. Tendo o reajuste do adicional compensatório ficado atrelado ao valor alcançado para o cargo por último ocupado pelo autor, entende-se pela paridade entre ambos, sendo os reajustes concedidos aos ocupantes do cargo de gerente geral passíveis de abarcar o adicional compensatório calculado nesta base. Diferenças de complementação de aposentadoria devidas em face do recálculo do adicional compensatório. Necessidade de observância do percentual alcançado ao reclamante a título de adicional compensatório, assim como a obrigação do autor arcar com a fonte de custeio da sua aposentadoria, autorizando-se a dedução deste valor. Havendo sucumbência das reclamadas, reverterem-se a elas a incumbência pelo pagamento das custas processuais e pagamento pelos honorários periciais. Deixa-se de analisar o direito aos honorários advocatícios por não ter o reclamante recorrido desta questão. (2ª Turma, processo 01173-2001-016-04-00-8 RO, Relatora a Exma. Juíza Beatriz Zoratto Sanvicente. Publ. DOE-RS: 18.03.2005)

[◀ volta ao índice](#)

2.2.10

EMENTA: RECURSO DAS RECLAMADAS. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. É competente esta Justiça Especializada para julgar controvérsia decorrente da relação de trabalho, como é a referida complementação de aposentadoria objeto da presente demanda nos termos do art. 114 da CF. Ressalte-se que o art. 202, § 2º da CF, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15.12.98, não implica alteração da norma insculpida no art. 114. Afasta-se, portanto, a alegação de incompetência da Justiça do Trabalho.

RECURSO DA RECLAMANTE.

DIFERENÇAS DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. ABONO SALARIAL INSTITUÍDO EM NORMA COLETIVA. Hipótese em que resta configurada a majoração salarial de caráter geral, sendo devida a integração do abono nos proventos de complementação de aposentadoria, pois tal abono foi instituído com a finalidade de beneficiar somente o pessoal ativo, de modo a burlar os aposentados na complementação de aposentadoria. Assim sendo, indubitável a natureza salarial do abono, nos termos do artigo 457, §1º da CLT, tratando-se de ganho de caráter geral. Em consequência integra a complementação de aposentadoria. Apelo provido. (6ª Turma, processo 00111-2004-030-04-00-8 RO, Relatora a Exma. Juíza Ana Rosa Pereira Zago Sagrilo. Publ. DOE-RS: 22.03.2005)

[◀ volta ao índice](#)

2.2.11

EMENTA: (...) RECURSO ADESIVO DA SEGUNDA RECLAMADA. NECESSIDADE DE FONTE DE CUSTEIO - AUTORIZAÇÃO DA DEDUÇÃO DOS VALORES NECESSÁRIOS A TANTO. Cabe ao reclamante arcar com o custeio da sua aposentadoria já que tal determinação consta em regramento próprio. Não pode pretender o repasse desta obrigação apesar da incorreta remuneração alcançada quando ainda vigente seu contrato de emprego. Autoriza-se, portanto, a dedução dos percentuais alusivos à fonte de custeio a ser suportada pelo reclamante. (2ª Turma, processo 01173-2001-016-04-00-8 RO, Relatora a Exma. Juíza Beatriz Zoratto Sanvicente. Publ. DOE-RS: 18.03.2005)

[◀ volta ao índice](#)

2.2.12

EMENTA: RELAÇÃO DE EMPREGO. MOTORISTA. E PROPRIETÁRIO DO ÔNIBUS. CONFISSÃO FICTA DO AUTOR. A ausência injustificada do autor à audiência em que deveria depor importa na pena da confissão ficta, ensejando a presunção quanto à alegação da defesa acerca da ausência de subordinação e da prestação de trabalho autônomo. Sentença reformada, absolvendo-se as reclamadas da condenação

imposta, restando prejudicado ainda o recurso do INSS, cuja manifestação e interesse estavam vinculados à declaração acerca da existência do trabalho em regime de emprego. (7ª Turma, processo 00211-2003-202-04-00-0 RO, Relator o Exmo. Juiz Flavio Portinho Sirangelo. DOE-RS: 18.03.2005)

[◀ volta ao índice](#)

2.2.13

EMENTA: (...) DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS E FISCAIS (suscitado em contra-razões). De acordo com o disposto no art. 28, I, da Lei 8212/91, o valor percebido pelos trabalhadores a título de complementação de aposentadoria não é considerado salário-de-contribuição por não contraprestar diretamente o trabalho. Diferentemente, autoriza-se os descontos fiscais por aplicáveis as Súmulas 25 e 26 do TRT 4ª Região. (2ª Turma, processo 01173-2001-016-04-00-8 RO, Relatora a Exma. Juíza Beatriz Zoratto Sanvicente. Publ. DOE-RS: 18.03.2005)

[◀ volta ao índice](#)

2.2.14

EMENTA: EMPREGADA DA OAB/RS. DIREITO À MANUTENÇÃO DE VANTAGENS CRIADAS POR VIA DE NEGOCIAÇÃO COLETIVA. Vantagens mantidas pela empregadora por aproximadamente dois anos, mesmo após o fim da vigência do instrumento coletivo que as instituiu. A opção de preservar condições cuja fonte normativa deixou de existir obriga a empregadora à sua manutenção e à impossibilidade de alteração daquelas mesmas condições em prejuízo da empregada, sob pena de ofensa ao princípio contido no artigo 468 da CLT. Apelo patronal desprovido no aspecto. (7ª Turma, processo 01214-2002-008-04-00-2 RO, Relator o Exmo. Juiz Flavio Portinho Sirangelo. DOE-RS: 18.03.2005)

[◀ volta ao índice](#)

2.2.15

EMENTA: SERVIDOR "CELETISTA". REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO. ESTABILIDADE NO EMPREGO. Há estabilidade no emprego público de servidor celetista admitido mediante aprovação em concurso público, quando descumpridas as disposições da Lei nº 9.504/97. (6ª Turma, processo 00002-2003-451-04-00-3 REO, Relator o Exmo. Juiz João Alfredo Borges Antunes de Miranda. Publ. DOE-RS: 21.03.2005)

[◀ volta ao índice](#)

2.2.16

EMENTA: FÉRIAS NÃO GOZADAS. Ressalvada a conversão em abono pecuniário (artigo 143 da CLT), o procedimento adotado pela reclamada, em permitir que o reclamante deixasse de gozar o período integral das férias, mesmo efetuando o pagamento do valor correspondente, vulnera a finalidade para o qual foi instituído o descanso anual, não podendo ser cancelado nesta via judicial. (6ª Turma, processo 00171-2003-014-04-00-0 RO, Relator o Exmo. Juiz João Alfredo Borges Antunes de Miranda. DOE-RS: 18.03.2005)

[◀ volta ao índice](#)

2.2.17

EMENTA: FÉRIAS PROPORCIONAIS (COM 1/3). São devidas férias proporcionais acrescidas de 1/3, mesmo quando da extinção do contrato de trabalho por pedido de demissão pelo empregado antes de completar 12 meses de serviço. Entendimento jurisprudencial cristalizado no Enunciado nº 261 do TST, com a redação dada pela Resolução nº 121/03. Negado provimento. (2ª Turma, processo 00537-2004-333-04-00-5 RO, Relatora a Exma. Juíza Denise Pacheco - Convocada. Publ. DOE-RS: 18.03.2005)

[◀ volta ao índice](#)

2.2.18

EMENTA: (...) HONORÁRIOS DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. Os honorários de assistência judiciária devem ser calculados sobre o total devido à parte autora, sem a exclusão das contribuições previdenciárias e fiscais. Recurso da autora provido nesta parte. (7ª Turma, processo 01214-2002-008-04-00-2 RO, Relator o Exmo. Juiz Flavio Portinho Sirangelo. DOE-RS: 18.03.2005)

[◀ volta ao índice](#)

2.2.19

EMENTA: (...) BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. Hipótese em que a ausência da credencial fornecida pelo sindicato representante da categoria profissional inviabiliza a concessão do benefício da assistência judiciária gratuita ao reclamante e, por conseqüência, o deferimento dos honorários assistenciais. Todavia, diante da declaração de insuficiência econômica lançada na inicial, impõe-se a concessão do benefício da gratuidade da Justiça, de modo a ser o autor dispensado do pagamento das despesas decorrentes do processo. (7ª Turma, processo 00219-2004-021-04-00-0 RO, Relatora a Exma. Juíza Dionéia Amaral Silveira. DOE-RS: 18.03.2005)

[◀ volta ao índice](#)

2.2.20

EMENTA: (...) HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. Não são devidos os honorários assistenciais quando não preenchidos os requisitos elencados na Lei 5584/70, consoante orientação deste Egrégio TRT da 4ª Região insculpido na Súmula 20. (2ª Turma, processo 00237-2004-261-04-00-7 RO, Relatora a Exma. Juíza Beatriz Zoratto Sanvicente. Publ. DOE-RS: 18.03.2005)

[◀ volta ao índice](#)

2.2.21

EMENTA: HORAS DE SOBREVISO. CHAMADAS POR TELEFONE CELULAR. A possibilidade de a reclamada lhe contatar via telefone celular não retirava da autora a ampla liberdade de dispor do seu período de repouso, já que não a obrigava a permanecer em casa no aguardo do eventual contato. Assim, não resta caracterizada a hipótese de que trata o art. 244, § 2º, da CLT. Orientação Jurisprudencial nº 49 da SDI-I do TST. Negado provimento ao recurso ordinário da autora, no tópico. (4ª Turma, processo 00350-2002-871-04-00-7 RO, Relatora a Exma. Juíza Maria Beatriz Condessa Ferreira. Publ. DOE-RS: 22.03.2005)

[◀ volta ao índice](#)

2.2.22

EMENTA: (...) HORAS EXTRAS. CONTAGEM. CARGA HORÁRIA SEMANAL. Se a empregada foi contratada para cumprir jornada de oito horas diárias, de segunda à sexta-feira, perfazendo a carga horária semanal de 40 horas, são extraordinárias as horas trabalhadas após a 40ª hora da semana, e não apenas aquelas posteriores a 44 horas semanais. Recurso da reclamante provido neste parte. (7ª Turma, processo 01214-2002-008-04-00-2 RO, Relator o Exmo. Juiz Flavio Portinho Sirangelo. DOE-RS: 18.03.2005)

[◀ volta ao índice](#)

2.2.23

EMENTA: HORAS EXTRAS - EXCEÇÃO DO INCISO II DO ART. 62 DA CLT. O inciso II do art. 62 da CLT não trata de cargo de confiança em sentido genérico; pelo contrário, faz referência expressa a gerentes, exercentes de cargo de gestão, diretores e chefes de departamento, ou seja, funções que efetivamente demonstrem confiança diferenciada frente aos demais empregados. (4ª Turma, processo 01153-2003-002-04-00-6 RO, Relator o Exmo. Juiz Ricardo Luiz Tavares Gehling. Publ. DOE-RS: 22.03.2005)

[◀ volta ao índice](#)

2.2.24

EMENTA: (...) HORAS EXTRAS - BANCO DE HORAS PREVISTO EM NORMA COLETIVA. A existência de previsão em norma coletiva autorizando a utilização de regime de compensação horária nominado "banco de horas" implica a sua validação, com a absolvição da reclamada do pagamento de diferenças de horas extras. (2ª Turma, processo 00290-2004-303-04-00-5 RO, Relatora a Exma. Juíza Beatriz Zoratto Sanvicente. Publ. DOE-RS: 18.03.2005)

[◀ volta ao índice](#)

2.2.25

EMENTA: (...) HORAS EXTRAS. INTELIGÊNCIA DO ART. 74, § 2º, DA CLT. O artigo 74, § 2º, da CLT, é taxativo ao utilizar a expressão "estabelecimentos" quando quantifica o número de empregados a partir do qual existe a obrigatoriedade de anotação de horários de entrada e saída das respectivas jornadas. E a noção de empresa não se confunde a de estabelecimento. Se o estabelecimento ("Casa do Advogado") onde trabalhava a reclamante não possuía mais de dez empregados, não estava a empregadora obrigada a manter registros de ponto. Prestação de horas extras não demonstrada quanto àquele período de trabalho. Recurso da autora não provido. (7ª Turma, processo 01214-2002-008-04-00-2 RO, Relator o Exmo. Juiz Flavio Portinho Sirangelo. DOE-RS: 18.03.2005)

[◀ volta ao índice](#)

2.2.26

EMENTA: (...) HORAS EXTRAS. TURNOS DE REVEZAMENTO. Uma vez comprovado que o reclamante cumpria jornadas fixas que variavam de semana a semana, abrangendo os três turnos (manhã, tarde e noite), inafastável sua inserção na hipótese prevista no artigo 7º, XIV, da Constituição da República. Faz jus, portanto, ao pagamento de horas extras, além da sexta diária, com os adicionais previstos nos acordos coletivos, considerando o divisor 180. Decisão mantida. (7ª Turma, processo 00823-2002-811-04-00-2 RO, Relator o Exmo. Juiz Flavio Portinho Sirangelo. DOE-RS: 18.03.2005)

[◀ volta ao índice](#)

2.2.27

EMENTA: (...) RECURSO ADESIVO DA PRIMEIRA - CEF. ILEGITIMIDADE PASSIVA DA CEF. Ainda que se trate a FUNCEF de entidade de previdência privada, caracteriza-se como "longa manus" da empregadora - CEF, motivo pelo qual ambas são partes passivas legítimas para figurarem na demanda. Provimento negado. (2ª Turma, processo 01173-2001-016-04-00-8 RO, Relatora a Exma. Juíza Beatriz Zoratto Sanvicente. Publ. DOE-RS: 18.03.2005)

[◀ volta ao índice](#)

2.2.28

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. ANTECIPAÇÃO DE EFEITOS DA TUTELA BUSCADA EM AÇÃO TRABALHISTA. REQUISITOS DO ART. 273 DO CPC NÃO INTEGRALMENTE PREENCHIDOS. Hipótese em que o direito à garantia de emprego que o ora litisconsorte alegou ser detentor em reclamação trabalhista não se reveste, a priori, da verossimilhança exigida pelo referido art. 273 do CPC, visto que não constitui postulação cujo mérito pudesse ser examinado sem a prévia instrução regular daquele feito. Ausente a verossimilhança das alegações do autor na ação trabalhista, não se encontram integralmente preenchidos os requisitos daquele dispositivo processual. Segurança que merece concessão. (1ª Seção de Dissídios Individuais, processo 02930-2004-000-04-00-8 MS, Relatora a Exma. Juíza Maria Beatriz Condessa Ferreira. Publ. DOE-RS: 22.03.2005)

[◀ volta ao índice](#)

2.2.29

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA - ANTECIPAÇÃO DE TUTELA - REINTEGRAÇÃO. Não é ilegal ou abusiva - tampouco fere direito líquido e certo do impetrante - decisão que, após oitiva da parte demandada, convencendo-se o juiz da verossimilhança das alegações do autor de ação reclamatória trabalhista e considerando atendidos os pressupostos do art. 273 do CPC, defere antecipação de tutela e determina reintegração no emprego. Segurança denegada. (1ª Seção de Dissídios Individuais, processo 02591-2004-000-04-00-0 MS, Relator o Exmo. Juiz Ricardo Luiz Tavares Gehling. Publ. DOE-RS: 22.03.2005)

[◀ volta ao índice](#)

2.2.30

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. BLOQUEIO DE CONTAS DE SÓCIO DA EXECUTADA. Não é ilegal nem abusiva, tampouco fere direito líquido e certo, a determinação de bloqueio de contas de sócio da executada quando esta se encontra em local desconhecido. (1ª Seção de Dissídios Individuais, processo 03067-2004-000-04-00-6 MS, Relator o Exmo. Juiz Ricardo Luiz Tavares Gehling. Publ. DOE-RS: 22.03.2005)

[◀ volta ao índice](#)

2.2.31

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. PENHORA DE CRÉDITOS. APLICAÇÃO DOS ARTIGOS 612 E 620 DO CPC. Ao direito do exequente de buscar o seu crédito de forma célere, opõe-se igual direito do executado de solver seu débito do modo menos gravoso. Hipótese em que o ato judicial atacado não sopesou coerentemente os direitos em oposição ao determinar a constrição da integralidade dos valores mensalmente percebidos pela impetrante com vista à garantia da execução. Prevalência de interesse individual sobre o coletivo que não merece guarida (art. 8º da CLT). Segurança parcialmente concedida. (1ª Seção de Dissídios Individuais, processo 03052-2004-000-04-00-8 MS, Relatora a Exma. Juíza Maria Beatriz Condessa Ferreira. Publ. DOE-RS: 22.03.2005)

[◀ volta ao índice](#)

2.2.32

EMENTA: INDEFERIMENTO DE LIMINAR EM MANDADO DE SEGURANÇA. PRETENSÃO À CASSAÇÃO DE ORDEM DE REINTEGRAÇÃO AO EMPREGO. Se o agravante não traz à discussão elementos capazes de modificar o entendimento exposto no ato atacado, deve ser mantido o despacho que indefere o pedido liminar em sede de mandado de segurança, mormente quando a concessão da liminar que suspenderia a ordem de reintegração poderia resultar no comprometimento da força de trabalho, que para ser sustentada necessita do salário. Ademais, a impossibilidade de restituição ao *status quo ante*, na hipótese de desconstituição da ordem de reintegração, não traz maiores conseqüências, porque até lá a situação permanece em equilíbrio: prestação do serviço x remuneração. Agravo regimental a que se nega provimento. (1ª Seção de Dissídios Individuais, processo 00111-2005-000-04-40-1 AGR, Relatora a Exma. Juíza Tânia Maciel de Souza. Publ. DOE-RS: 22.03.2005)

[◀ volta ao índice](#)

2.2.33

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. REINTEGRAÇÃO. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL. É ilegal e abusiva a concessão de tutela, *inaudita altera parte*, determinando a reintegração ao emprego, fora do devido processo legal, sem oportunidade de manifestação da parte prejudicada. Inteligência da súmula nº 04 da jurisprudência deste Tribunal. Segurança concedida. (1ª Seção de Dissídios Individuais, processo 03024-2004-000-04-00-0 MS, Relator o Exmo. Juiz Ricardo Luiz Tavares Gehling. Publ. DOE-RS: 22.03.2005)

[◀ volta ao índice](#)

2.2.34

EMENTA: (...) MULTA DO ART. 477 DA CLT. A multa prevista no parágrafo 8º do dispositivo legal em tela só é devida quando comprovado o pagamento em atraso dos títulos rescisórios, o que incoorre *in casu*. Apelo provido. (2ª Turma, processo 00537-2004-333-04-00-5 RO, Relatora a Exma. Juíza Denise Pacheco - Convocada. Publ. DOE-RS: 18.03.2005)

[◀ volta ao índice](#)

2.2.35

EMENTA: PROGRAMA "APOIO DAQUI". INDENIZAÇÃO ADICIONAL. Não faz jus o autor às parcelas atinentes ao plano de demissão "Apoio Daqui", na medida em que não demonstrou o fato constitutivo de seu direito, qual seja, a percepção de tais vantagens por empregados após o término de tal programa. Não prospera, igualmente, o pleito sucessivo de pagamento da indenização adicional, porquanto não existem elementos que justifiquem o deferimento do pedido, já que não há prova de que os empregados despedidos após 31.03.02, e que receberam a verba, tenham laborado nas mesmas condições e no mesmo setor do reclamante. (7ª Turma, processo 00219-2004-021-04-00-0 RO, Relatora a Exma. Juíza Dionéia Amaral Silveira. DOE-RS: 18.03.2005)

[◀ volta ao índice](#)

2.2.36

EMENTA: (...) RECURSO ADESIVO DA PRIMEIRA RECLAMADA. QUITAÇÃO DO CONTRATO PELA ADESÃO AO PDV. A adesão do reclamante ao PDV unilateralmente formulado não implica renúncia de direitos trabalhistas por serem os mesmos irrenunciáveis face à sua natureza alimentar, não gerando os efeitos contidos no art. 269, III, do CPC. (2ª Turma, processo 01173-2001-016-04-00-8 RO, Relatora a Exma. Juíza Beatriz Zoratto Sanvicente. Publ. DOE-RS: 18.03.2005)

[◀ volta ao índice](#)

2.2.37

EMENTA: DA PRESCRIÇÃO DA AÇÃO. DANO MORAL. Tratando-se de parcela oriunda do vínculo de emprego mantido entre as partes, deve ser observado o prazo prescricional do art. 7º, inciso XXIX, da Constituição Federal, e não a do Código Civil. Recurso desprovido. (6ª Turma, processo 01261-2003-202-04-00-5 RO, Relatora a Exma. Juíza Ana Rosa Pereira Zago Sagrilo. Publ. DOE-RS: 22.03.2005)

[◀ volta ao índice](#)

2.2.38

EMENTA: RELAÇÃO DE EMPREGO. INEXISTÊNCIA. Decisão de improcedência da ação que se mostra fundada em escorreita análise da prova dos autos. A valoração da prova testemunhal, nos termos em que procedida pelo juiz que a colheu, deve ser, em princípio, privilegiada pelo juízo recursal, em face da proximidade que aquele juiz manteve com as partes e testemunhas no momento da produção da prova, o que lhe confere melhores condições de analisar a convicção e a sinceridade com que prestadas as informações. Tal é o caso dos autos, não havendo razão que justifique a reforma da decisão de primeiro grau. Recurso desprovido. (7ª Turma, processo 00125-2004-811-04-00-9 RO, Relator o Exmo. Juiz Flavio Portinho Sirangelo. DOE-RS: 18.03.2005)

[◀ volta ao índice](#)

2.2.39

EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO INTERPOSTO PELA RECLAMANTE. RELAÇÃO DE EMPREGO. INEXISTÊNCIA EM CASOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM CAMPANHAS ELEITORAIS. ÓBICE LEGAL. Hipótese em que os serviços prestados pela reclamante estavam restritos à campanha eleitoral, de maneira que, independentemente da existência ou não de filiação partidária, a relação havida entre as partes se enquadra perfeitamente na hipótese prevista no art. 100 da Lei nº 9.504/97, que determina a inexistência de vínculo de emprego entre candidato ou partido político contratante e o pessoal contratado para

prestação de serviços em campanhas eleitorais. Recurso desprovido. (5ª Turma, processo 01017-2002-291-04-00-0 RO, Relatora a Exma. Juíza Berenice Messias Corrêa. DOE-RS: 18.03.2005)

[◀ volta ao índice](#)

2.2.40

EMENTA: RELAÇÃO DE EMPREGO. CONTRATO FORMAL DE ESTÁGIO QUE PRECEDEU AO CONTRATO DE TRABALHO. EMPREGADA DA SICREDI. ESTAGIÁRIA QUE EXERCIA AS FUNÇÕES DE CAIXA. VÍNCULO RECONHECIDO. Caso em que demonstrado pela prova que o interesse da reclamada, desde o início, residia na prestação de trabalho da reclamante nas funções de caixa, e não apenas no treinamento e na preparação profissional que a contratação formal de estágio sugeria. Nessas condições, e tendo-se presente o princípio de que, no direito do trabalho, há de prevalecer a realidade fática sobre a versão formal com que os fatos se apresentam, é incensurável a decisão ao julgar procedente o pedido de registro do vínculo de emprego desde o início e o pagamento da quebra de caixa desde o ingresso da autora como "estagiária" até a data da formalização do contrato. Sentença mantida. (7ª Turma, processo 00237-2003-551-04-00-3 RO, Relator o Exmo. Juiz Flavio Portinho Sirangelo. DOE-RS: 18.03.2005)

[◀ volta ao índice](#)

2.2.41

EMENTA: SUBEMPREITEIRA - RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA - Tratando-se a recorrente de empresa de engenharia, equiparada ao empreiteiro principal e que contratou a primeira reclamada para execução de serviços de pintura, é responsável subsidiária pelo adimplemento dos créditos deferidos, nos termos do que dispõe o artigo 455 consolidado e o Enunciado 331 do TST. (6ª Turma, processo 00418-2002-008-04-00-6 RO, Relatora a Exma. Juíza Ana Rosa Pereira Zago Sagrilo. Publ. DOE-RS: Publ. DOE-RS: 22.03.2005)

[◀ volta ao índice](#)

2.2.42

EMENTA: ILEGITIMIDADE ATIVA. SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL. (Análise conjunta do recurso ordinário do reclamado e do recurso adesivo do reclamante. Matéria comum). O sindicato, consoante autorização expressa no artigo 8º, inciso III, da Constituição Federal, tem legitimidade para atuar na defesa de direitos e interesses individuais da categoria em questões judiciais, de forma ampla, sem qualquer restrição, inclusive de não-associados, sendo prescindível a outorga de mandato pelos substituídos. Negado provimento ao recurso do reclamado. Recurso provido do reclamante. (6ª Turma, processo 01279-2002-030-04-00-9 REO/RO, Relatora a Exma. Juíza Rosane Serafini Casa Nova. Publ. DOE-RS: 21.03.2005)

[◀ volta ao índice](#)

2.2.43

EMENTA: (...) TICKET REFEIÇÃO. NATUREZA JURÍDICA. Adesão da empregadora ao PAT. Natureza salarial não reconhecida. Recurso patronal provido neste aspecto. (7ª Turma, processo 01214-2002-008-04-00-2 RO, Relator o Exmo. Juiz Flavio Portinho Sirangelo. DOE-RS: 18.03.2005)

[◀ volta ao índice](#)

[▲ volta ao sumário](#)

[◀ volta ao índice](#)
[▲ volta ao sumário](#)

3. Sentenças

3.1. Pessoa jurídica de direito público internacional. Imunidade de jurisdição.

(Exma. Juíza Janaína Saraiva da Silva. Processo nº 01413-2003-018-04-00-9 - 18ª Vara do Trabalho de Porto Alegre. Publ. DOE-RS: 28.02.2005)

VISTOS, ETC.

1. R E L A T Ó R I O

MARIA CRISTINA ADAIME DUARTE, qualificada na inicial, ajuíza, em 20.10.03, ação trabalhista contra ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU, ORGANIZAÇÃO METEOROLÓGICA MUNDIAL - OMM, PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD e UNIÃO FEDERAL, pelas razões de fato e de direito constantes da inicial e do aditamento da fl. 22.

Afirma ter trabalhado na sede do IBAMA, em Brasília-DF, no período de 15.09.95 a 31.12.99, por força dos projetos OMM-92/001 e OMM-95/001, ambos desenvolvidos e patrocinados pela segunda reclamada, com execução administrada pelo quarto reclamado, por meio da Agência Brasileira de Cooperação; e no período de 02.05.00 a 20.08.03, então na sede do IBAMA em Porto Alegre, por força dos projetos BRA-95/028 e BRA-02/011, ambos desenvolvidos e patrocinados pelo terceiro reclamado, com execução administrada pelo quarto reclamado, também por intermédio da Agência Brasileira de Cooperação. Esclarece que a segunda e o terceiro reclamados constituem-se em agências especializadas da ONU e, portanto, devem ser vistos como empregadores no bojo de uma ação coordenada, justificando-se assim a própria continuidade temporal do vínculo de emprego havido. Acrescenta que a segunda e o terceiro reclamados, com outros organismos, compõem a estrutura da United Nations System, justificando a presença da primeira reclamada no pólo passivo da demanda. Entende que a formação verificada com relação aos três primeiros reclamados permite a configuração de grupo análogo ao econômico, bem como da figura do empregador único, conforme os termos do parágrafo 2º do artigo 2º da CLT.

[◀ volta ao índice](#)

Por entender presentes os requisitos constantes dos artigos 2º e 3º da CLT, pretende o reconhecimento da relação de emprego mantida com os três primeiros reclamados, reconhecida a condição de empregador único, ou, alternativamente, somente com a primeira reclamada e, ainda, sucessivamente, a declaração da existência de dois vínculos de emprego distintos, um com a segunda reclamada (OMM), no período de 15.09.95 a 31.12.99, e outro com o terceiro reclamado (PNUD), no período de 02.05.00 a 20.08.03, tudo com as devidas anotações em sua CTPS. Pretende, ainda, o reconhecimento da responsabilidade solidária do quarto reclamado ou, sucessivamente, da responsabilidade subsidiária deste, relativamente à satisfação das prestações de caráter pecuniário postuladas.

Busca o pagamento das seguintes parcelas: 13º salários do período, inclusive proporcional; férias vencidas e proporcionais, sendo as primeiras em dobro; FGTS do período, com o acréscimo de 40%; aviso-prévio; indenização compensatório, referente ao seguro-desemprego; diferenças salariais decorrentes de redução salarial no curso do contrato.

Pretende, ainda, a concessão do benefício da justiça gratuita.

Dá à causa o valor de R\$ 1.000,00 em 14.10.03.

As reclamadas defendem-se, nos termos das contestações das fls. 139/146 a primeira, 147/155 a segunda, 156/163 a terceira, e 164/172 a quarta. Aduzem preliminar de imunidade de jurisdição relativamente as três primeiras reclamadas, por constituírem-se em organismos internacionais. Aduzem prejudicial de mérito, na forma de prescrição, reputando-a total relativamente às contratações da reclamante que foram extintas mais de dois anos antes do ajuizamento da presente ação. No mérito, negam os pedidos constantes da petição inicial.

Documentos acompanham as contestações.

Por ocasião da audiência inaugural, é afastada a imunidade de jurisdição das três primeiras reclamadas, nos termos da ata da fl. 138.

Encerra-se a instrução após a oitiva do depoimento pessoal da reclamante e de uma testemunha.

Razões finais remissivas pelos reclamados e orais pelo autor, nos termos aduzidos à fl. 284.

Não houve conciliação.

É o relatório.

2. FUNDAMENTOS

2.1. PRELIMINARMENTE

2.1.1. Da imunidade de jurisdição.

As três primeiras reclamadas, todas pessoas jurídicas de direito público internacional, sendo a segunda e a terceira reclamadas integrantes do Sistema das Nações Jurídicas representado pela primeira demandada, declaram expressamente, em preliminar, que não renunciam à imunidade de jurisdição que lhes é assegurada, requerendo a extinção do presente feito sem julgamento do mérito.

A questão foi apreciada incidentalmente, por ocasião da audiência inaugural, tendo o magistrado que a presidia entendido por afastar a prefacial em questão, sob o fundamento de entender inexistente a imunidade de jurisdição quanto aos autos de gestão praticados por entes internacionais, conforme se verifica da ata da fl. 138.

Considerando que esta magistrada possui entendimento diverso quanto à matéria, firmado após profunda reflexão, cabe reexaminá-la, expondo o Juízo suas razões de decidir pela aplicabilidade da imunidade de jurisdição aos organismos internacionais em hipóteses como a vertida nos presentes autos.

Não se fale da impossibilidade de alteração do entendimento vertido por ocasião da audiência inaugural, na medida em cabe ao Juízo, por ocasião da prolação da sentença examinar todas as matérias invocadas durante o curso da ação, inclusive aquelas por ventura resolvidas incidentalmente, tendo em vista que o momento oportuno para a apreciação de qualquer prefacial no processo trabalhista, via de regra, é o de prolação da sentença. Tal entendimento mais se reforça na hipótese do magistrado prolator da sentença possuir entendimento diverso daquele manifestado pelo magistrado autor da decisão incidental, mormente por não prevalecer no processo trabalhista o princípio da identidade física do Juiz.

Portanto, segunda as contestações apresentadas, as três primeiras demandadas, por se constituírem em organismos internacionais, possuem imunidade de jurisdição, conforme expresso no artigo II, seção 2, da "Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Nações Unidas", promulgada no Brasil pelo Decreto nº 27.784, de 16 de fevereiro de 1950, e estendido à agência especializada OMM (segunda reclamada) pelo artigo V do "Acordo de Assistência Técnica com as Nações Unidas e suas Agências Especializadas", promulgado pelo Decreto nº 59.308, de 23 de setembro de 1966, bem como pelo artigo 3º, 4ª seção, do Decreto nº 52.288/63 que promulgou a "Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Agências Especializadas das Nações Unidas".

[◀ volta ao índice](#)

Primeiramente, cumpre referir que a imunidade dos estados e organismos internacionais é princípio básico do Direito Internacional Público, firmado a partir de prática costumeira internacional que evoluiu do privilégio da extraterritorialidade, segundo o qual certas pessoas, por ficção, eram consideradas como se estivessem fora do território do Estado em que efetivamente se acham. Tal princípio, exposto originalmente por Hugo Grócio, em sua Obra "De Jure Belli ac Pacis", de 1625, modernamente não mais se sustenta, sendo rechaçado pela doutrina, na medida em que não se pode admitir, ainda que por ficção, a consideração de um enviado estrangeiro como fora do território no qual exerce suas funções, porquanto os privilégios e imunidades dados aos representantes estrangeiros decorrem da permissão do Estado que os recebe para lhes facultar o melhor e mais eficaz desempenho de suas funções. Afastado o privilégio da extraterritorialidade, o direito internacional reconhece a imunidade de jurisdição, consagrada em vários diplomas internacionais, a qual é inarredável diante da necessidade de assegurar aos Estados seus direitos fundamentais (liberdade, igualdade, respeito mútuo, de defesa e conservação, do desenvolvimento e de jurisdição).

Segundo Hildebrando Accioly, "a razão de ser dos privilégios diplomáticos reside na necessidade de se assegurar aos que deles gozam a independência necessária para a execução dos seus deveres oficiais; decorre, pois, do interesse recíproco dos Estados. Considera-se, aliás, que tais privilégios, consagrados pelo uso e acordo tácito dos Estados, são indispensáveis para a manutenção das relações internacionais" (In "Tratado de DIP", Imprensa Nacional, 1033/1935).

Não obstante a incontestável a imunidade de jurisdição assegurada aos organismos estrangeiros, também é fato que a doutrina e a jurisprudência brasileiras, também por suas máximas Cortes, vêm mitigando a

imunidade de jurisdição atribuída aos entes internacionais, entendendo-a aplicável apenas para aqueles atos praticados no exercício das funções privativas do poder público (atos de império).

Tal conceito formou-se ao longo de anos, a partir do entendimento de que é necessário distinguir-se entre atos de império e atos de gestão para efeito de fixar ou não a jurisdição, partindo-se do princípio de que ao executar atos de gestão o Estado equipara-se ao particular e, portanto, não goza do privilégio da imunidade de jurisdição. Várias são as decisões do Supremo Tribunal Federal nesse sentido, todas elas, porém, referentes a Estados estrangeiros e não a organismos internacionais.

No Direito do Trabalho, a questão assume maior relevância, tendo em vista a natureza privada (a qual, segundo melhor doutrina, não resta afastada pelo intervencionismo estatal) que se atribui ao ato de contratação de um trabalhador, ainda que o empregador seja um ente público internacional. Assim, a partir de uma premissa simples, de que todo o direito individual insere-se no âmbito do direito privado e, por conta disso, seus agentes praticam atos de natureza particular, é fácil concluir que o ente internacional, quando se equipara ao tomador de serviços, pratica atos de gestão e, portanto, não conta com o privilégio da imunidade de jurisdição. Assim vem entendendo o Tribunal Superior do Trabalho ao afastar a imunidade de jurisdição em ações ajuizadas por trabalhadores em face de Estados estrangeiros e organismos internacionais.

O Juízo, todavia, não comunga de tal entendimento. A uma, por entender inaplicável a tradicional teoria da divisão de atos de império e atos de gestão nas hipóteses em que uma das partes é um organismo internacional – e não Estado estrangeiro – como ocorre na hipótese dos autos. A duas, diante da existência de previsão legal expressa asseguradora da imunidade de jurisdição a organismos internacionais da natureza das três primeiras reclamadas.

Com efeito, a doutrina vem paulatinamente questionando da impraticabilidade da distinção entre atos de império e de gestão mesmo quando se trata de Estados estrangeiros.

Nesse sentido, vale citar lição de Georgenor de Souza Franco Filho, exposta em sua Obra “Imunidade de Jurisdição Trabalhista dos Entes de Direito Internacional Público” (LTr, 1086):

[◀ volta ao índice](#)

“Ora, com a publicização do Direito, com a crescente participação do Poder Público na atividade privada, com a socialização do Estado, tornou-se inviável, e até mesmo impossível, saber-se se o Estado está a agir como ente soberano, no seu poder de império, ou como mero gestor de uma atividade qualquer, equiparado, como tal, à pessoa privada. Afinal, como acentua T. Brandão Cavalcanti, ‘a distinção tem dado lugar a equívocos e a uma tentativa de desdobramento da personalidade do Estado que não tem melhores fundamentos’. Pretender esse raciocínio, incorrer-se-á no risco de se romper com o minimum necessário para a sobrevivência dos Estados, enquanto Estados, que é o respeito a sua autodeterminação e à soberania, relativa, mas incontestável, restringida, tão somente, às obrigações internacionais, e nunca extensiva, a ponto de se permitir jurisdição alheia em atividade da qual o Estado, personalidade una e indivisível, é o titular direto e efetivo” (p. 35/36).

Na hipótese de organismos internacionais mais se torna insustentável a distinção de seus atos como “de império” e “de gestão”, na medida em que entes dessa natureza não exercem “funções privativas do poder público”, o que é essencial para a configuração de atos de império. O entendimento de que, por decorrência, todos os atos praticados pelos organismos internacionais sejam de gestão é por demais simplista e não encontra respaldo nos inúmeros tratados internacionais que lhes assegura, via de regra, imunidade de jurisdição.

Com efeito, as organizações internacionais são o resultado do aumento das relações internacionais e da necessidade da cooperação entre os Estados. A Organização das Nações Unidas (primeira reclamada), particularmente, no dizer de sua própria Carta, é uma associação de Estados reunidos com os propósitos declarados de “manter a paz e a segurança internacionais”, “desenvolver relações amistosas entre as nações, baseadas no respeito ao princípio de igualdade de direitos e de autodeterminação dos povos”, “conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário e para promover e estimular o respeito aos direitos humanos e as liberdades fundamentais para todos” e “ser um centro destinado a harmonizar a ação das nações para a consecução desses objetivos”. A ONU operacionaliza seus objetivos por meio de Agências Especializadas e Programas de Desenvolvimento, como a segunda e a terceira reclamadas.

A partir da conceituação acima não resta dúvida de que a ONU não é um "superestado", mas sim uma associação composta pela quase-totalidade dos Estados existentes, não possuindo território. Por seus objetivos, não exerce, enquanto instituição, atos de império. Vale destacar que os Estados estrangeiros membros da ONU são instados a observarem suas Recomendações, porém não estão a elas vinculados. No entendimento do Juízo, o exercício de "atos de gestão" pressupõe o exercício de "atos de império", os que não se verifica com relação as três primeiras reclamadas.

Por outro lado, o afastamento do privilégio da imunidade de jurisdição assegurada aos entes internacionais exige a aplicação da teoria da distinção entre atos de império e de gestão, o que não é possível em se tratando de organismos internacionais da natureza das três primeiras reclamadas. Entende-se, assim, que não havendo renúncia à imunidade de jurisdição por parte de tais demandadas - ao contrário, há declaração expressa em contrário em suas contestações - esta lhes é assegurada.

Não obstante, para alguns defensores da aplicação da teoria de mitigação da imunidade de jurisdição de forma indiscriminada aos entes públicos internacionais, a partir do advento da Constituição Federal de 1988 a questão não ensejaria maiores dúvidas, face ao então disposto em seu artigo 114: "Compete à Justiça do Trabalho conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregadores, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta dos Municípios, do Distrito Federal, dos Estados e da União, e, na forma da lei, outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, bem como os litígios que tenham origem no cumprimento de suas próprias sentenças, inclusive coletivas" (grifou-se).

Novamente, discorda o Juízo de tal entendimento, por entender que o dispositivo legal citado abriga disposição atinente à competência (medida de jurisdição), porém não afasta eventual imunidade assegurada aos organismos internacionais. Note-se, a partir dos fundamentos já vertidos acima, que sendo controvertida a aplicabilidade da imunidade de jurisdição aos Estados estrangeiros em determinadas situações (atos de gestão) e aos organismos internacionais, por certo a algum órgão do Poder Judiciário deve ser atribuída competência de dizer se há, ou não, imunidade de jurisdição.

Importante destacar que não se trata, como se poderia entender, de ausência ou inexistência de jurisdição da Justiça Brasileira para resolver determinada controvérsia. A jurisdição existe, porém a ela determinadas pessoas jurídicas estão imunes. A palavra imunidade tem por sinônimos privilégio, isenção, liberdade, prerrogativa, todas elas indicativas de que o Estado Brasileiro não pode exercer sua jurisdição frente a determinadas pessoas. Porém, um órgão do Poder Judiciário deve ter competência para tal declaração, a qual é atribuída pelo artigo 114 da Constituição Federal.

[← volta ao índice](#)

Nesse sentido, vale transcrever lição do mestre Wagner D. Giglio, em sua Obra "Direito Processual do Trabalho" (Saraiva, 1997). Ei-la:

"O Direito, ainda que de patamar constitucional, não atua sempre espontaneamente, mas necessita de aplicação efetiva aos casos concretos. Essa missão é cumprida pelo Poder Judiciário, que tem a atribuição precípua de 'dizer o direito', ou seja, de jurisdição. Não se confunde, porém, ter jurisdição e exercer jurisdição. Algum organismo tem de apurar se há jurisdição, ainda que, reconhecendo sua existência, deixe de exercê-la, por respeito à imunidade. Essa tarefa de examinar e dizer, liminarmente, se a Justiça Brasileira tem jurisdição para dirimir o caso concreto, envolvendo ente de direito público externo, deve caber a um órgão integrante de nosso Poder Judiciário. Em outras palavras: 'Antes de apreciar um caso de imunidade de jurisdição (Estado estrangeiro, organismo internacional, agentes diplomáticos ou consulares), o juiz com competência interna deverá apreciar a sua própria competência; mas terá que ser competente, em tese, para afirmar a sua própria competência (ou, mais grave ainda, a falta de jurisdição)', conforme Antonio Lamarca (O livro da competência, p. 461)" (grifos no original, p. 36/37).

Por derradeiro, cumpre ponderar que há previsão legal expressa quanto à imunidade de jurisdição assegurada as três primeiras reclamadas (artigo 1º, Seção 2 da Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Nações Unidas, promulgada pelo Decreto nº 27.784/50, e artigo 3º, Seção 4 da Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Agências Especializadas das Nações Unidas, promulgada pelo Decreto nº 52.288/63), o que afasta, por não se tratar tão-somente de regra consuetudinária, a possibilidade de mitigação da imunidade de jurisdição, que por tais dispositivos legais é absoluta.

Nesse sentido, vale transcrever excerto do acórdão nº 00211-2004-017-10-00-1 RO da 10ª Região, que teve por relator o Exmo. Juiz do Trabalho André R. P. V. Damasceno, publicado em 28.01.05. Ei-lo:

“A CONVENÇÃO SOBRE OS PRIVILÉGIOS E IMUNIDADES DAS NAÇÕES UNIDAS, promulgada pelo Decreto nº 27.784/50, atribuiu imunidade de jurisdição à Organização das Nações Unidas, nos seguintes termos: ‘Artigo I Seção 2 - A Organização das Nações Unidas, seus bens e haveres, qualquer que seja sua sede ou seu detentor, gozarão de imunidade de jurisdição, salvo na medida em que a Organização a ela tiver renunciado em determinado caso. Fica, todavia, entendido que a renúncia não pode compreender medidas executivas’.

Por sua vez, a CONVENÇÃO SOBRE PRIVILÉGIOS E IMUNIDADES DAS AGÊNCIAS ESPECIALIZADAS DAS NAÇÕES UNIDAS, promulgada pelo Decreto nº 52.288/63 atribuiu imunidade de jurisdição às agências especializadas das Nações Unidas, asseverando: ‘Artigo 3º 4ª Seção - As agências especializadas, seus bens e ativos, onde estiverem localizados e qualquer que seja o seu depositário, gozarão de imunidade de todas as formas de processo legal, exceto na medida em que, em qualquer caso determinado, houverem expressamente renunciado à sua imunidade. Fica entendido, porém, que nenhuma renúncia de imunidade se estenderá a qualquer medida de execução’.

Com se percebe, existe expressa previsão legal atribuindo à 1ª reclamada a prerrogativa da imunidade absoluta de jurisdição.

É bem verdade que a regra consuetudinária da imunidade absoluta de jurisdição dos Estados estrangeiros encontra-se, atualmente, abrandada, mormente no que diz respeito aos litígios de natureza trabalhista.

A situação atinente aos Estados estrangeiros, contudo, não se confunde com a situação das organizações internacionais.

Com efeito, a relativização da imunidade de jurisdição dos Estados decorreu do abandono progressivo, pela comunidade internacional, da regra consuetudinária que instituía a imunidade absoluta de jurisdição.

No caso dos organismos internacionais, a imunidade de jurisdição deriva não de uma regra costumeira, que possa ser paulatinamente abandonada, mas, sim, de texto legal expresso, cuja ‘relativização’ demanda denúncia, novação ou revogação e que, enquanto vigente, demanda observância plena.

[◀ volta ao índice](#)

Bastante esclarecedoras, a propósito do tema, as considerações expendidas por FRANCISCO REZEK: ‘Penso que, se as coisas se definem, no caso do Estado, de maneira bastante completa e clara, desde o caso que envolveu, ao final dos anos 80, a República Democrática Alemã, as coisas tendem, no domínio das organizações internacionais, a definir-se também com relativa precisão. Não há, por força de nenhuma regra geral, privilégio algum para as organizações. Elas, sobretudo quanto tenham o Brasil como Estado-parte e tenham se estabelecido com a perfeita concordância e o desejo mesmo do Estado brasileiro em nosso território, hão de ver honrados pelo poder público, pela Justiça em particular, os termos dos respectivos compromissos. Não há falar em que é dado ao juiz ignorar esses compromissos, fazer analogias com o abandono da imunidade absoluta pelo Supremo, porque, naquele caso, o que se estava dizendo é que uma regra costumeira não existe mais e, neste caso, não falamos de regras costumeiras, mas de compromissos convencionais escritos e perfeitamente precisos nos seus efeitos’ (‘A imunidade das organizações internacionais no Século XXI’, palestra constante da coletânea ‘A imunidade de Jurisdição e o Judiciário brasileiro’, coordenada por Antenor Pereira Madruga Filho e Márcio Garcia; CEDI, Brasília, 2002, p. 20).

Pois bem. Não há, nos autos, nenhuma notícia de que os Decretos que cancelaram os tratados que asseguraram à ONU e ao PNUD a imunidade de jurisdição tenham sido extirpados do mundo jurídico.

Por outro lado, não houve renúncia por parte da 1ª reclamada à imunidade que lhe é assegurada.

Ora, havendo norma expressa excluindo as controvérsias que envolvam a ONU/PNUD da apreciação do Judiciário brasileiro, a qual encontra-se plenamente vigente, imperioso se torna reconhecer a imunidade de jurisdição do organismo em questão.

Note-se que a prerrogativa atribuída aos multi referidos organismos internacionais não restou condicionada ao tipo de atividade exercida pelo mesmo” (grifou-se).

O entendimento acima esposado é adotado por vários Juízes do Trabalho do Tribunal Regional da 10ª Região, onde a matéria ora apreciada é habitual, o que levou aquele Egrégio Regional, em sessão plenária realizada no dia 28.09.2004, por ocasião do IUJ nº 00031-2004-000-10-00-8, a fixar entendimento no sentido de que as organizações internacionais gozam de imunidade absoluta de jurisdição.

Assim, ante os fundamentos acima expostos, declaro a imunidade de jurisdição das três primeiras reclamadas e, em decorrência, extingo o presente feito, sem julgamento do mérito, na forma do inciso VI do artigo 267 do CPC.

Resta prejudicada a análise das demais pretensões e argüições constantes da petição inicial e das contestações, inclusive com relação à eventual responsabilidade subsidiária da União Federal. Gize-se que pretende o autor o reconhecimento da relação tão-somente em face das três primeiras reclamadas; com relação a União Federal busca tão-somente o reconhecimento de sua responsabilidade, solidária ou subsidiária, quanto "à satisfação das perseguidas prestações de caráter pecuniário", conforme se verifica do item 8 da petição inicial.

(...)

[◀ volta ao índice](#)

[▲ volta ao sumário](#)

3.2. Preliminares. 1. Exceção de incompetência. 2. Substituição processual. Ilegitimidade ativa. Mérito. Banco do Brasil. Anuênios. Empregados admitidos até 31/08/96. Manutenção do pagamento. Reflexos.

(Exmo. Juiz Ben-Hur Silveira Claus. Processo nº 00570.561/00-0 – Vara do Trabalho de Carazinho. Publ. DOE-RS: 28.06.2000)

Vistos etc.

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE CARAZINHO, qualificado na inicial, ajuíza ação contra BANCO DO BRASIL S.A., postulando a manutenção do pagamento do anuênio aos empregados admitidos até 31/08/1996 e diferenças salariais decorrentes, com reflexos em férias (+1/3), 13º salário, FGTS, gratificações, horas extras, quinquênios, licenças-prêmios convertidas em pecúnia ou gozadas e, aos empregados desligados do banco, nas respectivas rescisórias; multa prevista no artigo 652, VI, d, da CLT; juros e correção monetária; assistência judiciária e honorários assistenciais ou advocatícios; multa pelo descumprimento da ordem judicial, invocando o disposto no artigo 461 do CPC. Atribui à causa o valor de R\$10.000,00.

O reclamado contesta a ação pelas razões de defesa de fls. 246/260, impugnando as pretensões deduzidas.

As partes informam que o anuênio continua sendo pago aos empregados que o vinham percebendo, no nível praticado em 1999, estando "congelado" o valor respectivo. É determinado ao reclamado que junte aos autos o seu regulamento interno (ata de fl. 240).

São juntados documentos.

Sem outras provas, encerra-se a instrução.

As razões finais são remissivas.

As propostas conciliatórias restam rejeitadas.

É O RELATÓRIO.

FUNDAMENTOS DA DECISÃO.

I - PRELIMINARMENTE.

1. EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA EM RAZÃO DA MATÉRIA. EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA EM RAZÃO DO LOCAL. EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA EM RAZÃO DA PESSOA.

O banco reclamado argumenta que a ação proposta na Vara do Trabalho não pode prosperar. Refere que o art. 2º da Lei nº 7.701/88 delega competência exclusiva ao TST para conciliar e julgar dissídios coletivos que excedam a jurisdição dos Tribunais Regionais do Trabalho, disposição aplicável em razão de possuir quadro de carreira organizado no âmbito nacional. Sustenta, ainda, que somente os TRTs e o TST têm competência para apreciar dissídios coletivos e que, na hipótese dos autos, tal incumbiria ao TST, sob pena de, apreciando-se parcialmente a demanda, fragmentar o quadro funcional do reclamado. Colaciona subsídios jurisprudenciais e doutrinários. Postula declare-se o Juízo incompetente para apreciação do feito, com a remessa dos autos ao TST, para julgamento da demanda.

O reclamante argumenta que a competência para processar ação de cumprimento é das Varas do Trabalho, invocando a aplicação do art. 2º da Lei nº 7.347/85. Sustenta que a regra geral de competência em razão do lugar é determinada pela localidade onde prestados os serviços.

Razão não assiste ao reclamado.

Diversamente do quanto alegado pelo reclamado, não se trata de dissídio coletivo. A ação proposta se assemelha à ação de cumprimento, para a qual é competente o primeiro grau de jurisdição (CLT, art. 872, parágrafo único).

Rejeitam-se as arguições.

2. INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL.

O reclamado argúi inépcia da petição inicial, sustentando que não houve a qualificação dos pretensos substituídos, tampouco restou comprovada a condição de associados desses substituídos. Refere que vem passando por processo de reestruturação no quadro de pessoal, com instituição de programa de incentivo de demissões, o que justificaria a necessidade de haver prova da associação sindical de cada substituído até a data da propositura da ação. Postula seja concedido prazo ao autor para que emende a inicial, sob pena de indeferimento.

Razão não assiste ao reclamado.

A qualificação dos substituídos é desnecessária; basta seja apresentada a nominata dos mesmos, requisito que foi cumprido, consoante rol que se encontra nos autos, às fls. 16/19.

O sindicato-reclamante atua na condição de substituto processual de todos os trabalhadores da categoria profissional, sócios e não-sócios (Constituição Federal de 1988, art. 8º, inciso III).

Rejeita-se a pretensão.

3. ILEGITIMIDADE ATIVA. DEFEITO DE REPRESENTAÇÃO.

Alega, o reclamado, que, por ter quadro de carreira em nível nacional, qualquer ação envolvendo matérias relativas à data-base dos seus empregados deve ser formulada através da CONTEC - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito. Argúi, em decorrência, a ilegitimidade ativa do sindicato-autor para a causa. Argumenta que os documentos juntados pelo autor - edital de convocação de assembléia geral extraordinária e ata da referida assembléia - não têm o condão de legitimar a representação pretendida, postulando a extinção do feito.

Não tem razão o reclamado.

[◀ volta ao índice](#)

A categoria profissional possui representação sindical na base territorial de Carazinho, o que ocorre através do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Carazinho (Constituição Federal de 1988, art. 8º, inciso II). A CONTEC - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito - detém apenas a representação das federações regionais, desempenhando tão-somente a coordenação política da categoria profissional em nível nacional. Portanto, não há o alegado defeito de representação, reputando-se legítimo a postular em nome dos empregados substituídos o sindicato profissional que figura no pólo ativo da demanda.

Neste sentido alinha-se a jurisprudência:

Empresa de âmbito nacional.

Tratando-se de dissídio coletivo que ocorre em todo o território nacional e que tem como suscitada empresa de âmbito nacional, não pode ter como parte legítima ativa sindicatos com jurisdição meramente local ou regional (artigo oitocentos e setenta e sete, da CLT).

Aos referidos sindicatos é, porém, ressalvado o direito de ajuizarem ações de cumprimento, como substitutos processuais, previstas no artigo oitocentos e setenta e dois, parágrafo único, da CLT. (Processo 1524/90, 9ª Região, Recurso de Revista, data de publicação, 19/12/1990, pág. 15661)

Rejeita-se a pretensão.

4. SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL.

O reclamado argúi a ilegitimidade ativa do Sindicato-autor para atuar no presente feito, afirmando que, além de exceder sua jurisdição territorial, o sindicato fundamenta seus pleitos em normas coletivas que não são válidas para aplicação ao Banco do Brasil e seu quadro de empregados. Argumenta que a representatividade dos seus empregados ocorre através da CONTEC - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito, a quem cabe, em nível nacional, coordenar os sindicatos filiados, entabular negociações, suscitar dissídios e mesmo discutir seus termos. Invoca a aplicação do enunciado 286 do TST e afirma não existir previsão legal autorizando a substituição pretendida na espécie, na medida em que esta somente pode ocorrer nas hipóteses em que a lei atribuir expressa e especificamente a legitimação extraordinária ao sindicato.

O sindicato reclamante alega que o art. 8º, inciso III, da Constituição Federal de 1988 não encerra somente norma programática; contém verdadeira autorização para substituição processual para toda a categoria.

Não tem razão o reclamado.

A legitimação do autor para a causa decorre da dicção do inciso III do artigo 8º da Constituição Federal de 1988, preceito constitucional que, face ao princípio da hierarquia das fontes formais de direito, não se subordina à norma do artigo 6º do Código de Processo Civil. Dito preceito constitucional legitima o autor a atuar na condição de substituto processual de sua categoria profissional, assim considerados os associados e não associados ao sindicato e independentemente de autorização, conforme lição de Celso Ribeiro Bastos, na obra "Comentários à Constituição do Brasil", 2º volume, Editora Saraiva, 1989, São Paulo, página 518. Comentando o dispositivo constitucional em questão, preleciona o ilustre constitucionalista pátrio, in verbis:

"Os sindicatos têm também a função de defender interesses e direitos individuais de seus membros. Atuam em nome próprio, mas na defesa de outrem. São, processualmente falando, substitutos processuais. Aliás, às associações em geral é lícito a defesa de seus membros, nos termos do disposto no inciso XXI do art. 5º da Constituição: "as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente". Note-se que no caso dos sindicatos não é necessária a expressa autorização, requerida das associações em geral. Observe-se, ainda, que os interesses defendidos hão de figurar dentre aqueles perseguidos pela própria organização sindical.

De outra parte, a previsão genérica acima aludida fala em "judicial ou extrajudicialmente", enquanto o inciso sob comentário alude a "questões judiciais ou administrativas". Houvera sido melhor que o preceito repetisse o anterior, o do capítulo dos direitos individuais. A expressão "administrativas" tem uma conotação mais restrita, sem que resulte clara a intenção do constituinte em efetivamente dar-lhe um conteúdo mais encurtado.

Esta defesa individual é extensível, sem dúvida, mesmo aos não-filiados ao sindicato."

Em decisão publicada na Revista LTr do mês setembro de 1994, ano 58, o Supremo Tribunal Federal vem de apreciar Mandado de Injunção ajuizado pelo Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal em Santa Catarina, tendo rejeitado a prefacial de ilegitimidade ativa daquele sindicato, argüida nas informações prestadas pela autoridade impetrada, por reconhecer ao sindicato profissional legitimidade ativa para a causa por força do disposto no inciso III do artigo 8º da Constituição Federal de 1988, relator o Ministro Néri da Silveira (Revista LTr, setembro/94, ano 58, págs. 1057/1060).

[◀ volta ao índice](#)

Definida no item "1" desta sentença a natureza jurídica da demanda deduzida como ação de cumprimento, está legitimado ativamente para a causa o sindicato-autor como substituto processual dos empregados do reclamado, sócios e não sócios do sindicato reclamante (Constituição Federal de 1988, artigo 8º, inciso III e artigo 3º e CLT, artigo 872, parágrafo único).

Rejeita-se a argüição.

II - MÉRITO.

1. MANUTENÇÃO DO PAGAMENTO DE ANUÊNIO AOS EMPREGADOS ADMITIDOS ATÉ 31/08/1996. DIFERENÇAS DA SUPRESSÃO ATÉ O RESTABELECIMENTO DO PAGAMENTO. REFLEXOS.

O sindicato reclamante alega que os empregados do reclamado recebem anuênio em percentual de 1%, conforme o previsto nos normativos internos do banco - regulamento de pessoal -, disposições que se integraram aos contratos individuais de trabalho. Refere que o banco reconheceu, nos acordos coletivos de trabalho celebrados diretamente com as entidades sindicais, o direito ao anuênio de 1%, conforme cláusulas 7ª (1992), 5ª (1993), 5ª (1994), 11ª (1995); aduz que em 1996 não houve acordo coletivo, mas o banco manteve tal prática e, em 1997, foi estabelecido, na cláusula 2ª, o direito ao anuênio aos empregados admitidos até 31/08/1996, redação que foi mantida para 1998/1999. Na composição da data-base 1999/2000 não houve acordo coletivo e o banco informou que deixaria de cumprir, dentre outras, a cláusula relativa ao anuênio. Argumenta que a cláusula de anuênio é reconhecida pelo empregador, que a praticou por longos períodos, inclusive sem norma coletiva, como direito adquirido dos empregados admitidos até 31/08/1996. Sustenta que o anuênio recebido pelos empregados do banco se integrou ao contrato de trabalho e não pode ser suprimido unilateralmente pelo empregador. Obtempera que a ausência de renovação do acordo coletivo de trabalho não atinge as situações constituídas - direito

adquirido -, bem como aquelas normas que se projetam para além da data-base ou da data de vigência do instrumento normativo. Afirma que a Lei nº 8.542/91 reconheceu expressamente o princípio geral da ultratividade das normas coletivas.

O reclamado sustenta que até o acordo coletivo com vigência até 31/08/99 constava cláusula relativa ao anuênio, à razão de 1% do vencimento-padrão do empregado por ano de serviço, o que passou a ser assegurado, a partir do acordo 97/98, somente aos empregados admitidos até a data de 31/08/1996, não sendo devido aos novos empregados. Alega que, se as cláusulas não foram renovadas em acordo, convenção ou dissídio posterior, não há que se falar em seu cumprimento em decorrência de suposta prorrogação, negando que tal benefício teria se integrado ao contrato de trabalho. Argumenta que na cláusula quarta do dissídio 1999/2000 a CONTEC - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito apresentou pleito no sentido de que as cláusulas de natureza social e sindical constantes do acordo 98/99 fossem prorrogadas, o qual foi indeferido. Refere que as convenções, acordos e sentenças normativas têm prazo certo para sua vigência, colacionando subsídios jurisprudenciais e doutrinários. Conclui, afirmando que a não manutenção da cláusula de anuênio não viola qualquer dispositivo legal, reafirmando que as condições de trabalho alcançadas por força de sentença normativa definitiva vigoram no prazo estipulado e não integram de forma definitiva os contratos de trabalho, retornando, as condições laborais, ao status quo ante após o término do seu prazo de vigência.

Razão parcial assiste ao sindicato-reclamante.

As partes ajustaram, normativamente, o pagamento de anuênio à razão de 1% do vencimento-padrão a cada ano de serviço do empregado. Tais disposições normativas foram ratificadas pelas partes desde, segundo os instrumentos normativos juntados aos autos, 1991 até no ano de 1998, com vigência até 31/08/1999.

Em 1999, quando da revisão do ajuste normativo anterior, não houve a inclusão, nas negociações, do benefício em tela e de todas as demais cláusulas sociais reiteradamente ajustadas e praticadas, restando limitada a lide - TST-DC 603.137/99.1 -, às três primeiras cláusulas do referido instrumento (fl. 262), - reajuste salarial, produtividade e ponto eletrônico. Quanto às cláusulas sociais, dentre estas o anuênio, não houve manifestação expressa do TST. Todavia, a partir do julgamento do dissídio coletivo nº 603.137/99.1, o reclamado modificou, de forma unilateral, a sistemática de pagamento dos anuênios, deixando de computar o tempo de serviço que se acresceu ao contrato de trabalho de seus empregados: "congelou" o valor da parcela, contraprestando os anuênios no percentual adotado anteriormente a setembro de 1999. Não excluiu pura e simplesmente, da matriz salarial adotada, a verba denominada anuênio; apenas deixou de crescer, a cada implemento do requisito - mais um ano de serviço - o adicional respectivo (mais 1% de anuênio a cada ano a mais trabalhado).

[◀ volta ao índice](#)

O benefício em cotejo tem sido reiteradamente assegurado aos empregados do reclamado nas negociações coletivas; como tal, integrou-se ao patrimônio jurídico dos trabalhadores do banco reclamado e não poderia ser suprimido de forma unilateral (CLT, art. 468, "caput"). Todavia, não foi apenas o montante relativo aos anuênios (valor pecuniário) que se integrou ao patrimônio jurídico dos substituídos, mas também o critério de contraprestar a antigüidade funcional dos empregados junto ao reclamado com o acréscimo de 1% do Vencimento-Padrão a cada ano de serviço. O cumprimento de tal disposição normativa que aderiu aos contratos de trabalho dos substituídos não foi objeto de negociação coletiva através da qual tivessem empregados - sob o pálio de sua representação sindical - e empregador transacionado vantagens que justificassem eventual extinção do anuênio. O referido critério de apuração do adicional de tempo de serviço deve prevalecer, portanto, uma vez que se trata de cláusula contratual - por adesão - e esta somente pode ser modificada em prejuízo do trabalhador mediante negociação coletiva entre empregados e empregadores, os primeiros sob tutela sindical.

Ainda que não se entendesse devida a manutenção do pagamento de anuênios, conforme estabelecido normativamente, ao argumento de que inexistente previsão normativa a partir de 01/09/1999, os substituídos têm direito a tal benefício.

Além de constar dos instrumentos normativos da categoria celebrados há muitos anos, o reclamado obrigou-se, através de seu regulamento interno de pessoal, a pagar anuênio aos seus empregados. Intimado a juntar o respectivo regulamento, limitou-se o demandado a colacionar os documentos de fls. 312/313; destes se extrai a previsão normativa para o pagamento de anuênios (fl. 312) e a previsão

regulamentar (fl. 313), alínea "c" do item 5.1 da Circular Funci nº 802, de 10/10/1990; esta está lavrada nos seguintes termos:

"c) Anuênio (AN) - parcela que, a cada período de 365 dias (um ano) de efetivo exercício, incorpora-se ao Vencimento-Padrão correspondente à categoria do funcionário, na proporção de 1% do seu valor, respeitado, se for o caso, o piso fixado;"

Embora não tenha sido renovada de forma expressa a disposição normativa que assegurava o pagamento de anuênio, tal está disciplinado no regulamento do empregador, conforme autoriza a concluir o documento juntado à fl. 313. Este está em pleno vigor e deve ser respeitado pelo reclamado, porquanto constitui parte integrante dos contratos de trabalho de seus empregados, disposição imutável por disposição unilateral de vontade do empregador, consoante dispõe o art. 468 da CLT, "verbis":

"Nos contratos de trabalho só é lícita a alteração das respectivas condições, por mútuo consentimento, e, ainda, assim, desde que não resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado, sob pena de nulidade da cláusula infringente desta garantia."

Entendimento este pacífico na jurisprudência trabalhista, conforme orienta o Enunciado 51 do TST:

"REGULAMENTO DE EMPRESA - CLÁUSULAS QUE ALTEREM OU REVOGUEM VANTAGENS - VIGÊNCIA

As cláusulas regulamentares, que revoguem ou alterem vantagens deferidas anteriormente, só atingirão os trabalhadores admitidos após a revogação ou alteração do regulamento."

Assim, têm jus os empregados substituídos arrolados às fls. 16/19, à manutenção do critério de contraprestação do tempo de serviço, qual seja, de ter acrescido à remuneração 1% do Vencimento-Padrão a cada ano de efetivo trabalho.

Observe-se que a existência de anuênio - e sua evolução de acordo com o tempo de serviço -, bem como de promoções, foram argumentos considerados pelo C. TST ao decidir no sentido de que é justificável, na conjuntura econômica atual, a concessão apenas de abono salarial aos empregados do banco, na medida em que estes têm, através das promoções previstas no Plano de Carreira e dos anuênios, assegurada "...pelo menos, um critério promocional e a percepção de anuênios - mecanismos pelos quais os salários são postos em movimento, no que se poderia chamar de 'aumento vegetativo', mormente se considerada sua repercussão nas gratificações semestrais (fl. 272). De sorte que, bem ou mal, a categoria é beneficiada por uma progressiva evolução do valor nominal dos salários. ..." (grifos nossos) (fl. 268). Ou seja, o C. TST considerou, no julgamento do Dissídio Coletivo 603.137/99.1, ao substituir a pretensão ao pagamento de reajuste salarial e produtividade por abono salarial, que os empregados do banco reclamado têm direito a ter acrescido ao salário, a cada ano de trabalho, 1% do Vencimento-Padrão, além da possibilidade de concorrer a promoções previstas no Plano de Carreira.

[◀ volta ao índice](#)

Sublinhe-se que a evolução do valor da parcela em questão está pressuposta no próprio conceito do adicional por tempo de serviço: o decurso do tempo adiciona valor ao serviço.

Refleta-se, por fim, que ser é tempo, e o tempo do ser-no-mundo tem o valor de ser da história. Dar valor ao tempo de serviço do trabalhador é prestigiar a dignidade da pessoa humana e custodiar os valores sociais do trabalho, fundamentos da República (Constituição Federal de 1988, art. 1º, III e IV), resgatando a condição da Constituição Federal como "topus" hermenêutico do sistema jurídico.

Acolhe-se parcialmente a pretensão. Determina-se que o reclamado mantenha - obrigação de fazer - o critério de apuração de anuênios habitualmente praticado, calculando tal parcela à razão de 1% do Vencimento-Padrão a cada ano de serviço dos empregados substituídos processualmente (rol de fls. 16/19) admitidos até 31/08/1996, devendo o reclamado, independentemente da interposição de recurso, incluir tal vantagem - apurada pelo critério acima fixado - na folha de pagamento a partir do mês de julho de 2000, sob pena de multa fixada em R\$50.000,00 por mês de atraso no cumprimento da medida, a reverter em favor do F.A.T.. Diante da relevância do fundamento da demanda e evidenciado o receio de ineficácia do provimento final face à natureza alimentar da parcela, esta obrigação de fazer é estabelecida com fundamento no § 3º do artigo 461 do CPC, devendo, por isso, ser cumprida pelo reclamado independentemente da interposição de recurso ordinário. Se ao Juízo era dado conceder a tutela em sede de liminar (CPC, art. 461, § 3º), sem que o reclamado dispusesse de recurso autônomo (CLT, art. 893, § 1º), por maior razão também pode o Juízo, após oportunizado o contraditório, conceder a tutela na sentença (CPC, art. 461, § 3º), devendo o reclamado cumprir a determinação judicial independentemente da eventual interposição de apelo.

Condena-se o reclamado ao pagamento de diferenças de anuênio desde o "congelamento" do valor deste benefício até o seu efetivo restabelecimento, com reflexos na remuneração de horas extras prestadas no período, férias (+1/3), 13º salário, licenças-prêmios e FGTS. Indevidos reflexos em quinquênios, sob pena de caracterizar "bis in idem".

Registra-se que não há receio de irreversibilidade dos efeitos da tutela, em eventual modificação da sentença, porquanto os valores pagos em decorrência dessa decisão poderão ser compensados futuramente.

(...)

[◀ volta ao índice](#)
[▲ volta ao sumário](#)

3.3. Relação de emprego. Vendedor. Relação familiar. Filho e irmão de ex-sócios da empresa.

(Exmo. Juiz Francisco Rossal de Araújo. Processo nº 00805.027/02-5 - 27ª Vara do Trabalho de Porto Alegre. Publ. DOE-RS: 30.09.2003)

VISTOS, ETC.

(...)

1. Vínculo de emprego.

O reclamante diz que trabalhou para a reclamada, exercendo a função de vendedor, de setembro de 1995 a 08/02/2001, quando foi despedido sem justa causa. Pede o reconhecimento do vínculo de emprego, com a inclusão do período de aviso prévio até 08/03/2001 e a anotação da CTPS. Afirma que o trabalho era prestado de forma pessoal, permanente, subordinada e mediante remuneração. Recebia através de comissões sobre vendas.

A reclamada informa que o reclamante é filho e irmão de ex-sócios da empresa, que permaneceram nesta condição até 10/07/2001, com participação em 49,644% do capital social. Alega que o quadro societário era composto tão somente por pessoas da família, o que não justifica o rigorismo descrito na inicial, eis que inexistente. Afirma que o reclamante foi quem afastou-se da empresa, quando do início das tratativas de retirada de seu pai e seu irmão da sociedade, não havendo a despedida sem justa causa.

Argumenta também que a empresa do reclamante eventualmente prestava serviços para a reclamada, havendo períodos, inclusive, em que não realizava qualquer negócio ou comparecia nas dependências da contestante. Diz que o autor também não prestava serviços de forma exclusiva para a reclamada. Nega, por fim, a existência de subordinação.

[◀ volta ao índice](#)

A análise da presença dos elementos caracterizadores da relação de emprego, no presente caso, merece atenção diferenciada por envolver relação familiar. Em princípio, não é vedada a existência de vínculo jurídico de emprego entre membros de uma mesma família, desde que estejam presentes os elementos essenciais dessa relação jurídica. Entretanto, o julgador deve ser muito mais cauteloso na análise da prova do que em relação a um processo comum, porque, de acordo com as regras de prudência e de experiência, em geral, envolvem-se nesses processos elementos estranhos a uma lide trabalhista comum, como, por exemplo, o caráter emocional ou afetivo. Nessas circunstâncias, a análise da prova deve ser muito mais cuidadosa, até mesmo porque é comum a confusão entre elementos de desavença familiar e elementos típicos de uma relação de trabalho.

Um outro dado deve ser levado em consideração. A subordinação - elemento caracterizador da relação de emprego - numa relação familiar, pode estar presente de uma forma distinta. Em relações entre pais e filhos, irmãos e irmãs, sobrinhos e tios, marido e mulher, estão presentes elementos emocionais que interferem no aspecto subjetivo desse elemento da relação de emprego (consciência de cumprir ordens) podendo, conforme o caso, exagerá-lo ou mitigá-lo. É comum, nessas circunstâncias, que a subordinação exista em excesso, confundindo-se com o temor reverencial, ou quase inexista, caracterizando um trabalho familiar.

Por derradeiro, um último dado a ser levado em consideração. A estrutura familiar é a célula base da sociedade. Em regra, os membros de uma mesma família, unidos por laços de sangue ou emocionais, constituem uma unidade que tem objetivos comuns. O principal deles, em uma abordagem antropológica, é a sobrevivência. Assim são os laços familiares em qualquer cultura, em qualquer lugar do mundo. É da

natureza humana buscar a sobrevivência em grupos, aumentando suas chances em frente dos inimigos comuns. Esse dado antropológico comum passa para o Direito sob a forma de normas jurídicas que regulam e protegem a unidade familiar. Um exemplo disso é a "legítima", instituto do Direito de Sucessões, que visa a resguardar uma parte do patrimônio do "de cujus" no âmbito de seus herdeiros necessários. O intuito do ordenamento jurídico é preservar o patrimônio familiar. Além disso, o ordenamento jurídico identifica, em vários outros subsistemas jurídicos, uma série de normas protetivas da unidade familiar, seja no Direito das Obrigações (valoração das declarações de vontade), no Direito de Família (prestação de alimentos), no Direito Comercial (empresas familiares) ou no Direito Penal (atenuantes e agravantes). Também o Direito do Trabalho contempla essa realidade quando, por exemplo, dá o direito aos membros de uma mesma família a gozarem suas férias em conjunto (art. 136, § 1º). Assim, pode ser afirmado que o Direito vê a unidade familiar como um grupo de indivíduos com comunhão de escopo para atingir determinado fim, inclusive para dividir ganhos e perdas, sejam eles de caráter material ou imaterial. Por trás dos vínculos afetivos, éticos e morais, o Direito cria vínculos jurídicos entre os membros de uma mesma família para estabelecer direitos e obrigações.

Também deve ser analisada a constituição de pessoa jurídica e posterior contrato de representação comercial que, por si só, não fazem prova do trabalho autônomo. Muitas vezes difícil distinguir entre o trabalho subordinado e o autônomo.

A função de vendedor está inserida na atividade-fim da empresa reclamada. A comercialização dos produtos constitui um dos objetivos a ser alcançado pela reclamada. É a partir da venda de produtos que a empresa se mantém em funcionamento no mercado.

É tênue a diferença entre trabalho autônomo e subordinado. O trabalhador autônomo é independente no ajuste e execução e se caracteriza quando há inteira liberdade de ação, ou seja, quando o trabalhador atua como patrão de si mesmo, com poderes jurídicos de organização própria, através dos quais desenvolve o impulso de sua livre iniciativa. A permanência dos serviços para a mesma empresa pode transformar o contrato de autônomo em contrato de emprego, pois pode gerar o desaparecimento da autonomia, criando, em sua substituição, a subordinação jurídica.

Quando há documentos comprobatórios nos autos de que o reclamante era representante comercial autônomo de que trata a lei nº 4886/65 e devidamente registrado e cadastrado junto aos órgãos competentes, a prova do vínculo empregatício requerido na inicial deve ser robustamente realizada. Tal prova foi realizada, visto que juntadas aos autos as declarações de firma individual (fls. 54/56), sendo a primeira de data anterior ao tempo que o reclamante prestou serviços à reclamada.

[← volta ao índice](#)

Os documentos juntados aos autos pela reclamada revelam a existência de contrato de representação comercial. No entanto, o registro no CORE, exigido pela norma do art. 2º da Lei 4.886 não restou demonstrado.

A jurisprudência assim tem orientado:

6010422 – REPRESENTANTE COMERCIAL – SUBORDINAÇÃO – VÍNCULO DE EMPREGO – LEI 4.886/65 – A representação comercial exige dois requisitos básicos para a sua configuração, distinguindo-a da relação empregatícia: um formal e outro material. No requisito formal verifica-se a necessidade de registro no Conselho Regional de Representação Comercial (artigo 2º, da Lei 4.886/65). No requisito material verifica-se a necessidade de autonomia no exercício de sua atividade. (TRT 9ª R. – RO 10.064/92 – 1ª T. – Ac. 13.128/93 – Rel. Juiz Iverson Manoel Rocha – DJPR 22.10.1993).

Além disso, a reclamada não faz a juntada dos contratos de representação comercial e rescisão do mesmo.

Quanto ao contrato de emprego, espécie do contrato de trabalho pela terminologia adotada por MARTINS CATHARINO, é sinalagmático, consensual, "intuitu personae", de trato sucessivo e oneroso. Para que seja verificada a sua existência, necessário se faz que existam as condições acima expostas, juntamente com a caracterização dos pólos da relação de emprego na forma prevista pela CLT, ou seja, empregado e empregador. O art. 3º da CLT traz a definição de empregado: "...é toda a pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob dependência deste e mediante salário". Por seu turno, o art. 2º da mesma Consolidação define o empregador como sendo aquela empresa, individual ou coletiva, que "assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviços". Essencial, portanto, a presença dos elementos subordinação, pessoalidade, não

eventualidade na prestação de serviços e pagamento mediante salário. O empregado necessariamente é pessoa física, sendo impossível a existência de vínculo jurídico de emprego sendo empregado uma pessoa jurídica. Trabalho eventual não caracteriza a existência de relação de emprego, devendo haver correspondência e atendimento às atividades normais do empreendimento econômico, de maneira persistente, com continuidade. O requisito da subordinação é aquele estado de dependência real criado por um direito, o direito do empregador de comandar, dar ordens, donde nasce a obrigação correspondente do empregado de obedecer a estas ordens, sempre, é claro, nos limites legais e ético-morais, segundo PAUL COLIN, citado por DÉLIO MARANHÃO "in" DIREITO DO TRABALHO, 13ª edição, Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1985, pág. 53. Para a configuração da natureza sinalagmática (obrigações contrárias e equivalentes) e onerosa (à prestação de trabalho corresponde a contraprestação salarial) é preciso que haja pagamento de salário.

Inicialmente analisa-se a relação havida entre as partes do ponto de vista da subordinação. É sabido que a relação de emprego tem como elemento caracterizador essencial a relação subordinada entre empregado e empregador. Não apenas a subordinação adquire a conotação subjetiva, no sentido de que o empregado tem de cumprir ordens emanadas do empregador, como também no sentido objetivo, consistindo na inserção do trabalho desempenhado pelo empregado dentro dos fins econômicos da empresa. Este último aspecto é de extraordinária relevância porque enquadra-se dentro da noção de contrato-realidade, tal como exposto por MARIO DE LA CUEVA, segundo a qual, a relação de emprego se estabelece com a sua própria execução. Para o referido autor, é o próprio trabalho e não o acordo de vontades que determina a existência do contrato, sendo sua essência a venda da força de trabalho subordinada e não a consciência de integração na empresa (Cf. Derecho Mexicano del Trabajo, 11ª ed., Ed. Porrúa, Cidade do México, 1969, p. 478/479). A consensualidade nasce do acordo de realizar atos de trabalho, adquirindo matizes objetivas em face dos modos de produção adotados na realidade econômico-social (nesse sentido conferir GENRO, TARSO - Direito Individual do Trabalho, ed. LTr, São Paulo, 1985, p. 75). Pelo que foi exposto, nota-se que a consensualidade, nela inserida a subordinação, dirige-se ao concreto, à realização de atos de trabalho, consistindo numa das facetas das relações de produção.

Tais argumentos servem para afastar a tese da reclamada no sentido de confirmar a existência do vínculo jurídico de emprego. Não há dúvidas de que a atividade desempenhada pelo reclamante consiste em atividade essencial para o fim econômico perseguido pela empresa. A força de trabalho do autor, no caso em tela, é adquirida para, inserindo-se no contexto da atividade do empregador, obtenção dos fins econômicos da empresa. Esta característica dá novo sentido à subordinação, libertando-a da noção subjetiva consistente no dever de cumprir ordens e obedecer a determinada hierarquia, e estabelece uma relação objetiva entre as partes, colocando o vínculo jurídico de emprego dentro de uma relação econômica mais ampla.

Os depoimentos das partes e das testemunhas dão conta de esclarecer a forma em que se deu a prestação de serviços entre o autor e a reclamada.

(...)

4. Artigos

4.1. "A Ampliação da Competência da Justiça do Trabalho".

(José Aparecido dos Santos. Juiz titular da 17ª Vara do Trabalho de Curitiba (9ª Região). Artigo disponível no "site" da Amatra da 5ª Região (www.amatra5.org.br). Acesso em 12.04.2005.)

A recente reforma do Poder Judiciário alterou de forma significativa a competência da Justiça do Trabalho. Não se trata apenas de uma ampliação de sua competência, mas uma verdadeira "alteração de eixo" do Poder Judiciário. O objetivo é centralizar na Justiça do Trabalho a decisão de todas as questões que dizem respeito ao trabalho e aos temas a ele relacionados, como o sistema e a representação sindical, a greve e a fiscalização do trabalho. Além disso, a reforma procurou deixar inquestionável a competência da Justiça do Trabalho para temas que já eram de sua competência, como apreciar pedidos de indenização por danos materiais e morais decorrentes da relação de trabalho.

De fato, não havia sentido que temas relacionados ao trabalho fossem decididos por diferentes órgãos do Poder Judiciário. Por isso, a Magistratura do Trabalho apóia as alterações promovidas porque trazem racionalidade aos serviços prestados pelo Estado, evitam decisões contraditórias e centralizam as questões de trabalho em um órgão especializado e funcionalmente preparado para decidi-las. A esses aspectos positivos, contudo, também se contrapõe uma preocupação com a necessidade de melhorar os recursos da Justiça do Trabalho para atender ao acréscimo de atividade.

Entre todas as alterações produzidas uma tem sido muito polêmica e merece aqui melhor análise. O texto constitucional anterior estabelecia como atividade principal da Justiça do Trabalho "conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregadores". Essa curiosa forma de distribuir competência atrelava o órgão judiciário à peculiaridade das pessoas que faziam parte do processo judicial. Ainda assim, sempre se entendeu que essa competência em realidade era material (competência para decidir questões decorrentes da relação de emprego), sob aparente designação de competência em razão das pessoas.

A Reforma do Judiciário alterou o próprio critério de designação de competência para atribuir como principal tarefa da Justiça do Trabalho "processar e julgar as ações oriundas da relação de trabalho", não mais se referindo às pessoas. Mas, o que é "relação de trabalho"? É essa a dúvida que ainda assombra toda a área trabalhista.

[◀ volta ao índice](#)

Nos meios jurídicos, não há como negar, sempre se definiu "relação de trabalho" como um gênero do qual "relação de emprego" é espécie. A relação de emprego é a prevista no art. 3º da CLT, subordinada, pessoal e onerosa. A relação de trabalho é todo tipo de prestação de serviços efetuada por pessoa física. Certamente, ao utilizar a expressão "relação de trabalho", a Constituição quis deixar patente que não importa o tipo de relação contratual que permeia o trabalho prestado (de emprego, autônoma, ou qualquer outra), pois todas as questões que dele decorram devem ser decididas pela Justiça do Trabalho.

Uma corrente jurídica, contudo, defende a tese de que de a Justiça do Trabalho não possui competência para "relações de consumo". Por isso, sustenta que quando a relação de trabalho seja prestada para consumidor final ou em mercado de consumo, a competência seria da Justiça Comum. O tema é polêmico e suscita acesos debates.

Parece-nos, contudo, que a premissa de que parte essa corrente jurídica é equivocada. Para estabelecer a competência da Justiça do Trabalho é necessário verificar se a controvérsia é oriunda da relação de trabalho, e não decodificar outras peculiaridades dessa relação, pois a Constituição não distingue relações de trabalho de consumo das relações de trabalho que não sejam de consumo.

A se entender que para configurar relação de trabalho é necessário que o tomador dos serviços não seja consumidor final, algumas consequências aberrantes seriam produzidas. Um jardineiro que prestasse serviços eventuais, oferecendo-os livremente no "mercado de consumo" não poderia socorrer-se da Justiça do Trabalho casos seus direitos básicos de trabalho fossem desrespeitados. Um médico que preste serviços autônomos para uma cooperativa médica, por sua vez, poderia pleitear direitos na Justiça do Trabalho. Qual a razão lógica ou jurídica para tal distinção? Há razão para que questões relativas ao

trabalho do médico sejam decididas na Justiça do Trabalho e as questões do jardineiro na Justiça Comum? Apenas a (maior?) hipossuficiência de uma das partes pode ser o único critério de delimitação da competência dos órgãos judiciários?

Todo trabalho merece proteção. Em uma sociedade globalizada em que o trabalho se precariza e os profissionais "autônomos" se proletarizaram, concentrar todas as controvérsias em um só ramo especializado do Poder Judiciário, com afinidade com as normas de proteção do trabalho, é mais do que contribuir para a racionalidade dos serviços do Estado é reconhecer a relevância, a dignidade e a função social do trabalho que, qualquer que seja, está a merecer a mais rápida e racional resposta possível dos órgãos jurisdicionais.

◀ volta ao índice
▲ volta ao sumário

4.2. "A Nova Competência Trabalhista. Relação de Trabalho. Breve Abordagem sobre esta".

(**Marçal Henri S. Figueiredo**. Juiz do Trabalho. Especialista em Sociologia Jurídica. Artigo publicado no "site" da Fundação Escola da Magistratura do Trabalho do Rio Grande do Sul - FEMARGS (www.femargs.com.br). Acesso em 22.04.2005.)

Com a ampliação da competência da Justiça do Trabalho, agora para julgar as relações de trabalho e não só as de emprego, as demandas entre prestadores de trabalho e os beneficiários desta prestação, considerando-se a relação de trabalho, serão apreciadas por nós juízes do trabalho.

Longe de pretender fazer conceituações sobre categorias jurídicas e distinções conceituais sobre relações de trabalho e relações de consumo, o que pretendemos expor é mera reflexão sobre o que está ou breve estará sobre nossa mesa de trabalho e/ou sala de audiências. Até porque pensamos que haverá situações em que nos defrontaremos com contratos híbridos, com nítida relação de trabalho mas também com traços de relação de consumo.

Tendo em conta que os novos clientes da justiça trabalhista não demandarão por direitos insertos na CLT, porque empregados não são, a ação que se vê passível do nosso julgamento é a que diz respeito, dentre outras, ao pagamento/cobrança pelo serviço prestado e/ou honorários decorrentes da prestação de trabalho contratada.

Surge daí uma questão prática diversa e nova. Estarão tais ações sujeitas ao rito normal do processo trabalhista, com fase de conhecimento, sentença e processo de execução e aplicação exclusiva dos procedimentos da CLT? Para algumas talvez sim e para outras, não, como abordaremos.

Ao contrário do empregado que demanda por parcelas trabalhistas descumpridas e/ou por reconhecimento de vínculo de emprego, cujos direitos devam ser reconhecidos judicialmente para serem executados, o prestador de trabalho demandará, em razão da relação de trabalho, pela satisfação dos seus honorários em decorrência do trabalho prestado.

◀ volta ao índice

Em sendo assim, pensamos ser desnecessária a denominada fase de conhecimento usual no processo do trabalho, na hipótese que agora especificaremos. Tratando-se de ação que vise satisfação de honorários, qualquer que seja a modalidade do trabalho prestado, havendo prova preconstituída do ajuste quanto ao valor fixo contratado, de percentual sobre determinado valor ou, ainda, de entrega de determinado bem como contraprestação do trabalho, a ação cabível é a monitória prevista no art.1102a do CPC.

É certo que haverá ações envolvendo estes mesmos prestadores de trabalho que exigirão outro procedimento, como naquelas em que há prova da prestação do trabalho mas não do valor contratado ou inexistência de honorários pré-fixados, como também aquelas em que a demanda será o arbitramento de honorários pelo trabalho realizado.

Assim, relativamente àquelas relações em que há prova indicativa do valor contratado pelo trabalho prestado, como se pode exemplificar em situações que envolvam advogados, empreiteiros, médicos ou outros profissionais que tenham contratado honorários com outrem, apresentando esta prova escrita com a peça inicial, demandarão apenas a cobrança do devedor, fazendo-se reconhecer não a existência de um processo de conhecimento comum mas, sim, de ação monitória típica. Cabe como exemplo, também, a situação de um trabalhador que estabeleça parceria para atuar na colheita de uma safra agrícola e contrate o pagamento através de determinada quantidade de sacas do produto daquela safra (arroz, soja, milho, etc.). Desnecessário, assim, nestas novas demandas, a realização de audiência prévia para defesa

e tentativa de conciliação, seguindo o processo os trâmites previstos no art.1102 a, b, c e parágrafos, do CPC.

Cabe frisar que pela redação dada pela EC 45, foi suprimida a expressão "conciliar" do art.114 da Constituição, competindo à Justiça do Trabalho, agora, "processar e julgar".

É de ver, por necessário, que a ação monitória não comporta, inicialmente, o contraditório, sendo expedido o mandado de pagamento de imediato, uma vez atendidos os requisitos básicos da ação (art.1102b, do CPC). O contraditório só se estabelecerá se houver oposição do réu, o que se dará através de embargos.

A prova escrita como requisito da ação e deferimento do mandado monitório é aquela que, no dizer de José Rogério Cruz e Tucci, encerra o documento demonstrativo de crédito, em princípio, líquido e exigível, mas desprovido de certeza, merecedor de fé, pelo julgador, quanto à autenticidade e eficácia probatória. (in Ação Monitória. São Paulo: Revista dos Tribunais. 3ª ed., 2001. pág.82).

Expedido o mandado de pagamento ou de entrega da coisa e cumprido este pelo réu, extinguir-se-á a obrigação e a ação, ficando o demandado desobrigado do pagamento das custas e honorários advocatícios (CPC, 1102c, § 1º).

Não havendo satisfação do quanto exigido e inserto no mandado, o título transformar-se-á em judicial uma vez não havendo embargos (art.1102c).

◀ volta ao índice

Com os embargos, forma-se o contraditório. Estes equivalerão aos embargos à execução ou do devedor, com a observância de que não deverá ser exigida a garantia do juízo, como imposto no art.884 da CLT, porque aí não se tratará de execução direta. A execução direta, com força de título judicial, se efetivará se os embargos forem julgados improcedentes ou procedentes apenas em parte.

Segundo ensina Jorge Luiz Souto Maior, os embargos do devedor podem versar sobre as matérias contidas nos arts. 741 e 745 do CPC e com a interposição dos embargos, suspende-se a eficácia do mandado, ordinarizando-se o procedimento (in Síntese Trabalhista. 132, jun/2000, assunto especial, pág. 144).

A matéria de defesa (embargos) será limitada, podendo exigir, para a solução da possível controvérsia, a instrução do feito com oitiva de testemunhas e mesmo prova pericial, como também, em havendo audiência, a tentativa de conciliação.

O recurso cabível da decisão dos embargos, em razão do duplo grau de jurisdição, segundo pensamos, será o agravo de petição, aplicável ao processo do trabalho, art.897 da CLT e, neste ponto, havendo recurso do réu e reconhecimento de parte do crédito do autor, esta parte deve ser depositada/paga em favor do credor (art.897, § 1º, da CLT).

Cabe observar e cuidar, ainda, que mesmo nestas novas ações é possível que haja lide simulada, em que uma empresa reconheça determinado crédito de prestação de trabalho (exemplo, de empreiteiro) e "pretenda pagá-lo", reduzindo seu patrimônio em detrimento de credores trabalhistas típicos, até porque visivelmente mais célere o procedimento da ação monitória.

Por certo outras controvérsias surgirão em razão das relações de trabalho sujeitas à nossa apreciação. O que ora abordamos não esgota o debate.

◀ volta ao índice

▲ volta ao sumário

4.3. "Justiça do Trabalho e sua Competência Penal".

(**Paulo Henrique de Godoy Sumariva**. Delegado de Polícia. Especialista em Direito pela UNIRP, mestre em Direito Público pela Universidade de Franca (UNIFRAN), professor de Direito Penal e Processo Penal no Centro Universitário de Rio Preto (UNIRP) e da Universidade Camilo Castelo Branco (UNICASTELO), campus de Fernandópolis; professor da Academia de Polícia Civil de São Paulo. Artigo disponível no "site" Jus Navigandi (<http://www1.ius.com.br/doutrina/texto.asp?id=6625>). Acesso em 28.04.2005.

Após vários anos de acirradas discussões jurídicas, no final do ano pretérito foi promulgada pelo Congresso Nacional a Emenda Constitucional n.º 45 que tratou a respeito da Reforma do Poder Judiciário. Novas regras foram introduzidas envolvendo os diversos segmentos que compõem a estrutura deste Poder. Dentre elas, encontramos a alteração do artigo 114 da Constituição Federal, modificando a competência da Justiça do Trabalho. Muito se debate a respeito das novas atribuições da justiça especializada, como por exemplo a competência ou não para julgamento de lide envolvendo acidente de

trabalho, servidores estatutários, dentre outras. Entretanto, pouco se fala a respeito de sua competência para julgar lides penais.

A anterior redação do artigo 114 da Constituição Federal disciplinava o alcance da Justiça do Trabalho para solução de dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregadores. Porém, a partir da promulgação da Emenda Constitucional 45, o novo artigo 114 da legislação em comento, em seu inciso I, disciplina ser agora competência da Justiça do Trabalho "...as ações oriundas da relação de trabalho,...". Com efeito, analisando ambas as disposições, notamos que a nova redação ampliou indubitavelmente a competência da Justiça Especializada, deixando de solucionar apenas dissídios entre empregado e empregador, passando a decidir lides envolvendo ações oriundas da relação de trabalho. Ora, a competência abrange agora qualquer tipo de ação envolvendo relação de trabalho, incluindo-se a ação penal.

Não há em nossa Constituição Federal qualquer dispositivo que afaste a competência da Justiça do Trabalho para o julgamento de ações penais envolvendo relação de trabalho, exceto o disposto no artigo 109, I, que estendia à Justiça Federal a competência para julgar casos provenientes da Justiça do Trabalho. Ainda, o próprio artigo 114, em sua nova redação, apresenta o inciso IV dispondo expressamente a cerca da competência da Justiça do Trabalho no julgamento de habeas corpus. Sabemos que este remédio constitucional não se projeta exclusivamente no campo penal ou processual penal, sendo cabível também em outros ramos do direito. Todavia, é o habeas corpus utilizado para "tutelar o direito de liberdade corpórea do indivíduo quando estiver sendo lesado ou ameaçado de sê-lo abusivamente por qualquer pessoa, aqui se incluindo o particular, embora a matéria não seja pacificada." (1) Apesar desta conclusão, não se pode olvidar que a possibilidade do juiz do trabalho decidir a respeito de habeas corpus tornou-o apto a conhecer as causas penais decorrentes.

Várias lides criminais são decorrentes de relação de trabalho. Ademais, além das normas gerais que poderão ser invocadas na adequação típica de fatos penais envolvendo questões trabalhistas, encontramos no Código Penal o Título IV dispondo sobre os crimes cometidos contra a Organização do Trabalho, artigos 197 a 207, a saber, atentado contra a liberdade de trabalho; contra a liberdade de contrato de trabalho e boicotagem violenta; contra a liberdade de associação; paralisação de trabalho, seguida de violência ou perturbação da ordem; paralisação de trabalho de interesse coletivo; invasão de estabelecimento industrial, comercial ou agrícola, sabotagem; frustração de direito assegurado por lei trabalhista; frustração de lei sobre a nacionalização do trabalho; exercício de atividade com infração de decisão administrativa; aliciamento para o fim de emigração e aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional.

[◀ volta ao índice](#)

Para delimitarmos o poder jurisdicional, encontramos como primeiro plano a competência ditada pela Constituição Federal. Conforme salientou o saudoso Professor Júlio Fabbrini Mirabette, "...distribuindo o poder de julgar entre os vários órgãos jurisdicionais, levando em conta a natureza da lide, a Carta Magna prevê, de um lado, as chamadas "jurisdições especiais" ou "justiças especiais" (2). Neste caso, qualquer delito envolvendo relação de trabalho, ficará afastada a competência da Justiça Comum, não ocorrendo a aplicação do artigo 109, I da Constituição Federal, uma vez que a jurisdição especial prevalece sobre a jurisdição comum, e a ação penal deverá ser proposta pelo Ministério Público ou querelante, nos casos de ação penal privada ou subsidiária, na Justiça do Trabalho. Deve-se aqui ressaltar que a Lei Complementar 75/93 não delimita expressamente poderes ao Ministério Público do Trabalho em propor ação penal, todavia, tal lacuna ficou suprimida pela nova regra constitucional.

O assunto é polêmico e deve ser analisado com propriedade. Em sentido contrário ao que foi aqui defendido encontramos posicionamento do Juiz do Trabalho do Mato Grosso do Sul Francisco das Chagas Lima Filho que defende a não ampliação da competência da Justiça do Trabalho para ações penais, citando como exemplo a Espanha, onde este tema passou por tal discussão e a doutrina pontifica que a competência continuou sendo da Justiça Criminal. (3)

Na lição do Magistrado Antonio José Miguel Feu Rosa encontramos a expressão "nemo iudex neque ultra, neque supra fines jurisdictionis suae" - nenhum juiz pode julgar fora dos limites de sua competência." (4) Em que pese opiniões em contrário, interpretando o atual artigo 114, inciso I de nossa Constituição Federal é possível concluir que as lides criminais envolvendo relações de trabalho devem ser propostas e julgadas na Justiça do Trabalho, enquanto que a competência investigativa continua afeta à polícia judiciária, através da Polícia Civil e Polícia Federal.

Notas

1 MOSSIN, Heráclito Antônio. Curso de processo penal. v. 4. Ed. Atlas, 1998, p. 20

2 MIRABETE, Júlio Fabbrini. Processo Penal. Ed. Atlas, 2001, 11. ed. p. 170

3 LIMA FILHO, Francisco das Chagas. A nova competência da Justiça do Trabalho. Jus Navigandi, Teresina, a. 9, n. 560, 18/01/2005. Disponível em: <http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=6177>. Acesso em 18/01/2005.

4 ROSA, Antonio José Miguel Feu. Processo Penal. Ed. Consulex, p. 187

[◀ volta ao índice](#)
[▲ volta ao sumário](#)

[volta ao índice](#)
▲ [volta ao sumário](#)

5. Decisões de outros Regionais

5.1. TRT de Campinas

Acidente do trabalho. Competência. Danos morais decorrentes do acidente do trabalho. Emenda Constitucional n. 45/2004.

(Decisão 010584/2005-PATR do processo 00819-2001-042-15-00-6 RO, Relatora a Exma. Juíza Mariane Khayat, TRT da 15ª Região. Publicado em 22/03/2005)

5.1. PROCESSO TRT/15ª REGIÃO - Nº 00819-2001-042-15-00-6

RECURSO ORDINÁRIO DA 2ª VARA DO TRABALHO DE RIBEIRÃO PRETO

RECORRENTE: JOÃO BATISTA COSTA DOS SANTOS

RECORRIDO: APITEC ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO S/C LTDA.

Decisão 010584/2005-PATR do Processo 00819-2001-042-15-00-6 RO publicado em 22/03/2005

Disponível no "site" do TRT da 15ª Região (www.trt15.gov.br).

EMENTA: ACIDENTE DO TRABALHO - INDENIZAÇÃO - AÇÃO EM FACE DO EMPREGADOR - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO - COM A PROMULGAÇÃO DA ATUAL CARTA MAGNA, EM 1988, DEIXOU DE EXISTIR A EXCEÇÃO EXPRESSA CONTIDA NO PARÁGRAFO 2º DO ART. 142 DA CONSTITUIÇÃO ANTERIOR. ASSIM, POR FORÇA DO DISPOSTO NO ART. 114 DA NOVA CARTA, AS AÇÕES MOVIDAS EM FACE DO EMPREGADOR, MESMO RELATIVAS A ACIDENTE DO TRABALHO, SÃO DA COMPETÊNCIA DESTA JUSTIÇA ESPECIALIZADA. O ART. 109 INCISO I E PARÁGRAFO 3º AFASTA A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL, REMETENDO PARA A ALÇADA DA JUSTIÇA ESTADUAL, APENAS AS AÇÕES EM QUE SÃO PARTES SEGURADOS E BENEFICIÁRIOS E INSTITUIÇÃO DE PREVIDÊNCIA. A ESTAS SE APLICAM AS SÚMULAS 501 DO STF E 15 DO STJ. CONCLUSÃO DECORRENTE DA INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA DO ATUAL TEXTO CONSTITUCIONAL, E REFORÇADA PELO DISPOSTO NO INCISO VI DO SEU ART. 114, INCLUÍDO PELA EMENDA CONSTITUCIONAL 45/2004, QUE RECONHECEU A COMPETÊNCIA TRABALHISTA PARA "AS AÇÕES DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL OU PATRIMONIAL, DECORRENTES DA RELAÇÃO DO TRABALHO", SEM FAZER QUALQUER DISTINÇÃO QUANTO AO FATO GERADOR DO DANO.

[volta ao índice](#)

Da r. sentença de fls. 239/244, complementada pela decisão de fls. 250/251, que julgou improcedente a reclamação, recorre o reclamante, pretendendo o reconhecimento da estabilidade decorrente do acidente do trabalho, a nulidade da dispensa em razão da suspensão do contrato, a admissão da competência da Justiça do Trabalho para a análise do pleito de dano moral decorrente do acidente, além da transformação do contrato a termo em vínculo por prazo indeterminado.

Fls. 263/265 - Apresentadas contra-razões.

Autos relatados.

VOTO

Observados os requisitos de admissibilidade, conheço do recurso.

O desligamento do autor se deu em função do término do contrato de experiência firmado entre as partes (fl. 84).

A suspensão do contrato decorrente do acidente do trabalho sofrido (fato incontroverso), não tem o condão de prorrogar o termo do contrato por prazo determinado, salvo previsão contratual expressa, observando-se, analogicamente, o disposto no parágrafo 2º do art. 472 da CLT. E o contrato de fl. 84 nada estipulou a esse respeito.

Nesse sentido, os ensinamentos dos mestres Valentin Carrion e Amauri Mascaro Nascimento, a seguir transcritos, respectivamente:

"A suspensão do contrato por tempo determinado não prorroga o termo final, se não se pactuar o contrário, por analogia com a hipótese de serviço militar (art. 472, parágrafo 2º) e como o direito comparado faz (Espanha, Estatuto de Los Trabajadores, art. 14, nº 3); prevalece a previsão pactuada, baseada em necessidade da empresa, nesta incluída a experiência inicial." (Comentários à CLT, 18ª ed., Ed. RT, 1994, pág. 275)

"Há divergência quanto aos critérios que devem prevalecer nos contratos a prazo determinado. Para uma teoria, a suspensão e a interrupção deslocam o termo final do contrato. Retornando ao emprego, o

trabalhador teria o direito de completar o tempo que restava do seu afastamento.

Todavia, essa não é a diretriz que está na lei (CLT, art. 472, parágrafo 2º) que deixou à esfera do ajuste entre as partes os efeitos dos afastamentos nos contratos a prazo. Se as partes ajustarem, o termo final será deslocado. Não havendo o acordo de vontades, como sempre ocorre, mesmo suspenso o trabalho, terminada a duração do contrato previamente fixada pelas partes, ele estará extinto, apesar da suspensão ou interrupção." (Iniciação ao Direito do Trabalho, 18ª ed., E. LTr, 1992, pág. 168)

Assim também já se manifestaram nossos Tribunais, conforme os julgados a seguir transcritos:

"O contrato por prazo determinado não tem seu termo prorrogado em virtude de licença médica do empregado, salvo se houver prévia estipulação das partes contratantes (TST, E-RR 3.244/82, Fernando Franco, ac. TP, 1975/85, DJU 8.11.85, p. 20.173)"

"O tempo de afastamento do empregado, em virtude de doença, não se desconta da fluência, salvo se assim foi acordado previamente. É o que se deduz da aplicação analógica do art. 472, parágrafo 2º, da CLT (TRT-SP, RO 22.800/84, Valentin Carrion, ac. 8a T., 17.2.86)" (in Valentin Carrion, obra citada, pág. 333)

Destarte, correta a rescisão do contrato na data do término do período de experiência ajustado (fl. 87). Não há como transformar a modalidade contratual, nem deferir as parcelas rescisórias mencionadas à fl. 260. A ruptura contratual, portanto, não é nula como pretende o recorrente.

Por outro lado, a estabilidade provisória decorrente do acidente não tem lugar nos casos em que a contratação se dá por prazo determinado, diante do prévio conhecimento, pelas partes, da data ajustada para o término da relação.

Nesse sentido, o seguinte julgado:

[volta ao índice](#)

CONTRATO DE EXPERIÊNCIA - ACIDENTE DO TRABALHO A ocorrência de acidente de trabalho durante o contrato de experiência não tem o condão de modificar a natureza do pacto laboral. Somente mediante acordo entre as partes o tempo de afastamento previdenciário pode acarretar a prorrogação do prazo previamente fixado para a duração do contrato. As garantias de emprego provisórias, em princípio, são incompatíveis com os ajustes contratuais por prazo determinado. (TRT 15ª R., processo n.º 008702/98-4, Acórdão n.º 20482/99, Rel. Juiz Luiz Antonio Lazarim)

No que concerne aos danos morais, o Juízo "a quo", fundamentado na incompetência da Justiça do Trabalho, conforme as Súmulas 42 do STJ e 501 do STF, extinguiu o pedido sem julgamento do mérito, nos termos do art. 267, IV, do CPC.

A questão relativa à competência para a análise do pleito de indenização (por danos morais ou materiais), decorrente de acidente de trabalho, formulado em face do empregador, merece solução diversa daquela cabível antes do advento da Constituição Federal promulgada em 05/10/1988.

O texto constitucional anterior, a par da exclusão da competência da Justiça Federal, quanto às causas em que eram parte instituição de previdência social, sujeitas à Justiça Estadual (parágrafo 3º do art. 125), também determinava, expressamente, ao disciplinar a competência dos Tribunais e Juízes do Trabalho, que "os litígios relativos a acidentes do trabalho são da competência da Justiça Ordinária dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios"(Art. 142, parágrafo 2º). Havia, então, clara previsão da exclusão das causas relativas a acidentes do trabalho do âmbito desta Justiça Especializada.

A atual Carta Magna, no seu art. 109, inciso I e parágrafo 3º, também afasta a competência da Justiça Federal para as causas referentes a acidentes do trabalho, repetindo a disposição anterior quanto aos processos em que participem segurados ou beneficiários, e instituição de previdência, que continuam sendo da alçada da Justiça Estadual.

Contudo, quando trata da competência dos Tribunais e Juízes do Trabalho, não repete a exceção que vigia anteriormente, quanto aos litígios concernentes a acidentes do trabalho. Aplica-se, então, a regra geral instituída no art. 114, ficando o processo que objetiva o recebimento de indenização acidentária, movido em face do empregador, adstrito à competência desta Justiça Especializada.

Essa a conclusão que deve prevalecer pela interpretação sistemática da vigente Carta Magna, entendendo-se que a exceção contida no texto anterior, indica a intenção do constituinte de transferir a competência em relação às ações fundadas na ocorrência de acidente do trabalho para a Justiça Laboral, quando intentadas contra o empregador.

Conseqüentemente, nos casos referentes a acidente do trabalho, houve uma divisão da competência:

Tratando da referida matéria, também concluiu José Augusto Rodrigues Pinto, que "Considerando não

haver na Constituição atual nenhuma norma conservando essa exclusão da competência trabalhista para conhecer de dissídios de acidente do trabalho, parece-nos fora de dúvida que eles devem passar a ser julgados pelos órgãos da Justiça do Trabalho, em harmonia com a regra geral e natural da competência em razão da matéria." (Processo Trabalhista de Conhecimento, 4a ed. LTr, 1998, pág. 120)

Conseqüentemente, nos casos referentes a acidente do trabalho, houve uma divisão da competência: ações promovidas em face da instituição previdenciária, Justiça Comum (art. 109, I, e parágrafo 3o, da Constituição Federal); ações em que o polo passivo esteja ocupado pelo empregador, Justiça do Trabalho (art. 114, CF/88).

Adotando esse posicionamento, o Juiz Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani, em Voto repleto de subsídios jurídicos, concluiu que "É competente a Justiça do Trabalho para apreciar pedido referente a indenização por acidente de trabalho, voltado contra o empregador e tendo por base contrato de trabalho havido entre as partes." (Ac. 043727/2001 - Processo TRT 15a 40810/2000-RO-1)

Nesse mesmo sentido, além do julgado transcrito na sentença, da lavra do Ministro Antonio José de Barros Levenhagen, temos o seguinte Acórdão, relatado pelo Ministro Ives Gandra Martins Filho, ambos do C. TST:

volta ao índice

"ACIDENTE DO TRABALHO - AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANO FÍSICO - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO - Sendo distinta a ação acidentária ajuizada contra o INSS (CF, art. 109, I, parágrafo 3o) e a ação indenizatória decorrente de acidente de trabalho (CF, art. 7o , XXVIII), e considerando que o Empregado somente poderia, em tese, sofrer acidente de trabalho no exercício da sua profissão, ou seja, estando vinculado contratualmente a um Empregador, não há como se afastar a competência material desta Especializada para julgar ação de indenização por dano físico, nomeadamente porque é pacífica a jurisprudência desta Corte no sentido de que a Justiça do Trabalho detém competência material para julgar ação de reparação por dano moral, São danos ontologicamente idênticos, porquanto derivam da mesma matriz - a relação de trabalho. Daí a inafastabilidade da competência desta Especializada. Revista conhecida e não provida." (TST - RR 483206/98.4 - Ac. 4a T. - 27/09/2000, Revista LTr 65-04/456)

Cumpra salientar, por fim, que as Súmulas 501 do STF e 15 do STJ aplicam-se aos processos em que o polo passivo é a instituição previdenciária, e não naqueles em que figura o empregador.

Corroborando esse entendimento, a seguinte Ementa, da lavra da Juíza Luciane Storel da Silva, contida no Acórdão n. 013774/2002-SPAJ, Processo TRT 15a 022985/2001:

"Acidente do Trabalho. Indenização. As Súmulas 501, STF, e 15, STJ, referem-se à indenização por acidente do trabalho, cuja competência está fixada no art. 109, I, parágrafo 3o, da Constituição Federal, não àquela prevista no art. 7o, XXXVIII, da mesma Carta, cuja responsabilidade é do empregador."

O posicionamento supra externado, hoje, vem reforçado pela vigência da Emenda Constitucional 45/04, que acrescentou o inciso VI ao art. 114 da Carta Magna, reconhecendo a competência trabalhista para "as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação do trabalho", sem fazer qualquer distinção quanto ao fato gerador do dano.

Ainda que parem fundadas dúvidas quanto ao encaminhamento dessa questão pela Corte Suprema Nacional, como revelado pelo Juiz José Antonio Pancotti, no artigo "A Nova Competência da Justiça do Trabalho", publicado na Revista LTr 69-01 (pág. 89, especificamente), diante das interpretações possíveis do atual texto constitucional, adotamos o posicionamento manifestado por Manoel Antonio Teixeira Filho, nestes termos:

"Nossa opinião, portanto, é de que, a contar da EC n. 45/2004, compete à Justiça do Trabalho julgar as ações contendo pedido de indenização por dano moral (ou material) proveniente de acidente do trabalho. Em rigor, aliás, o inciso VI, em exame, não faz nenhuma distinção entre o dano moral (ou patrimonial) haver emanado de acidente do trabalho, ou não. O critério exclusivo, fixado pelo texto constitucional, é estar, esse dano, vinculado a uma relação de trabalho - na qual, como se disse, está compreendida a relação de emprego." (Revista LTr, 69-01/20)

Fundamentada nesses argumentos, reconheço a competência material da Justiça do Trabalho para a apreciação do pedido de danos morais decorrente do acidente do trabalho.

(...)

MARIANE KHAYAT
Juíza Relatora

volta ao índice

▲ **volta ao sumário**

5.2. TRT de Mato Grosso do Sul

Acidente do trabalho. Competência. Danos morais. Emenda Constitucional n. 45/2004.

(Processo: 00665-2003-021-24-00-4 (ROPS), Relator o Exmo. Juiz Abdalla Jallad. Publicação DO/MS Nº 6425 de 14/02/2005)

PROCESSO: 00665-2003-021-24-00-4 (ROPS). DATA DA DECISÃO: 19/01/2005. TIPO: ACÓRDÃO. PUBLICAÇÃO: FONTE: DO/MS Nº 6425 de 14/02/2005, pág. 36 .

Relator : Juiz ABDALLA JALLAD

Recorrente(s) : AGRÍCOLA CARANDÁ LTDA.

Advogado(s) : Nelson Eli Prado e outro

Recorrente(s) : ISAIAS MACHADO ROCHA (RECURSO ADESIVO)

Advogado(s) : Wander Medeiros Arena da Costa

Recorrido(s) : Os Mesmos

Origem : 1ª Vara do Trabalho de Dourados/MS

(...)

FUNDAMENTOS DO VOTO

(...)

2 - PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA MATERIAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO

VOTO DA LAVRA DO EXMO JUIZ MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO:

"O Exmo. Juiz Relator argüiu, de ofício, preliminar de incompetência material da Justiça do Trabalho, em face do pleito de indenização por dano moral, decorrente de acidente de trabalho.

A argüição não procede, data venia.

competê à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações fundadas em indenização de dano moral, decorrente de relações de trabalho, consoante preconiza o artigo 114, VI, da Constituição Federal, com a redação determinada pela Emenda Constitucional 45, publicada no D.O.U. de 31.12.2004, verbis:

Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar:

[volta ao índice](#)

...

VI - as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho;

Corroborando tal assertiva, ainda, o entendimento firmado na Orientação Jurisprudencial 327, da SDI-1 do TST, a qual transcrevo, para melhor esclarecimento:

Dano Moral. Competência da Justiça do Trabalho. Nos termos do art. 114 da CF/88, a Justiça do Trabalho é competente para dirimir controvérsias referentes à indenização por dano moral, quando decorrente da relação de trabalho.

A causa de pedir, no presente caso, decorre de acidente de trabalho ocorrido na vigência do contrato de emprego, com pretensão de indenização de dano moral que dele emergiu.

Nesse sentido tem decidido este Tribunal, conforme precedentes consignados abaixo:

ACÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS OU MATERIAIS DECORRENTES DE ACIDENTE DO TRABALHO - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO - É de se distinguir as denominadas "causas acidentárias", quando o trabalhador, na qualidade de "segurado obrigatório", vindica do órgão segurador (INSS) direitos previstos na Lei nº 6.367/76, das "causas trabalhistas", em que o trabalhador, na qualidade de "empregado", pleiteia de seu empregador uma indenização por dano moral ou material em razão da participação culposa ou dolosa deste no acidente de trabalho ocorrido. Tal distinção está clara e evidenciada na súmula nº 229 do STF. As primeiras são de competência da Justiça Estadual (art. 109, I, da Constituição Federal), pois retratam litígios envolvendo "segurado" e "segurador", enquanto que as últimas são de competência da justiça do trabalho (art. 114 da Constituição Federal), na medida em que configuram dissídios entre "empregados" e "empregadores", por fatos decorrentes da vinculação empregatícia. (TRT 24ª R. - RO nº 0087/2001-004-24-00 - Rel. Juiz Amaury Rodrigues Pinto Júnior - DOMS 12.09.2002).

JUSTIÇA DO TRABALHO - COMPETÊNCIA MATERIAL - DANO MORAL - Firma-se a competência da Justiça do Trabalho pela causa de pedir. Assim, mantendo o fato gerador do pedido de indenização por dano moral relação direta com o contrato de emprego, apresenta-se indiscutível a competência da Justiça do Trabalho para compor o dissídio entre empregado e empregador. (TRT 24ª R. - RO nº 1367/2001 - Rel. Juiz Nicanor de Araújo Lima - DOMS 16.05.2002).

Rejeito, portanto.

É como voto.”

CERTIFICO que, na sessão realizada nesta data, sob a presidência do Exmo. Juiz Nicanor de Araújo Lima, com a presença dos Exmos. Juízes Amaury Rodrigues Pinto Júnior (Vice-Presidente), Abdalla Jallad, Márcio Eurico Vitral Amaro, Ricardo Geraldo Monteiro Zandona e Marcio Vasques Thibau de Almeida, ausentes, em razão de férias, os Exmos. Juízes André Luís Moraes de Oliveira e João de Deus Gomes de Souza, presente ainda a representante do Ministério Público do Trabalho da 24ª Região, Exma. Procuradora do Trabalho Simone Beatriz Assis de Rezende, decidiu o Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Vigésima Quarta Região: Após a representante do Ministério Público do Trabalho ter-se manifestado verbalmente pelo não-conhecimento dos recursos e, no mérito eventual, pelo não-provimento de ambos, por unanimidade, aprovar o relatório oral e conhecer dos recursos, rejeitando a preliminar argüida pela reclamada em contra-razões, nos termos do voto do Juiz Abdalla Jallad (relator); por maioria, rejeitar a argüição de incompetência da Justiça do Trabalho, suscitada de ofício pelo Juiz relator, nos termos do voto do Juiz Márcio Eurico Vitral Amaro, vencido o Juiz proponente; no mérito, por maioria dar provimento parcial ao recurso da reclamada, nos termos do voto do Juiz relator, vencidos em parte os Juízes André Luís Moraes de Oliveira e Nicanor de Araújo Lima, que lhe davam provimento também quanto à indenização por danos morais; ainda no mérito, por unanimidade, negar provimento ao recurso do reclamante, nos termos do voto do Juiz relator, que juntará voto. O Juiz André Luís Moraes de Oliveira havia proferido seu voto na sessão do dia 14.12.2004. (...)

[← voltar ao índice](#)
[▲ volta ao sumário](#)

5.3. TRT da Bahia

Competência da Justiça do Trabalho. Emenda Constitucional nº 45/2004. Ação em que sindicato pretende o reconhecimento de base territorial no intuito de sustar repasse de receita proveniente de contribuições sindicais. Antecipação de tutela deferida.

(Processo: 00562-2005-251-05-00-8 (MCP). Vara de Conceição do Coité. Exmo. Juiz do Trabalho titular Agenor Calazans da Silva Filho)

PROCESSO: 00562-2005-251-05-00-8 (MCP). VARA DE CONCEIÇÃO DO COITÉ. DATA DA DECISÃO: 14/04/2005. TIPO: ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. EXMO. JUIZ DO TRABALHO TITULAR AGENOR CALAZANS DA SILVA FILHO. Disponível no "site" da Amatra V (www.amatra5.gov.br). Acesso em 28.04.2005.

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Calçados de Serrinha - SINTRACAL intenta ação declaratória em face dos congêneres Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Confecções, Calçados e Couros de Feira de Santana e Região e Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fabricação, Produção e Montagem de Calçados em Geral, pretendendo reconhecimento judicial de sua base territorial com exclusão da possibilidade de representação sindical das entidades demandadas em relação aos trabalhadores de indústrias de calçados estabelecidas no município de Serrinha. Pede o autor antecipação dos efeitos da tutela principal postulada, sobre o que ora decido.

A questão da competência ressalta fora de dúvida a partir da nova redação do artigo 114, da Constituição Federal, ditada pela Emenda Constitucional n.º 45/2004.

O autor observa que há urgência no seu pedido de antecipação da tutela porque a receita advinda das contribuições sindicais não lhe estão sendo acessíveis e recebe o repasse aos sindicatos demandados. Instrui a inicial um contracheque de trabalhadora empregada em indústria de calçados da cidade, comprovando que houve desconto no salário, no mês de março último, correspondente à contribuição sindical.

A pretensão do autor, com o provimento provisório que pede, não é o imediato recebimento da receita, mas apenas que se suste o repasse.

Prevê o artigo 273, do CPC, a possibilidade da antecipação dos efeitos da tutela principal quando o Juiz se convença da verossimilhança da alegação. Com efeito, trata-se de mero juízo de plausibilidade. De fato, afigura-se razoável a argumentação do demandante. Sindicato constituído por trabalhadores de Serrinha a indicar que o interesse dos trabalhadores seja o da representação pela entidade que constituíram. A urgência está demonstrada. Com efeito, comprovada a arrecadação é intuitivo que se aproxima o momento da distribuição ou repasse da receita. Não há risco de irreversibilidade, pois que, conforme assinalado, o provimento que se confere - e conforme postulado - não é o de entrega da receita ao autor,

mas mera suspensão do repasse.

DEFIRO a antecipação dos efeitos da tutela no sentido de determinar à empresa identificada no contracheque de fl. 56 que não transfira o numerário deduzido dos salários de seus empregados a título de "contribuição sindical" a qualquer entidade sindical sem prévia autorização judicial, também no sentido de determinar à Caixa Econômica Federal que, em recebendo recursos identificados como provenientes de descontos de salários de trabalhadores das indústrias de calçados de Serrinha - em especial, da Bison Indústria de Calçados Ltda. - não os repasse a qualquer entidade sindical sem prévia determinação judicial.

Dê-se ciência ao requerente.

Expeçam-se os ofícios conforme acima determinado.

Citem-se os requeridos para que contestem, querendo, no prazo legal, sob pena de revelia.

[◀ voltar ao índice](#)
[▲ volta ao sumário](#)

[◀ voltar ao índice](#)
[▲ volta ao sumário](#)

6. Decisões de outros Tribunais

6.1. TRF 3a. Região

6.1.1. Competência. *Habeas corpus* que objetiva o trancamento da ação penal. Emenda Constitucional n. 45/2004.

(Processo: 200403000640314, UF: SP Órgão Julgador: QUINTA TURMA. Publicado em 01/03/2005)

Classe: HC - HABEAS CORPUS – 18065. Origem: TRIBUNAL - TERCEIRA REGIÃO

Processo: 200403000640314 UF: SP Órgão Julgador: QUINTA TURMA

Data da decisão: 24/01/2005 Documento: TRF300090091

Ementa: HABEAS CORPUS QUE OBJETIVA O TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. ATOS JURISDICIONAIS DA JUSTIÇA DO TRABALHO. EC Nº 45 DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 144, INC. IV, DA CF. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. INCOMPETÊNCIA DO TRF. REMESSA DOS AUTOS AO TRT.

- Habeas corpus com o objetivo de trancar a ação penal.
- Os atos judiciais que ensejaram o *writ*, relativos a execução da sentença, foram realizados na Justiça do Trabalho.
- Pela Emenda Constitucional nº 45, o art. 144, inciso IV, determina que compete à Justiça do Trabalho processar e julgar mandados de segurança, *habeas corpus* e *habeas data* quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição.
- A competência é de origem constitucional, material e absoluta, razão pela qual esta corte não pode conhecer, processar e julgar este habeas corpus.
- Incompetência do TRF declarada. Remessa dos autos ao TRT.

Data Publicação 01/03/2005.

Disponível no "site" do Conselho da Justiça Federal (www.cjf.gov.br).

[◀ voltar ao índice](#)
[▲ volta ao sumário](#)

6.2. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul

6.2.1. EMENTA: ACIDENTES DE TRABALHO. EMENDA CONSTITUCIONAL 45. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. É que o art. 109, I, da CF, precedente, aliás, ao art. 114 da referida Carta, não sofreu qualquer modificação, ainda retirando da JF essa matéria e não a atribuindo à Justiça Laboral, de sorte que só poderia tocar à Justiça Comum Estadual, a quem cabe julgar todos os feitos não atribuídos a outras repartições judiciárias. AGRAVO PROVIDO. (Agravo de instrumento nº 70011045218, Décima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Luiz Ary Vessini de Lima, julgado em 03/03/2005) Disponível no "site" do TJRS (www.tj.rs.gov.br).

6.2.2. EMENTA: DECISÃO MONOCRÁTICA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. A competência para julgar ação judicial decorrente de relação estatutária de servidor público continua a ser da Justiça Comum, mesmo após a edição da Emenda Constitucional 45/2004, que alterou o enunciado do art. 114, inc. I, da CF. Decisão do Presidente do Supremo Tribunal Federal acerca da correta interpretação da nova redação da norma constitucional proferida em sede liminar na Adin nº 3395 do STF. RECURSO PROVIDO. DECISÃO MODIFICADA MONOCRATICAMENTE. (Agravo de instrumento nº 70011064987, Terceira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Paulo de Tarso Vieira Sanseverino, julgado em 03/03/2005) Disponível no "site" do TJRS (www.tj.rs.gov.br).

[◀ voltar ao índice](#)
[▲ volta ao sumário](#)

[◀ voltar ao índice](#)
[▲ volta ao sumário](#)

7. Indicações de Leitura

7.1. "A Lei de Falência (Lei nº 11.101/2005) e o Direito Material e Processual do Trabalho".

Jouberto de Quadros Pessoa Cavalcante. Advogado. Professor da Faculdade de Direito Mackenzie. Ex-Procurador-Chefe no Município de Mauá. Mestre em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. **Francisco Ferreira Jorge Neto.** Juiz da 1ª Vara do Trabalho de São Caetano do Sul/SP. Mestre em Direito das Relações Sociais – Direito do Trabalho pela PUC/SP. Artigo disponível no "site" Universo Jurídico (www.universojuridico.com.br). Acesso em 22.04.2005.

7.2. "A Nova Justiça do Trabalho".

Audari Matos Lopes. Juiz do Trabalho titular da Vara de Coari/AM. Artigo disponível no "site" da ANAMATRA (www.anamatra.org.br). Acesso em 28.04.2005.

[◀ voltar ao índice](#)
[▲ volta ao sumário](#)

8. Notícias

8.1. Notícias veiculadas no dia 19.04.2005.

"Site" do Superior Tribunal de Justiça (www.stj.gov.br)

8.1.1. Segunda Seção confirma: créditos trabalhistas integram partilha de bens na separação do casal.

Em caso de separação do casal, créditos provenientes de ação trabalhista devem ser incluídos na partilha dos bens. O entendimento – firmado anteriormente pela Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) – foi confirmado pela maioria dos ministros da Segunda Seção.

A questão chegou à Justiça em ação de uma funcionária pública do Rio Grande do Sul que foi casada de setembro de 1984 a maio de 1992. Quando se divorciou, não foram incluídos na partilha R\$ 118.599,59, recebidos pelo marido em abril de 1997.

Em primeira instância, a Justiça gaúcha acolheu o pedido. O juiz entendeu que os frutos do trabalho do marido recebidos em reclamação trabalhista, débito que remonta à constância do casamento, devem ser partilhados. A decisão, contudo, foi inversa no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, onde o valor foi excluído da partilha.

A decisão levou a ex-mulher a recorrer ao STJ, onde o caso foi distribuído ao ministro Ruy Rosado de Aguiar, na Quarta Turma. Para o ministro, as leis em vigor são aparentemente contraditórias. No artigo 263 do Código Civil, os frutos civis do trabalho de cada cônjuge estão excluídos da comunhão universal. No artigo 271, os mesmos frutos entram na comunhão no caso de regime de comunhão parcial. Ainda para esse mesmo regime, o artigo 269 estabelece que nele não entram os bens excluídos da comunhão universal. O artigo 346 do Código Civil define como bem reservado o produto do trabalho da mulher.

[◀ voltar ao índice](#)

Entendeu o relator, no julgamento do recurso especial, que essas disposições devem ser conciliadas, de modo a alcançar solução adequada à realidade, preservando a razão da lei. Para a maioria dos casais brasileiros, os bens se resumem à renda mensal familiar. Se tais rendas forem retiradas da comunhão, esse regime praticamente desaparece. "Se houver a separação, tais bens seriam apenas daquele que trabalha". No caso de apenas o marido trabalhar, a mulher seria prejudicada na meação, muito embora tenha contribuído como dona de casa para a renda e aquisição do patrimônio. "A comunhão relativa ao salário dos cônjuges, portanto, penso que deveria ser reconhecida tanto no regime universal como no de comunhão parcial, fazendo prevalecer a regra do artigo 271. Isso para os ganhos do homem e também para os da mulher, uma vez que a discriminação feita no artigo 246 não pode prevalecer, considerando o princípio da igualdade", disse.

De acordo com ele, não tem maior importância o fato de o pagamento da indenização ter acontecido depois da separação. "O período aquisitivo dos direitos transcorreu durante a vigência do matrimônio, constituindo-se crédito que integrava o patrimônio do casal quando da separação. Portanto, deveria integrar a partilha", concluiu.

Essa decisão levou à rediscussão da matéria a pedido do ex-marido, que impetrou embargos de divergência (tipo de recurso em que se alega que a conclusão difere de outras tomadas em recursos sobre questão semelhante). O caso foi então apreciado pela Segunda Seção, que reúne os ministros da Terceira e Quarta Turmas, responsáveis pelos julgamentos das causas referentes a Direito Privado. Apesar de reconhecer que a decisão diverge de outras anteriores, a maioria dos ministros, seguindo o entendimento do ministro Cesar Asfor Rocha, concluiu que "integra a comunhão a indenização trabalhista correspondente a direitos adquiridos durante o tempo de casamento sob o regime de comunhão universal". Nesta semana, a Segunda Seção rejeitou novo recurso dos advogados do ex-marido, mantendo a decisão.

Regina Célia Amaral

[◀ voltar ao índice](#)

8.1.2. Comprador de boa-fé de veículo não incorre em fraude à execução.

Comprador de boa-fé de veículo não incorre em fraude à execução. Com esse entendimento, a Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) não conheceu de recurso especial apresentado pelo banco ABN Amro Real contra adquirente de veículo alienado em ação de execução. A decisão confirma o acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (TJ-SC).

O tribunal local entendeu não haver fraude no caso, em vista da inexistência de provas de que o comprador tivesse conhecimento da ação de execução promovida contra o proprietário anterior, nem de que esta pudesse reduzir o devedor à insolvência. Com isso, afastou-se a penhora sobre o veículo. Para o TJ-SC, "não há como estabelecer-se conluio fraudulento entre o executado e o comprador de veículo automotor, mormente quando a aquisição foi feita, não diretamente do demandado executivamente, mas de quem já o sucedera na posse e propriedade do bem".

O banco recorreu ao STJ afirmando restar configurada a fraude à execução pela venda do veículo do devedor a terceiro após já ter sido citado na ação de execução. O comprador sustentou, em contra-razões, ter adquirido de boa-fé o veículo, desconhecendo a existência da execução à época, salientando que nada existia a respeito no Detran. Além disso, a ação tramitava em Itajaí, enquanto ele residia em Brusque, ambos os municípios em Santa Catarina.

"Inexistia junto ao Detran qualquer restrição à venda do veículo, que passou por sucessivos proprietários até chegar ao ora recorrido. Indubitável a sua boa-fé, notadamente porque, em se tratando de bem móvel, sabe-se que nem é costume consultas a cadastros de inadimplentes ou a registros de distribuição para saber se pende contra o vendedor alguma ação", concluiu o relator, ministro Aldir Passarinho Junior.

Murilo Pinto

[◀ voltar ao índice](#)

8.1.3. Ilegal cobrança de contribuição sindical rural sem prévia notificação via edital.

A obrigatoriedade de as entidades sindicais publicarem editais referentes ao recolhimento da contribuição sindical levou a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) a perder na Justiça o direito de efetuar a cobrança de possível contribuinte. Segundo o artigo 605 da Confederação das Leis Trabalhistas (CLT), a notificação deve ser feita durante três dias nos jornais de maior circulação local e até dez dias antes da data agendada para o depósito bancário. A CNA descumpriu a regra e, em recurso julgado pela Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), não conseguiu rever decisão do Tribunal Justiça do Estado do Paraná (TJPR). Na Corte Superior, a Turma reconheceu a ilegalidade da cobrança, não existindo razão para a reforma do acórdão do Tribunal estadual, como pretendia a Confederação.

Em seu voto, o relator, ministro Castro Meira, esclarece ser indevido o entendimento de que o artigo da CLT teria sido revogado pelo Decreto-Lei nº 1.166/1971: "O DL nº 1.166/1971 não fez referência, sequer implícita, ao artigo 605 da CLT", acrescenta o ministro, para quem admitir a revogação tácita da norma em questão "seria afrontar o princípio constitucional da publicidade dos atos da administração pública, bem como a segurança jurídica, que, no direito tributário, assume contornos específicos no princípio da não-surpresa".

O argumento referente ao decreto-lei foi um dos usados pela CNA. Os demais pontos apresentados pela entidade, como a negativa de vigência a artigos da CLT e a violação do artigo 267, VI, do Código de Processo Civil (CPC), não foram prequestionados e, assim, não foram admitidos e analisados pelo relator. O único ponto considerado foi mesmo o artigo 605 da CLT.

Assim, a Segunda Turma manteve a decisão do TJPR que extinguiu o processo por ser inexigível o crédito em questão, ocorrendo, dessa forma, carência de ação. Para tanto, o Tribunal estadual valeu-se do artigo 267, inciso VI, do CPC. De acordo com o TJ, não havia nos autos provas que demonstrassem ter a CNA cumprido os requisitos constantes no artigo 605 da CLT.

Ana Cristina Vilela

[◀ voltar ao índice](#)
[▲ volta ao sumário](#)

8.2. Notícia veiculada no dia 21.04.2005.

"Site" do Superior Tribunal de Justiça (www.stj.gov.br)

8.2.1. Contribuição previdenciária não deve incidir sobre auxílios educação e matrimônio.

A bolsa de estudos fornecida ao funcionário a título de auxílio-educação, bem como o auxílio-matrimônio pago ao empregado por ocasião das primeiras núpcias correspondem a gratificações e não integram o salário-de-contribuição, não sendo, portanto, passíveis de incidência de contribuição previdenciária. A conclusão é da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça ao dar provimento a recurso especial da empresa Cimento Rio Branco S/A, do Paraná.

Na ação contra o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, a empresa pediu a desconstituição de débito objeto de notificação fiscal de lançamento referente à bolsa de estudos e auxílio-matrimônio. Segundo alegou, tanto a bolsa de estudos fornecida aos funcionários da empresa que queiram fazer curso superior quanto o auxílio matrimônio, com finalidade eminentemente social, não podem integrar o salário-de-contribuição.

"O auxílio-educação é pago pela empresa em forma de reembolso das mensalidades da faculdade, cursos de línguas e outros do gênero, destinados ao aperfeiçoamento dos seus empregados", asseverou. A empresa defendeu, também, que o auxílio-matrimônio pago aos empregados por ocasião das primeiras núpcias corresponde à gratificação, não devendo, também, sofrer incidência de contribuição.

Em primeira instância, o pedido foi julgado procedente. Mas o Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região, com sede em Porto Alegre, reformou a sentença. A empresa recorreu, então, ao Superior Tribunal de Justiça, alegando violação do artigo 28, parágrafo 9º, da Lei nº 8.212/91 e dos artigos 457 e 458 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), além do dissídio jurisprudencial.

Segundo a empresa, com o advento da Lei nº 9.711/98, houve alargamento do rol relativo aos valores percebidos pelos empregados que não integram o salário-de-contribuição, constando na alínea "t" do § 9º do artigo 28 da Lei nº 8.212/91 as bolsas de estudos. Baseando-se na fundamentação contida na sentença, observou que a nova redação não inovou a ordem jurídica, tendo apenas explicitado o que já estava implícito na lei.

A Primeira Turma concordou e deu provimento ao recurso. Segundo entendeu, o auxílio-educação, embora contenha valor econômico, constitui investimento na qualificação de empregados, não podendo ser considerado como salário in natura, já que não retribui o trabalho efetivo, não integrando, desse modo, a remuneração do empregado. Para a Turma, é verba empregada para o trabalho, e não pelo trabalho.

Ao votar, o ministro Luiz Fux, acrescentou: "No pertinente ao auxílio matrimônio, sendo ele fornecido uma única vez ao empregado, por ocasião de suas primeiras núpcias, igualmente não integra o salário-de-contribuição, porquanto resta ausente a habitualidade do seu pagamento", completou o ministro Luiz Fux, relator do recurso especial.

Rosângela Maria

[◀ voltar ao índice](#)
[▲ volta ao sumário](#)

8.3. Veiculada no dia 26.04.2005.

"Site" do Superior Tribunal de Justiça (www.stj.gov.br)

8.3.1. Prazo para MP recorrer conta da data de entrada no protocolo, e não da ciência do procurador.

O prazo para o Ministério Público recorrer deve ser contado da data em que o processo deu entrada no protocolo administrativo do órgão, e não da data da intimação pessoal, quando o procurador toma ciência dos autos. A conclusão é da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, ao negar provimento a recurso especial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul contra a Empresa Energética de Mato Grosso do Sul – Enersul S/A.

Inicialmente, a Enersul interpôs agravo de instrumento no Tribunal de Justiça estadual, pretendendo modificar a decisão que deferiu liminar em ação civil pública, para que a empresa se abstivesse de interromper o fornecimento dos seus serviços em razão da falta de pagamento. Pedeu, pelo menos, que os cortes no fornecimento de energia fossem efetuados, apenas, após notificação prévia do consumidor, dando cumprimento à lei estadual nº 2.042/99. O agravo foi provido parcialmente, mas o Ministério protestou com um agravo regimental. Este não foi conhecido, pois estaria fora do prazo. Embargos de declaração também foram rejeitados, e o MP recorreu ao STJ.

"É certo que as garantias e prerrogativas conferidas ao Parquet não constituem privilégios criados em afronta ao princípio da isonomia, mas antes, servem para proteger a própria coletividade, principalmente porque o Ministério Público, no processo civil, não atua na defesa de direito próprio, mas sim em nome próprio na defesa de direito alheio – o interesse público como substituto processual (legitimação extraordinária)", sustentou o órgão em seu recurso.

A questão, então, era definir se o termo a quo [inicial] da contagem do prazo para o Ministério Público intervir no feito é contado da data da intimação pessoal do parquet ou a partir do dia em que a Secretaria do Tribunal lhe deu vista dos autos. Após examinar o recurso, o ministro Luiz Fux observou que o Código de Processo Civil (CPC) prevê que a intimação do Ministério Público sempre seja feita pessoalmente, em qualquer caso. Ele explicou, no entanto, que a Lei n. 8.625/93 – que instituiu a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público – estabeleceu, no artigo 41, que os membros do Ministério Público seriam intimados pessoalmente, em qualquer processo e grau de jurisdição, através da entrega dos autos com vista.

"Deveras, a jurisprudência deste STJ era no sentido de que a intimação do Ministério Público é pessoal – mediante vista dos autos – competindo ao Poder Judiciário a sua execução com a remessa dos autos, ante a ratio essendi Lei Complementar nº 75/93 (18, inciso II, "h") e Lei n. 8.625/93 (art. 41, inciso IV)", asseverou o ministro Fux.

O ministro afirmou, no entanto, que o Supremo Tribunal Federal, modificou o entendimento. "A entrega de processo em setor administrativo do Ministério Público, formalizada a carga pelo servidor, configura intimação direta, pessoal, cabendo tomar a data em que ocorrida como a da ciência da decisão judicial", diz a decisão do STF. "Imprópria é a prática da colocação do processo em prateleira e a retirada à livre discrição do membro do Ministério Público, oportunidade na qual, de forma juridicamente irrelevante, apõe o 'ciente' com a finalidade de, somente então, considerar-se intimado e em curso o prazo recursal", continua. "Seguindo essa ótica, a Corte Especial firmou entendimento no sentido de que o prazo para recorrer começa da data em que o processo deu entrada no protocolo administrativo do Ministério Público", finalizou o ministro Luiz Fux.

Rosângela Maria

[◀ voltar ao índice](#)
[▲ volta ao sumário](#)

8.4. Veiculada em 28.04.2005.

"Site" do Tribunal Superior do Trabalho (www.tst.gov.br)

8.4.1. TST decidirá se contrato nulo conta tempo para aposentadoria.

O Pleno do Tribunal Superior do Trabalho decidirá em breve se o tempo de serviço prestado por servidor público contratado sem prévia aprovação em concurso público após a Constituição de 1988 pode ser computado para efeitos de aposentadoria. Atualmente, a Justiça do Trabalho reconhece entre os direitos desses servidores somente o pagamento de salários - respeitado o salário-mínimo/hora -, e as parcelas do FGTS. O pronunciamento do Pleno faz-se necessário em função de uma decisão da Seção Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) em sentido contrário à Súmula 363 do TST, por seis votos contra três, que determinou também a anotação do contrato na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS). Quando um órgão colegiado decide contra a própria jurisprudência do TST, a proclamação do resultado do julgamento é suspensa e a matéria é submetida à apreciação de todos os ministros da Corte. De acordo com a Súmula 363 do TST, de 18/09/2000, a contratação de servidores públicos nessas condições é nula em razão do artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, sendo devido somente o pagamento da contraprestação pactuada em relação ao número de horas trabalhadas e aos valores referentes aos depósitos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Na sessão do Pleno, os ministros deliberarão sobre a manutenção ou não da Súmula 363. O processo julgado pela SDI-1 envolve uma ex-auxiliar de secretaria e a Secretaria de Educação e Qualidade de Ensino do Estado do Amazonas (Seduc), contratada sem concurso público mesmo após a exigência introduzida pela Constituição de 1988 (artigo 37,II). A Segunda Turma do TST, em voto do ministro Simpliciano Fernandes, acolheu parcialmente o recurso da empregada e condenou o Estado do Amazonas a pagar indenização referente aos depósitos do FGTS e determinou a anotação do período do contrato na carteira de trabalho (CTPS). Não havia salários a receber. O Estado do Amazonas recorreu então à SDI-1, alegando violação à Súmula 363 do TST. O recurso foi acolhido pelo ministro relator, Carlos Alberto Reis de Paula, que acolheu os embargos. O relator afirmou que a contratação de servidor público após a Constituição de 1988, sem prévia aprovação em concurso público, implica nulidade do ato com efeitos retroativos (ex tunc) e não surte efeito trabalhista. Carlos Alberto fez ressalvas quanto ao pagamento de salários e do recolhimento do FGTS como forma de ressarcimento da força de trabalho despendida. Para ele, sendo nulo o contrato de trabalho, conseqüentemente é inviável o registro deste na CTPS do empregado. O julgamento do recurso de embargos foi retomado após pedido de vista do ministro Luciano de Castilho Pereira, que divergiu do relator e liderou a corrente favorável ao reconhecimento do direito à anotação em CTPS para fins previdenciários. O ministro baseou seu voto em parecer do próprio Ministério da Previdência e Assistência Social (PG/CCAR nº 54/97), que reconheceu o direito. "Não é o TST quem deve dar essa resposta, é a Previdência Social, que arrecada contribuições e paga os benefícios. Se o Ministério da Previdência reconhece o direito, não podemos negá-lo", afirmou Luciano de Castilho. Acompanharam o voto divergente os ministros João Oreste Dalazen, Maria Cristina Peduzzi, Lélío Bentes, Aloysio Veiga e o juiz José Antonio Pancotti, que substitui temporariamente o ministro Milton de Moura França. Os ministros Brito Pereira e Rider de Brito acompanharam o relator. De acordo com o ministro Rider de Brito, o dispositivo que exigiu prévia aprovação em concurso público para investidura em cargo ou emprego públicos foi um dos "mais moralizadores" da Constituição de 1988 e é claro ao dispor que as contratações feitas sem sua observância serão consideradas nulas. O ministro Brito Pereira observou que o mesmo dispositivo dispõe que a autoridade responsável pelo ato de contratação será punida "nos termos da lei" e lamentou que até hoje o Congresso Nacional não tenha regulamentado essa punição. (E-RR 665159/2000)

◀ [voltar ao índice](#)
▲ [volta ao sumário](#)

8.5. Veiculada em 24.04.2005.

"Site" Consultor Jurídico (www.conjur.com.br).

8.5.1. DRT não pode multar empresa com base em presunção.

A Delegacia Regional do Trabalho não pode autuar empresas com base em mera presunção de que o contrato firmado com cooperativa de trabalho serve apenas para intermediar mão-de-obra.

O entendimento é o de que o vínculo empregatício entre trabalhador e empresa não se presume, deve ser provado. Com essa tese, a juíza Magda Cardoso Mateus Silva, da 8ª Vara do Trabalho de São Paulo, concedeu liminar em Mandado de Segurança para determinar que a DRT se abstenha de autuar uma grande indústria de eletrodomésticos e outros segmentos, sediada em São Paulo. A empresa foi representada pelos advogados Cristiano Cassemunha e Sandro Alcântara, do escritório Cassemunha Advogados. A decisão entra na esfera das novas competências da Justiça do Trabalho. Até então, as autuações da DRT com relação à prestação de serviços de cooperativas de trabalho era discutida na Justiça Federal. No caso, a juíza entendeu que existe contrato lícito de prestação de serviços entre a empresa e a cooperativa. Assim, os fiscais do trabalho devem provar a fraude à legislação trabalhista para multar a empresa. A liminar garante a continuidade da prestação de serviços da cooperativa. Para Sandro Alcântara, "a decisão mostra que a Justiça do Trabalho não tem mais um posicionamento radical sobre a questão".

◀ [voltar ao índice](#)
▲ [volta ao sumário](#)

8.6. Cursos e Eventos na FEMARGS

Informações: (51) 3231-5199 - femargs@femargs.com.br
Rua Rafael Saadi, 87 – Menino Deus – Porto Alegre
Página na internet: www.femargs.com.br

8.6.1. Projeto "FEMARGS 18 HORAS". Palestra "Reforma Sindical e Inciso III do Artigo 114 da Constituição".

Professor Thiago Torres Guedes, Especialista em Direito do Trabalho pela UNISINOS e Mestrando em Direito Privado pela UFRGS.

Dia 05 de maio, quinta feira, às 18 horas, na sede da Escola, Rua Rafael Saadi, nº 87 – Porto Alegre. Entrada franca.

8.6.2. Sentença Trabalhista. Teoria e Prática. Para iniciantes.

Objetivo: Aprendizado e aperfeiçoamento da prática de sentença trabalhista, a partir de situações reais ou simuladas, com evolução progressiva do nível de complexidade, oportunizando a revisão dos conteúdos de Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho

- Inscrições a partir de 20.04.2005, às 8 horas
- Período: 17 de maio a 02 de agosto de 2005
- Horário: Terças-feiras, das 19h às 23h
- Carga Horária: 60 horas-aula
- Professores: Janaína Saraiva da Silva e Leandro Krebs Gonçalves, Juízes do Trabalho
- Número máximo de alunos: 25

8.6.3. Tutela dos Interesses Metaindividuais na Justiça do Trabalho.

Objetivos: Estudo detalhado da atuação do Ministério Público do Trabalho na tutela dos interesses metaindividuais na Justiça do Trabalho e das diversas formas de atuação do MPT. Preparação para o concurso de Procurador do Trabalho (edital ainda não publicado).

- Abordagem: Teórica e prática (com exame de peças)
- Inscrições a partir de 20.04.2005, às 8 horas
- Início: 17 de maio de 2005
- Término: 16 de junho de 2005
- Horário: das 8h às 12h
- Carga Horária: 45 horas-aula

- Professores: Alexandre Corrêa da Cruz e outros Procuradores do Trabalho da 4ª Região; participação de um Juiz do Trabalho a definir, e dos Professores José Tadeu Neves Xavier e Jaqueline Mielke Silva.
- Coordenador: Professor Alexandre Corrêa da Cruz
- Número máximo de alunos: 35

[◀ voltar ao índice](#)
[▲ volta ao sumário](#)

[◀ voltar ao índice](#)
[▲ volta ao sumário](#)

9. Dica de Português Jurídico-Forense

Prof. Adalberto J. Kaspary

Dado – Devido a

Dado, como particípio do verbo **dar**, é forma adjetiva – adjetivo verbal. Como tal, concorda em gênero e número com o substantivo que segue. Não cabe preposição entre o particípio e o substantivo seguinte.

Devido a é locução prepositiva. Nela, **devido** é invariável e sempre seguido da preposição **a**, o que pode resultar na combinação **ao** ou em crase.

Compare o emprego diferenciado das duas expressões nas frases a seguir:

Dado o interesse do público/Devido ao interesse do público, o conferencista estendeu sua exposição por mais trinta minutos.

Dados os compromissos já agendados/Devido aos compromissos já agendados, o Presidente não virá ao Estado.

Dada a inconsistência das provas/Devido à inconsistência das provas, o reclamante teve indeferida sua pretensão.

Dadas aquelas demonstrações de apreço/Devido àquelas demonstrações de apreço, o demissionário reconsiderou sua decisão.

Como esse **dado** também indica causa, à semelhança de **devido à**, alguns distraídos costumam empregá-lo invariável e seguido da preposição **a**. Todavia, há que distinguir, deixando a confusão para os insipientes.

Um lembrete final: entenda o particípio **dado** como sinônimo de **considerado**, que também concorda em gênero e número com o substantivo que segue:

Dadas as circunstâncias/Consideradas as circunstâncias, o juiz pode deixar de aplicar a pena.

Fonte básica: **Português para Profissionais – Atuais e Futuros**, de Adalberto J. Kaspary (EDITA)

[◀ voltar ao índice](#)
[▲ volta ao sumário](#)